

ATA DEGRAVADA DA 184ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36

Aos vinte dias do mês de setembro de 2013, às nove horas, no plenário da Casa de Direitos Humanos realizou-se a centésima octogésima quarta Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela presidenta Sra. Maria Juanita Godinho Pimenta, onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Júlio César de O. Brum – IMSNS, Henedina Dias Fernandes – CMAS/Japaraíba, Márcio Caldeira – ASSPROM, Andréa Medrado – SEDESE, Marcelo Armando – CRESS, Guilhermina Torga – SEF, Marcos Vinícius Dias Nunes – FETAEMG, Mauro Alves de Souza - ACONEQUISTAC, Adriana Rocha – SEAPA, Sérgio Sampaio Bezerra – Fed. Das APAES/MG, Mila Magalhães Ribeiro – SEPLAG, Fabiana N. S. G. Rios – ISJB, Anália Maria Ferreira – COGEMAS; conselheiros suplentes: Isabela de V. Teixeira – SEDESE, Ami Ribeiro de Amorim – Missão Ramacrisna, M^a Albanita Roberta de Lima – SEDESE, M^a de Fátima Bergamini – Sind-Saúde, Hélio Noberto – CMAS/Pouso Alegre, Volney Lopes de Araújo Costa – PSIND; os convidados: Dirlene Maria das Dores – CGH Farias, Paulo César M. Cordeiro – HY Brazil Energia, Glauber Freitas – HY Brazil Energia, Analuce Araújo Abreu – ESSE Engenharia, Eliane Almeida – ESSE Engenharia, Edma A. Marinho – SEDESE, Melissa Seixas – COPOSA, Geraldo Moizés de Oliveira – CMAS/Arcos; membros da Secretaria Executiva: Angelo Machado, Elizabeth Chalita, Rosalice Tassar, Maria Paula, Vera Lúcia, Nilce Araújo, Erika Ribeiro e Rosângela da Silva. Justificativas de ausência: Edir Petruceli – SEE, por motivos de férias regulamentares, Luiz George M. da Trindade – CMAS/Lagoa Santa, por motivos particulares, Tanit J. Sarsur – SES e Fernanda R. Maia, por estar participando de seminário em Brasília. A presidente inicia a plenária: bom dia a todos e a todos! Vamos dá inicio à nossa plenária 184º de hoje. Vocês têm em mãos a pauta. Eu vou pedir uma alteração, considerando que hoje a pedido desse conselho a SEDESE vai trazer a apresentação dos dados do censo SUAS para que os conselheiros tenham conhecimento. Esses dados foram fruto de uma oficina de trabalho a ser realizada na SEDESE na semana passada. Convidamos o CEAS para participar. Entretanto decidimos fazer essa exclusiva para que todos tenham conhecimento. Considerando que é responsabilidade destes CEAS, apoiar os conselhos na fiscalização da implantação e funcionamento dos serviços. Então nós vamos apresentar o censo na parte da tarde. Considerando que temos pontos que precisa de coro. Vamos puxar a relatoria da barragem de Mato Verde para a parte da manhã. A do HY Brazil, vamos aguardar um pouco, pois o pessoal de Guanhães está a caminho e foi agendado com eles às 14hs. Então temos que aguardar a chegada. Se chegar na parte da manha, faremos a apresentação na parte da manhã. E vamos jogar para cima a questão da

37 análise da proposta orçamentária do FEAS para 2014 que irá para a Assembléia que
38 já foi para a comissão de orçamento. E também o plano Plurianual de assistência
39 social do Estado na comissão de política. Vamos levá-lo para a parte da manhã,
40 considerando que precisa de coro. Mais alguma alteração ou podemos fechar assim.
41 Tem alguns informes para incluir, por favor. Ok! Mas alguém gostaria de colocar
42 inclusão de pauta. Tranquilo. Então vamos aprovar a pauta neste sentido. Temos
43 justificativa de ausência. Conselheira Edir da Secretaria de Estado da Educação, está
44 de férias. Luiz Jorge, Conselho municipal de Lagoa Santa, por motivo particular. Tanit
45 e Fernanda, Secretaria Estadual de Saúde, participando de um seminário em Brasília,
46 são as justificativas de ausência. Vocês receberam por e-mail as atas das plenárias
47 180^a, 181^a, 182^a, eu pergunto se tem alguma colocação, inclusão, questionamento da
48 Ata ou para podermos aprová-las. Podemos aprovar. Aprovado as três atas deste
49 conselho. Eu gostaria de informar a todos os conselheiros que a Consolação está com
50 problema de saúde. Ela quebrou o pé e está imobilizado, mesmo assim ela tem vindo
51 uma vez na semana, agilizar a questão, trabalhando por meio da internet,
52 encaminhando para mim, para o CEAS e a gente tem agendado uma vez da semana.
53 Onde estou vindo aqui ao invés de ir a cidade administrativa, coisas que precisam de
54 entendimentos, conversa e assinaturas. Teve consulta 14hs, entretanto o medico
55 identificou mais um local do pé quebrado, sendo mais dois lugares, e m dois locais e
56 ela está impossibilitada de andar. Ela tirou 15 dias e agora são mais 30 então agora
57 ela está em repouso absoluto. Acabei de falar com ela por isso o atraso, nós vamos
58 contar com a colaboração de todas as técnicas do CEAS, então peço a vocês
59 contribuição nesse sentido, e vamos desejar melhoras para a Consolação que é muito
60 importante e desenvolve um trabalho bacana nesse conselho. Falei as técnicas
61 desculpe Ângela, para o técnico também. Mas me lembraram muito bem. Bom! Como
62 tínhamos conversado vamos antecipar a apresentação da relatoria Mato Verde que
63 essa conselheira que vos fala que vai fazer a relatoria. O empreendedor está aqui
64 conosco. Nós vamos fazer a aprovação do posto de atendimento social da barragem
65 Mato Verde. O nome do empreendedor é a companhia de saneamento de Minas
66 Gerais – COPASA, responsável pela elaboração do PAS Barragem S Engenharia e
67 companhia Ltda. Municípios envolvidos Mato Verde. O tipo de processo é apreciação
68 do PAS barragem. Ele foi recebido no CEAS o processo 22 de agosto de 2013. Data
69 de entrega 20 de setembro de 2013. Vou pedir a colaboração da Técnica Rosa para
70 fazer a leitura e descrição do processo para vocês. Depois eu emito o parecer. Rosa
71 por favor. TÉCNICA ROSA – bom dia a todos! É esse processo é da barragem para
72 abastecimento do município de Mato Verde. Os dados foram coletados no relatório

73 técnico realizada por mim, com análise documental. A área foi visitada. O plano de
74 assistência social de Mato Verde, foi encaminhado ao CEAS em 24/05/2013, para
75 análise e deliberação. A análise do parecer técnico foram pautados na lei 12812. Na
76 lei 15012, na resolução do CEAS 317 e na alteração 318. Que dispõe sobre a
77 elaboração e fluxo de análise dos planos de assistência social. Será implantada no
78 trecho do Rio Viamão, com objetivo de acumulação de água para abastecimento do
79 município de Mato Verde. O aspecto importante nessa barragem, dos proprietários das
80 áreas atingidas, eu também tive a oportunidade de está com alguns moradores. Essa
81 barragem já é uma espera por ela a 10 anos, porque é uma região que falta de
82 abastecimento de água em épocas do ano. Realmente a comunidade já aguarda a sua
83 construção. Previsão de ser atingido 7 propriedades, porém 3 já foram adquiridas pela
84 COPASA. Só existe uma propriedade onde há dois moradores onde produzem. As
85 outras não têm produção. Esses dois moradores são irmãos, eles optaram e tem
86 interesse em fazer a negociação por relocacao. Não querem a indenização para
87 continuar produzindo. O posto de atendimento social, será instalados na comunidade
88 de Melancias, por ser a comunidade mais próxima da região a ser atingida. O posto de
89 atendimento vai atender a comunidade de Melancias com atividades. Fiz a visita, a
90 área, no período de 9 a 10 de junho, com acompanhamento da secretária municipal de
91 Mato Verde, além de dois conselheiros municipais. Eles apresentaram no plano o
92 diagnóstico do município de Mato Verde, habilitado no projeto básico do SUAS. É um
93 município de porte 1. Ainda a descrição da comunidade de Melancias e o diagnóstico
94 individual das propriedades. Eu descrevo na seqüência as visitas. O interesse das
95 pessoas em serem relocadas. É o PAS Mato Verde, os programas de acordo com a
96 resolução 317 do CEAS, de comunicação, negociação de terras e benfeitorias. A
97 instalação do PAS e ainda projeto de monitoramento e avaliação, que são obrigatórios
98 para o PAS. Alguma pergunta. JUANITA – senhores conselheiros após a
99 apresentação da Rosa, vocês têm alguma dúvida, algum questionamento? Pois não?
100 MÁRCIO – bom dia a todos! Foi feito uma descrição de que há uma propriedade com
101 produção e com ponto de vista. Essa propriedade será totalmente, vai deixar de
102 produzir. Como será a realocação desses moradores. ROSA – consta no PAS que
103 estão e não foram negociados, por conta de documentação. Estão em fase de
104 inventario. Esses dois irmãos são uma família e tem horta para comercialização local e
105 o reassentamento deles está previsto para uma região próxima, pois serão totalmente
106 atingidos. JUANITA – Márcio apesar desse empreendimento, desse proprietário ter
107 essa produção. Pela análise da técnica, todos os três entrevistados, pois um não
108 reside lá. Fala da importância desse empreendimento, pois estão esperando há 10

109 anos devido à seca. Então esses quatro empreendimentos já vão entrar em processo
110 de negociação. Mais alguma dúvida, questionamento. ROBERTA – eu queria só
111 clarear Rosa a proposta que está sendo negociada com o empreendedor de
112 assentamento desses produtores. Será num lugar próximo de um lugar onde possam
113 se beneficiar desse abastecimento de água por exemplo. Claro que hoje eles não têm,
114 mas estou dizendo que com a questão da barragem, se eles poderão, se vai ser
115 próximo ou se poderão ter acesso a essas questões, não sei como está isso. O
116 empreendedor pode explicar isso. ROSA – nessa área eles possuem até irrigação que
117 eles mesmos criaram de forma artesanal. Tanto que é a única propriedade do local
118 que consegue produzir alguma coisa. Agora sobre o local ser eles terão acesso,
119 gostaria que o empreendedor explicasse. MELISSA – representante da COPASA – o
120 que ocorre esses locais, ainda irão passar por definição de comum acordo entre o
121 proprietário e a COPASA, como está em processo de negociação eu não consigo
122 informar se está próxima ou mais distante. Mas tem que ser uma propriedade que vai
123 garantir para ele o abastecimento para que possa continuar produzindo. JUANITA –
124 mais algum questionamento? Satisfeitos conselheiros? Considerando que a proposta
125 está de acordo com as normativas do CEAS 317 quando da elaboração do PAS, o
126 indicativo é para aprovação. Em votação. SÉRGIO SAMPAIO – favorável à indicação.
127 MARCELO – pela aprovação. JÚLIO – pela aprovação. HELIO – pela aprovação.
128 HENEDINA – pela aprovação. MÁRCIO – com a relatora com aprovação. MARCOS –
129 pela aprovação. ANDRÉA MEDRADO – com a relatoria para aprovação. ANÁLIA –
130 pela aprovação. FÁTIMA – me abstenho. FABIANA – pela aprovação. MILA – pela
131 aprovação. GUILHERMINA – pela aprovação. MAURO – pela aprovação. JUANITA –
132 aprovado o PAS da barragem de Mato Verde. Dando andamento na nossa plenária
133 vamos trazer o plano plurianual de assistência social para ser apresentado antecipado
134 pela comissão de política para votação nessa plenária. Eu gostaria só de esclarecer
135 aos conselheiros. Esse plano plurianual é o principal instrumento que norteia a gestão
136 estadual no planejamento e na execução das ações. Esse plano foi encaminhado ao
137 CEAS em 2012, pela gestora que me antecedeu. O CEAS ficou no processo de
138 discussão desse plano. Entretanto é quando eu assumi, eu entendi que seria
139 necessário fazer algumas adequações, sendo encaminhado por e-mail e formalmente
140 para o CEAS com ofício. E é esse plano plurianual não é de 4 anos é de 3
141 considerando que nós ficamos impossibilitado de analisar ele pelo processo de
142 mudança que ocorreu e das necessárias mudanças que tive que fazer. Portanto, ele é
143 de 3 anos. É esse plano que a comissão de política vai apresentar e dá o indicativo.
144 Conselheiro Marcelo, porque a coordenadora, nós estávamos em outra reunião ontem

145 que é a organização da conferência. MARCELO – bom dia aos conselheiros e
146 conselheiros. Nós fizemos uma... partindo do princípio que todos receberam o plano
147 por e-mail. Então a discussão foi mais didática e mais rápida, considerando esses
148 aspectos. Nós apontadas e gostaríamos de um esclarecimento e diante desse
149 esclarecimento o encaminhamento eu acredito que seja pela aprovação. Eu fiz uma
150 leitura deste plano e quando vai nos benefícios assistências, especificamente na
151 vulnerabilidade temporária, ele trata e diz o seguinte: para enfrentamento de situações
152 de riscos e perdas e danos para a família e ao ler o decreto 6307 que trata dos
153 benefícios eventuais, quando fala da vulnerabilidade temporária ela é bem mais
154 abrangente. Ela diz que a situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se por
155 riscos, perdas, danos, integridade física, familiar. Assim entendidos riscos, ameaças,
156 privações de bens e segurança material. Os riscos de perdas e danos podem decorrer
157 e aí explicam quais são as perdas e danos. Mas para a lei de enfrentamento de riscos,
158 vem lá situação de abandono. Impossibilidade de não garantir abrigo aos filhos,
159 perdas de circunstância em função de vínculos familiares. Desastres de calamidade
160 pública e outras situações sociais que comprometam a sobrevivência. A pergunta é
161 dentre do que está constando aqui contempla todos os aspectos relacionados no
162 decreto 6007. JUANITA – sim Marcelo, inclusive eu gostaria de informar a todos uma
163 proposta de apresentação do plano. Entretanto por considerar não necessário. Nós
164 não trouxemos aqui para apresentar de uma forma mais sintética até para tranquilizar
165 os conselheiros com relação a sua aprovação e ter maiores conhecimentos. Quando
166 reformulamos o plano eu observei que o plano não tinha gerado os principais
167 procedimentos de planejamento do governo. Como o PPAG, o PMDI e no âmbito do
168 governo de Minas tem que seguir essa linha. Toda lógica em qualquer área, quando
169 faz o planejamento tem que observar o planejamento maior do governo, essas
170 diretrizes maiores, pois inclusive o PMDI é um planejamento de longo prazo e nas
171 áreas finalísticas não podem está diferente desse planejamento, pois lá estão as
172 questões estratégicas. Entretanto se fossemos colocar todas as questões conceituais
173 que são necessárias para cada ação para cada proteção ele seria quase que um
174 dicionário. Então, pensamos que seria mais estratégica, principalmente, a questão
175 conceitual mais sintética. Entretanto temos as legislações e não pode deixar de
176 trabalhar se não for em cima dela. Quando colocamos vulnerabilidade de risco,
177 abrange todas as situações que abrange o decreto. MARCELO – Juanita, durante a
178 discussão ainda... ROBERTA – estava inscrita aqui. Em cima dessa pergunta que o
179 Marcelo colocou eu acho que outra coisa que precisamos compreender Marcelo é o
180 seguinte. Do ponto de vista de contemplar, por exemplo, benefícios eventuais. Quando

181 criamos o piso um pouco da discussão e da estratégia que pensamos, foi criar uma
182 entidade de financiamento municipal que tentasse abarcar uma série de concepções,
183 uma série de acontecimentos do próprio município. Para não ser falar que passa o
184 dinheiro o município é engessado e aí tem toda uma discussão que podemos fazer
185 sem dizer que é insuficiente. Mas quando foi criado o piso a lógica, essa identidade foi
186 muito para galgar um valor onde pudesse ter uma concepção de financiamento na
187 política de assistência em Minas Gerais e segundo galgarem patamares que
188 contemplasse para além de 50% das cidades. Principalmente quando se trata de
189 benefício eventual. Não tem ninguém no Estado de Minas Gerais com 853 municípios,
190 que consiga fazer um planejamento que aproxime de alguma estimativa, quando se
191 fala de benefício eventual, pois para se calcular a perspectiva temporária em 853
192 municípios e se não tiverem bem organizado que é uma questão que percebemos hoje
193 do ponto de vista do diagnóstico da informação, não iremos conseguir pautar isso no
194 planejamento do Estado. Então o que pensamos e imaginamos do ponto de vista de
195 Minas Gerais é criar a identidade desse piso, reforçar esse piso para que possa um
196 dia contemplar de uma forma com cobertura maior principalmente em benefício de
197 vulnerabilidade. Deve ser algo que por mais você queria planejar você ainda tem um
198 margem de escuridão para calcular e poder atender a população na hora que ela
199 demanda uma questão sazonal e na hora que se precisa atender a essa população.
200 JUANITA – eu só queria falar também para esse conselho. O Estado ele está
201 avançando muito no processo de monitoramento e acompanhamento ao município.
202 Esse ano nós identificamos que para o ano que vem, teremos que identificar e fazer a
203 avaliação dos benefícios eventuais com relação ao piso. Quando ele recebe o piso e
204 marca que vai financiar o benefício eventual, então o ano que vem iremos conversar
205 com os municípios. Verificar a regularização dos benefícios, pois está financiando com
206 o piso 2 anos 3 anos. De que forma está sendo essa concessão e de que forma se
207 tem parâmetros para apoiar os municípios nesse financiamento. Então essa será uma
208 ação para o ano que vem. A questão dos benefícios eventuais, financiados com o piso
209 e a outra questão é com relação ao migrante. Pois com relação ao programa casa lar,
210 que é acolhimento institucional que a SEDESE tem uma parceria com a federação das
211 APAEs, que é acolhimento institucional ou para pessoa adulta com deficiência que foi
212 oriundo da FEBEM, com a desinstitucionalização do abrigo da FEBEM. Nós fizemos
213 essa parceria que vocês conhecem e sabem muito bem, então para este ano nós já
214 começamos a ter conversas com a APAES e com outras entidades que temos essa
215 parceria, no sentido de aperfeiçoar e aprimorar a oferta desse serviço. Para o ano que
216 vem será benefício eventual e para emigrante. Em título de esclarecimentos.

217 MARCELO – nós temos inscrições, mas deixa eu só acabar de fazer as discussões da
218 comissão. Inclusive Juanita, até em cima da sua fala, você já até respondeu. É na
219 questão dos benefícios eventuais. Você está dizendo que a partir do ano que vem.
220 JUANITA – na verdade o que faremos é avaliar a partir do ano que vem, como é feito
221 com os demais serviços que será apresentado por meio do censo e por meio do
222 benefício que temos o SIM que vai iniciar essa avaliação. Agora os municípios que
223 financiamento com benefícios eventuais isso aí é só se o conselho solicitando a gente
224 apresenta sem nenhum problema. MARCELO – outra questão é da questão da
225 regionalização, não existe nenhuma previsão no plano de metas nesse período.
226 Também está ausente. Outra situação é na pagina 104 os dados físicos financeiros,
227 também foram discutidos na comissão que não apresenta. Quando se fala dos dados
228 físico-financeiro dizendo PPAG 2012/2015 e vem falando das unidades orçamentárias
229 e vem explicando por ações, as ações de co-financiamento tanto dos benefícios para
230 os municípios proteção básicas especial e em determinado momento. Há desculpa!
231 Agora está nessa pagina mesmo, então começa dizendo, falando das ações que serão
232 demandadas neste período 2012/2015 nas ações de co-financiamento, depois logo a
233 frente vem ano de referencia 2013 especificamente, mais abaixo. Já começa ano 2013
234 e depois não se verificar. Na de 2013 verifica-se que as ações deste período são
235 diferentes das ações que estão no 2012 a 2015, então ficamos em duvida, porque está
236 dessa forma. Júlio me ajuda. Outro ponto que preocupou e aí é só para reflexão e está
237 na pagina 86, quando se fala do curso telepresencial e observou-se a pouca
238 participação de conselheiros nesse telepresencial, se for observar o numero de
239 gestores e de técnicos que participam, nós verificamos um numero muito pequeno de
240 conselheiros, nós fizemos essa discussão e o que precisamos para conselheiros
241 participar. O que está acontecendo se existe algum diagnóstico por parte da SEDESE
242 nessa situação. Então foi isso que nós apontamos na nossa comissão. JUANITA –
243 bom na verdade é vou com relação a situações. Regionalização. Porque não tem a
244 meta ainda. Porque é um plano plurianual para os próximos três anos. Esse
245 planejamento segue como eu disse alguns instrumentos anteriores construídos, com
246 relação à regionalização, nós temos outro instrumento de planejamento que já foi
247 acordado e pactuado nesse CEAS que é o pacto de aprimoramento de gestão
248 estadual. Que é o acordo de gestão do Estado com relação a ajustes no SUAS
249 Estadual, a meta com relação a regionalização é elaborar o plano de regionalização e
250 isso está sendo construído e é para 2013, porque nós estamos cumprindo a resolução
251 366 que é o fruto da materialização da resolução o que está sendo apresentado nas
252 pré-conferencias regionais. Toda planejamento você sabe que podemos inclusive

253 propor alteração. O planejamento nós priorizamos de não colocar a informação porque
254 já tínhamos fechado a proposta e por intervenção do MP que nos procurou e estamos
255 com o CAO da infância e da juventude trabalhando este diagnóstico, só que onde o
256 CAO está identificando para nós a necessidade de implantar o serviço regionalizado
257 nós estamos contrapondo o CAO no momento e estamos no período de discussão.
258 Para colocar uma meta e depois fazer alteração, nós preferimos colocar para o ano
259 que vem e apresentar a retificação nesse plano da implantação de serviço
260 regionalizado considerando o orçamento da SEDESE e o planejamento que foi
261 acordado. Com relação às metas. Isso que eu informei antes. O que temos acordados
262 de metas de regionalização é apresentar o diagnóstico da regionalização e o plano de
263 regionalização que é 2013 que é o que está sendo apresentado nas conferências
264 regionais. A implantação de serviço regionalizado, ainda não temos acordado isso,
265 quando você irá trazer para o conselho e depois das discussões com o MP, mas se o
266 CEAS entender que é necessário o registro no planejamento não tem nenhum
267 inconveniente ok Marcelo! A outra questão que é os dados apresentados na página
268 124 que é o SIGPLAN, é quando eu falei que o plano teve que sofrer alterações, essa
269 parte é especificamente com relação ao monitoramento da execução do plano, onde
270 eu coloco que no próprio governo existem monitoramento daquilo que é planejado, um
271 dos instrumentos que nós citamos é o SIGPLAN eu citei outros como revisão do
272 PPAG, que as metas estratégicas são as mesmas que estão lá. Isso foi citado como um
273 dos instrumentos de monitoramento do plano. Quando a gente entra no sistema do
274 SIGPLAN ela está no planejamento de 4 anos, porque é o período de vigência do
275 mandato do governador e do plano plurianual de ação governamental. Onde cada área
276 é inserida um período de 4 anos e depois anualmente é inserido de acordo com a
277 alteração que é feito com as modificações. Essas informações que são lançadas
278 anualmente vocês podem pegar a prestação de contas do CEAS trimestralmente que
279 as metas batem com as metas que estão sendo informadas no SIGPLAN. Com
280 relação ao Telepresencial. É esse ano especificamente quando nós organizamos o
281 telepresencial para este ano, nós planejamos vagas para município por porte, não
282 existia este tipo de planejamento. Pois, existia uma demanda de município que queria
283 participar muito, quem escrevia primeiro era atendido e quem demorava não se
284 inscrevia. Com isso nós fizemos um planejamento de número de vagas por porte de
285 município até para poder priorizar o maior e trazendo mais pessoas do município. Com
286 isso nós acordamos também na meta que 10% de cada município da meta seria para
287 o controle social. Entretanto, é o que nós disponibilizamos para o município e depende
288 do gestor no processo de divulgar e levar os trabalhadores para capacitação depende

289 do conselho de falar que é necessário e da importância dele de participar, não só com
290 relação ao conselho é, mas também a gente tem um problema de participação do
291 gestor. Se você observar aí temos uma baixa participação do gestor, considerando
292 que a configuração dele é basicamente de gestão, não entramos em minúcias de
293 temas para técnico, falamos mais com temáticas afetas com a gestão. Entretanto,
294 quando eu peço relatório para a diretoria de capacitação que tem mais participantes
295 dos profissionais dos CRAS do CREAS. Inclusive esse quadro foi colocado no
296 planejamento, porque esse conselho falou que precisava de um levantamento do
297 telepresencial, se estava bom e quais os dados que a SEDESE tinha de pessoas que
298 frequentavam o telepresencial. Não era para está aí. Só coloquei porque foi uma
299 necessidade desse conselho que me apresentou de um relatório de como estava. Já
300 apresentei um relatório de planejamento e já apresentei nessa data como estava a
301 situação. Se ainda não tiver ficado claro eu me coloco à disposição para dar os
302 esclarecimentos. MARCELO – bom! O que concluímos que o plano plurianual ele tem
303 dados diagnósticos na sua grande parte dele e quando vai tratar especificamente de é
304 do plano de metas é que vai clarear para nós as ações que serão implementadas no
305 período de 2013/2015. E que, portanto, está na página 99 para os conselheiros
306 ficarem atentos no que diz respeito, às prioridades que serão colocadas no período é
307 de 2013/2015, as ações que serão pautadas o produto que será realizado e o valor
308 financeiro. O diagnóstico nos apresenta uma realidade que o Estado tem feito ao longo
309 do período e no plano de metas é o que ele irá fazer no período de 2013/2015.
310 Quando eu trouxe essa questão do telepresencial é justamente diante das discussões
311 que foram feitas. Eu lembro do início do telepresencial que tivemos essa preocupação
312 de que os conselhos municipais pudessem participar considerando que são eles que
313 aprovam isso que estamos discutindo agora. Se eles não participam disso e que dá
314 pra eles condições de capacitarem para poder deliberar e é por isso a preocupação
315 que trouxemos do pequeno numero de participantes, porque fica ai para o próximo
316 conselho a preocupação que nos telepresenciais um número maior de participantes.
317 Mas temos aí inscritos o Volney, o Júlio, o Márcio e a Roberta. VOLNEY – eu não
318 sabia que iria passar para aprovação hoje, acabou que eu teria outras observações
319 que eu destaquei no meu computador, mas vou trazer o que eu me lembro. Juanita,
320 me chamou muita a atenção na diretoria regional de Patos de Minas. Duas cidades,
321 página 11, eu queria entender qual o critério de uma cidade ir para determinada
322 regional. Vou pegar um exemplo, regional de Patos de Minas, tem duas cidades que
323 eu conheço e são próximas à minha cidade e nós somos uma Serra que divide
324 geograficamente que é a Serra da Saudade. Estrela do Indaiá e Serra da Saudade,

325 são dois municípios que estão ao lado da regional de Divinópolis e eles estão locados
326 na regional de Patos de Minas ai tem uma outra regional que tem uma outra cidade de
327 Serra de Amoite que está muito mais próxima de Patos e está locada em Divinópolis,
328 eu gostaria de entender um pouco se são critérios políticos eu queria entender que
329 determinada as cidades para um regional e me chamou a atenção porque estão muito
330 próximos. Outra coisa até voltando ao telepresencial, eu estive em Paracatu e vou
331 trazer uma informação que eu não tenho condições e eu não pude constatar e eu ouvi.
332 Um munícipe disse que não vem no telepresencial, porque nós rodamos 400km para
333 uma telepresencial ou seja 800km, o que ele me disse, não me lembro o município,
334 mas eu acho interessante termos uma noção de distancias geográficas dos
335 municípios, porque se procede a informação de ter que rodar 400km a cada 15 dias se
336 torna inviável a minha participação, então acho que é um ponto de pensar e avançar
337 nessas discussões. Isso me preocupa muito, mas muito. São essas as observações.
338 JUANITA – bom! Vamos ouvir todo mundo, as perguntas ou respondo depois. JÚLIO -
339 as questões o Marcelo acabou já colocando, mas na pagina 15, onde fala de RH o
340 PPA é exclusivamente de assistência social, ai minha duvida é no gráfico se esses
341 recursos humanos são da assistência social ou das demais secretarias juntas. Pagina
342 15 ou 16. MÁRCIO – é eu tinha enviado para o CEAS duas questões, uma é
343 esclarecimento em relação ao instrumento do plano, se nesse instrumento de
344 planejamento nós também poderíamos escrever a absorção dos candidatos eleitos no
345 concurso. Vai ser realizado o concurso pela SEDESE. JUANITA – tá a meta aí no
346 plano de meta. MÁRCIO – porque dentro da estrutura do Plano de Metas. Onde
347 estaria garantida essa absorção. E a segunda questão é que identifiquei dois valores
348 diferentes para a LOAS de 2013 no valor de sessenta e oito milhões e a outra
349 sessenta e nove e eu não consegui identificar. JUANITA – em um dos dois lugares
350 está errado, não é isso? MÁRCIO – eu vou identificar as páginas quais são
351 justamente... JUANITA – eu tenho que ter essa informação. MÁRCIO – eu vou
352 identificar as páginas precisas para que a gente possa localizar detalhadamente a
353 questão. ROBERTA – eu só queria dá um. Só pra refletir, as questões que foram
354 colocadas pelos conselheiros, pois precisamos ficar atenta na leitura do plano como
355 um todo. Por exemplo, às vezes faz questionamento da pagina e esquece de fazer a
356 compreensão do contexto que ela está. Se eu estou lendo o diagnóstico do Estado eu
357 tenho que ler o diagnóstico. Então aquilo ali é o diagnóstico. Responder por que está
358 assim ou assado está no diagnóstico. Aí tem uma parte que é o planejamento, o que
359 vamos fazer para combater aquilo. Aí é para nós atermos e eu coloco isso em cima
360 dos questionamentos que foram colocados. Assim é tem pouco questionamento em

361 função de qual é o planejamento até 2015 para essas questões. Quando você
362 pergunta a questão da regional, primeiro precisa compreender que o telepresencial ele
363 não está vinculado à regional. O cara pode ser de uma regional aqui e participar de
364 uma telepresencial lá. Entendeu! A outra coisa é uma resposta porque Mucuri que está
365 mais próximo de Minas, pertence à Bahia. Porque Montalvânia está mais próxima de
366 Bahia e pertence a Minas Gerais. Um pouco da aflição assim é como nós vamos
367 conhecer o planejamento para 4 anos em cima da política como vamos monitorar,
368 quais são as peças pensadas para monitorar, quais são as ferramentas que temos
369 para alterar este planejamento. Pois acho que é um pouco isso que se não aprofundou
370 deveria aprofundar e fazer uma leitura do plano como um todo. Para compreender o
371 que está posto e aí Juanita eu gostaria de colocar uma coisa que o Marcelo refletiu de
372 nós é colocarmos dentro do plano qual é a data mesmo que nós vamos colocar a meta
373 de regionalização. Isso que você explicou ele tem que está. Não se se estava, se nós
374 estamos num processo de construção conjunta na hora de planejar ela tem que está
375 no plano quando iremos fazer e outra questão se possível colocar a meta que nós
376 temos, mesmo que seja possível de mudança. Porque um plano deve sofrer
377 alterações, porque se não sofrer ele ta sujeito a ser engavetado e sujeito de não ter
378 compreensão do que está sendo feito. Você faz um plano para 4 anos, mas deve ter
379 um processo de monitoramento como ela colocou na proposta do plano e ele deve ser
380 sujeito a alteração. Ela sabe onde nós vamos até 2015, agora se a compreensão não
381 estiver clara para estes conselheiros nós precisamos compreender isso. VOLNEY – só
382 pegando um gancho dela aqui. Roberta ta ouvindo, eu citei um exemplo localizado.
383 Mas eu perguntei quais os critérios utilizados para a cidade está localadas em
384 determinada regional entendeu! Parece que eu peguei a coisa gelada, eu peguei quais
385 os critérios. JUANITA – Eu vou te responder. Volney as regionais ela não é da SUBAS
386 ela é da SEDESE atende as três subsecretarias projetos especiais, direitos humanos e
387 assistência. Nós felizmente vamos ter equipe exclusiva da assistência o que irá
388 potencializar muito o nosso trabalho, que hoje a equipe é única da SEDESE, nós
389 contamos com regionais que tem equipe, com regionais que não tem equipe. Então
390 isso reflete na ação da regional. quais os critérios que são identificados nos municípios
391 para serem agrupados para regional. nós temos um estudo feito pela SEDESE onde
392 agrupou demonstrou para a SEDESE a necessidade de agrupar os municípios por
393 regional. uma coisa é onde as regionais estão outra coisa é o critério para que esses
394 municípios sejam agrupados. O critério é de acordo com este estudo feito pela
395 FUNDEP para a SEDESE inclusive a FUNDEP mostrou para a SEDESE que era
396 necessário ter 25 regionais, entretanto nós já implantamos 20. Com relação a questão

397 da regional, dos municípios vinculados a regional. prejudicar o telepresencial isso não
398 existe, porque o telepresencial na mesma lógica da URCMAS a gente prioriza a sede
399 no município regional. Entretanto quando o município nós apresenta uma proposta de
400 implantar um pólo ou uma parceria AMM, universidade, o que o parceiro tem como
401 comprovar. Capacidade instalada de receber os alunos, então a SEDESE tem só 20
402 regional e 53 pólos essa abrangência é muito maior e você pode verificar no mapa.
403 Separamos os municípios por pólo por proximidade, entretanto quando o município
404 liga pra gente e fala eu estou longe e quero mudar, isso é completamente possível e
405 se muda toda hora. Inclusive a Anália me solicitou aqui que Bom Sucesso quis ir para
406 ela para o pólo de Campo Belo. É o município fazer o pleito, vamos ao sistema e
407 mudamos a chave, porque todo município fica vinculado a monitoramento e
408 frequência. Então isso não é vinculado. Se o conselheiro lá de Paracatu te apresentou
409 essa demanda ele tem completo desconhecimento do funcionamento. Não é
410 impeditivo para participar, é só ele apresentar o município que ele quer criar o vínculo.
411 Outra questão é inclusive fazemos uma pesquisa com os pólos para verificar a
412 questão da infraestrutura, já fizemos a primeira, vamos fazer a final agora. E vamos
413 fazer nessas correções. Respondendo ao Júlio na pagina 15 esse RH que está ai é só
414 da subsecretaria. Porque esse planejamento é do plano plurianual da assistência
415 social. As regionais foram inseridas, porque elas trabalham para as subsecretarias.
416 Então eu tenho que contar com elas. Mas no âmbito SEDESE é so equipe da
417 Subsecretaria. Com relação ao Márcio, está no plano de metas para o concurso para
418 2014, o concurso será em 2013, então a meta está lá. E com relação a Roberta ela
419 não teve pergunta e só fez algumas considerações. Eu também quero clarear que o
420 plano deu um pouco de trabalho, pois ele não tinha uma lógica seqüencial dos outros
421 instrumentos de planejamento do governo, e ai tivemos que refazê-lo e o diagnóstico
422 que existia no outro plano era um diagnóstico macro não foi feito considerando os
423 dados do CAD único então nós tivemos que pedir ao observatório de desenvolvimento
424 social levantamento dos dados então por isso da demora, mas conselheiro Marcelo.
425 Eu me comprometo colocar essa informação, eu penso que não podemos ficar sem o
426 plano aprovado e eu me comprometo a enviar para essa CEAS a errata da pagina que
427 vai ser inserida desse texto de como vai ficar a questão da regionalização. Eu preferir
428 seguir a lógica que a Roberta falou e o que a gente vai garantir nesse primeiro
429 momento é esse diagnóstico que está ai e como a Roberta falou planejamento todo
430 ano nós teremos que fazer alteração dele caso necessário, eu pensei fazer alteração
431 no ano seguinte. Entretanto se vocês acham que isso deva está presente eu me
432 comprometo de inseri-lo. MARCELO – é espiritualmente é pela aprovação. Estava na

433 reunião. Na comissão organizadora da Conferência, por isso ela não pode participar.
434 O encaminhamento da comissão é pela aprovação. MÁRCIO – a questão só de
435 esclarecimento presidente as duas paginas que eu identifiquei a pagina 56 e 59 que
436 há uma distorção da LOAS uma está 69087 e na pagina 56 está 68. JUANITA – a tá. É
437 porque na verdade ai vou pedir a Isabela, eu tenho a impressão de quando colocamos
438 a previsão orçamentária do PPAG, foi o que nós prevíamos e a LOA foi o que foi
439 aprovado na Assembléia é diferente mesmo, no PPAG foi a previsão do FEAS para 4
440 anos e a LOA é o que a Assembleia aprovou então é diferente mesmo. É esse
441 raciocínio não é isso Isabela. Esclarecidos eu pergunto aos conselheiros se o plano
442 está aprovado ou se tem algum outro questionamento. Aprovado o plano plurianual
443 onde eu me comprometo a colocar a inserção e encaminhar para esse CEAS a errata
444 e depois a publicação do plano. Já tem alguém para minutar a resolução, por favor,
445 porque para imprimir o plano tem que imprimir com a resolução do CEAS aprovando o
446 plano para publicação. Já está pronto! Não está não, enquanto procuram vamos
447 passar para a comissão de orçamento que irá encaminhar o orçamento do FEAS para
448 aprovação e será encaminhado para a Assembleia para conhecimento e deliberação
449 deste conselho. Conselheira Andréa. ANDRÉA – bom dia a todos os conselheiros. Eu
450 vou ler a síntese da discussão da proposta orçamentária e depois fizemos um quadro
451 comparativo da proposta de 2013 para esta proposta de 2014. Quem participa da
452 comissão o Ami que estava ausente. Eu, OK! Eu enquanto coordenadora; a Clodoália
453 estava ausente; Fabiana, presente; João Ademar, presente; Luiz George estava
454 ausente; Mila – Seplag, presente e o Sérgio – APAE, presente. Bom a síntese da
455 discussão ela está em cumprimento ao dispositivo do artigo 13, inciso 7 da Lei
456 12692/96, demonstra disponibilidade financeira para o operacionalização das ações
457 programadas da assistência social, fixando as despesas e estabelecendo as receitas
458 para o período de um ano, teve um aumento de recurso em relação ao recurso de
459 2013 que era R\$68.492.587 para R\$74.496.426 e teve um aumento significativo no
460 recursos da ação do co-financiamento, bem como da ação de qualificação de recursos
461 humanos. A proposta para 2014 é a que está de azul. O que foi publicado em 2013
462 para 20014. O piso mineiro era no valor de R\$48.000.000,00 para o ano de 2014, teve
463 um aumento significativo de aproximadamente 5milhoes para cobrir o piso mineiro no
464 valor de R\$53.000.000,00. A cobertura universal dos 853 municípios, isso muito em
465 pro de 1,80 para os 753 municípios que universalizou para os 853 de 2,20. Vou até
466 pedir ajuda da SUBAS se quiserem complementar. Na proteção básica deste ano de
467 2013 tínhamos um orçamento de R\$3.879.000,00 para atendimento de 104 unidades
468 para a proposta de 2014 o orçamento foi de R\$2981.000,00 em decorrência dessa

469 diminuição foi a municipalização das unidades já co-financiadas estes ano. Para a
470 proteção especial, tínhamos um orçamento de R\$14839.000,00 esse orçamento foi
471 praticamente mantido, passou R\$14813.000,00 mantendo as mesmas unidades de co-
472 financiamento. Para a operacionalização do CEAS tínhamos um orçamento
473 R\$659.000,00 tendo ai uma implementação que o governo e sempre coloca em
474 decorrência das conferências Estaduais, teve uma implementação do governo
475 Estadual e para o ano de 2014, esse recurso ele não foi estimado em decorrência de
476 não haver conferência par ao ano. Então para a operacionalização do conselho
477 estamos com valor de R\$362.000,00, para a ação de qualificação de recursos
478 humanos, nós temos uma implementação. Este ano foi um valor de R\$929.000,00 e
479 temos uma implementação muito forte de R\$1.991.000,00 para cobertura de
480 qualificação em todos os municípios para todos os atores da assistência social. Para a
481 ultima ação exposta, gestão monitoramento e avaliação do SUAS, temos um valor de
482 cobertura de 2013, de R\$190.000,00 e para 2014 ela foi implementada para
483 R\$807.000,00. Então no somatório total é o que colocamos na súmula, nós tivemos
484 dois recursos bem significativos tanto para o piso quanto para a aprovação. E o
485 indicativo da comissão é para aprovação dessa proposta orçamentária para 2014. A
486 proposta é de R\$74.196.000,00. Agora abrimos para complementações. SÉRGIO – na
487 verdade gostaria de detalhar mais na comissão e utilização da metodologia de fazer
488 uma comparação do orçamento do ano passado e do orçamento deste ano. Então
489 para entendermos o que foi reduzido e aquilo que foi aumentado. O que se observa
490 fazendo essa comparação é que em primeiro lugar tivemos um aumento no orçamento
491 total do FEAS. Na ordem de 22% na verdade os recursos que trabalhamos no ano
492 passado, este ano foi aumentado no orçamento do ano que vem. No entanto quando
493 fragmentamos o orçamento e analisamos cada ação vimos as diferenças. Onde
494 aumentou onde diminuiu. Então se tem algumas ações no orçamento do FEAS. O co-
495 financiamento do piso mineiro, a operacionalização do CEAS, o serviço de proteção
496 básica o co-financiamento do serviço de proteção especial. O monitoramento e
497 avaliação do SUAS e a qualificação de recursos humanos. O que observamos quando
498 se faz a comparação é por exemplo. Houve uma redução dos recursos do tesouro
499 destinados para a operacionalização do conselho. Os recursos de uma forma geral,
500 ficou na mesma, significa em valor absoluto. Mas se considerarmos houve uma
501 redução na manutenção do conselho de no mínimo 6%, nem foi reajustado,
502 considerando o IPCA que é de 6% essa correção não houve. Tirando o valor para
503 realização da conferência. Essa foi uma avaliação que fizemos e essa conservação se
504 deu com aumento principalmente com recursos federais, do tesouro do município e

505 outra fonte é a arrecadação. São três fontes de recursos: arrecadação do CEAS,
506 tesouro Estadual e aporte federal. Na verdade os recursos do governo Estadual ele
507 reduz e compensado com o aumento que vai ter com o aumento das transferências
508 federais na ação é operacionalização do conselho de assistência social. As outras
509 ações elas praticamente se mantêm no mesmo orçamento com alguma correção.
510 Agora, porque o indicativo da aprovação. Porque entendemos que houve um aporte de
511 recursos do tesouro estadual, muito significativo, sendo uma o piso mineiro que não
512 verdade o Estado vai aportar mais R\$4.000.000,00 ano que vem e os recursos
513 humanos para o SUAS. Então, na verdade, ele reduziu, por exemplo, na ação de
514 operacionalização do conselho, mas ele aumentou significativamente em ações que a
515 gente entende que nesse momento para construção do SUAS. Então essa foi a
516 análise detalhada, nós analisamos fonte por fonte, sabemos onde o recurso só para
517 detalhar mais, onde houve redução, onde houve transferências federais, é e a nossa
518 análise é essa. Então nosso indicativo para aprovação, houve um aumento de 22%
519 esse aumento consideravelmente do aporte do governo federal dentro dessas duas
520 ações piso e qualificação de recursos humanos. JUANITA – quero fazer algumas
521 considerações e agradecer o Sérgio por essas colocações. Primeiro o aumento dado
522 no piso foi considerando esse raciocínio do PPAG, onde fizemos uma proposta de
523 universalização do piso e da universalização do valor de 1,80 para 2,20, então o
524 acréscimo foi este. Considerando que foi universalizado e agora é aumentar de 1,80
525 por família para 2,20 por família. A outra situação porque rede histórica. O FEAS tem
526 três modalidade de recurso para município, um é o piso que é universalizado, a outra
527 coisa é o co-financiamento básica e especial, que era o co-financiamento que a
528 SEDESE tinha, foi quando a SEDESE eliminou o antigo e socializou o piso a
529 universalização, porque diminuiu o financiamento na fonte 10 e na proteção básica é
530 aquilo que foi dito. A SEDESE executava a função básica, municipalizou para o
531 município a outra questão da proteção especial, nós temos uma ação que foi extinta,
532 porque o serviço nós avaliamos que não era um serviço de assistência social, mas era
533 pago recursos do FEAS. Que era UAE, esse recurso foi garantido no co-financiamento
534 para regionalização no ano que vem. Então o recurso não foi alterado. Extinguiu o
535 programa, mas o recurso foi mantido no orçamento para priorizar a ação de
536 regionalização. A questão do aumento do recurso para a fonte 56, porque nos outros
537 orçamentos, foi subestimado o valor que foi colocado no orçamento, até porque como
538 vocês sabem o FEAS recebe recursos da fonte IGDM e IGDSUAS e ele tem um teto
539 Maximo. A SEDESE sempre entendeu que se deve colocar o valor mínimo
540 considerando as possibilidades de não receber este recursos. O que fizemos este ano.

541 Uma média dos recursos que a SEDESE/SUBAS já recebia do FEAS de IGDE e
542 IGDSUAS, então por isso este valor aumentou no orçamento, que nós trabalhamos
543 com a media igual foi feita a analise do Sergio. Porque foi diminuído o valor do CEAS
544 na fonte 10, primeiro a Andréia já apresentou a questão da conferencia, segundo que
545 a execução financeira como vocês sabem que é apresentado aqui toda a prestação de
546 contas. A execução do conselho é uma media de 83 até 87%, não executa o valor total
547 daquilo que foi planejado. Então quando se faz proposta orçamentária o planejamento
548 libera o que você garante a execução. Então eu tenho problemas de garantir
549 orçamento na ação que eu não consigo executar. Esse esclarecimento antes de abrir
550 para pergunta para conselheiros. ROBERTA. ROBERTA – eu só quero ressaltar a
551 questão que o Sérgio ressaltou da questão do orçamento da operacionalização do
552 conselho é diminuiu e ai como JUANITA colocou eu quero inclusive ressaltar uma
553 questão que é a seguinte. Quando a gente aloca orçamento, se você não gasta no ano
554 seguinte você corta, inclusive seu patamar seu limite orçamentário para você colocar.
555 Quando se colocou R\$300.000,00 para o conselho. Considerando a conferencia que
556 não vai ter, nós precisamos compreender. Que este conselho não gasta 200.000 no
557 seu planejamento. Se fizer um bom planejamento eu me lembro de inclusive na época
558 que eu fui subsecretaria. É a primeira vez que nós anunciamos corte, restrições de
559 gastos que foi essa comunicação interna, cumprindo o decreto do governador, foi a
560 primeira vez em 8 anos que eu estou na SEDESE, caso contrario nós nunca
561 restringimos gastos neste conselho e este conselho nunca gastou orçamento mesmo
562 com seu bom planejamento, executando todas as ações. Eu queria tranquilizar
563 antemão. Mesmo sendo R\$300.000,00, eu quero tranquilizar os conselheiros e dizer
564 que vocês podem ter certeza que é o suficiente para manutenção da proposta é para a
565 manutenção desse conselho. Tirando os gastos que tem com pessoal, esse gasto é
566 especificamente com os conselheiros. Quase que especificamente com conselheiros.
567 JÚLIO – só uma questão de entendimento mesmo. É fica um pouco complicado
568 entender quando não se visualiza e não deu pra ver o que estava sendo apresentado.
569 Temos que pensar numa forma que fique mais claro isso. O piso mineiro teve um
570 aumento significativo de 6%, temos que pensar que é um aumento. E outra coisa é
571 quanto ao conselho, é de fato a gente não consegue executar toda a despesa do
572 conselho. É complicado também tendo uma em vista uma decisão que foi da plenária
573 desse conselho. Visitarmos algumas entidades que tem convênio com o governo de
574 Minas. A SEDESE e ficou decidido para eu ir á Caratinga, depois de passado as
575 conferências, viria para cá e eu acabei não podendo ir devido à ausência de recursos.
576 Então de fato às vezes não será executado a despesas, mas alguns casos por

577 limitações que aconteceram. Isso aconteceu comigo, mas só esclarecendo este fato.
578 FÁTIMA - Eu fiquei preocupada com a redução e fiz as contas do que foi reduzido para
579 o conselho, então foi R\$300.000,00 na fonte de R\$695.000,00 foi reduzido por 392.
580 Esse conselho não consegue fazer todo o planejamento, então gostaria de saber onde
581 está o erro. Se houve planejamento se diz aqui que não consegue, concluir a metade
582 daquilo que foi planejamento. É o que se diz, não consegue cumprir tudo aquilo que foi
583 programado. Da licença que eu não conclui ainda não. Eu estou preocupada, estamos
584 com redução de despesas este conselho está reduzindo. Algumas coisas foram
585 reduzidas, se não pensarmos bem no próximo planejamento para 2014, nos vamos
586 ficar cada dia diminuindo as despesas. Trabalhar bastante nas metas e eu digo por
587 que 50% não se diz que nem. Eu não posso dizer que não foi cumprido, mas temos
588 que rever e melhorar o andamento do conselho. ANDRÉA – essa redução Fátima só
589 para lembrar de 300 mil reais, foi muito em cima da conferência e a outra questão do
590 conselho é com a vinda do CEAS para a casa de direitos humanos, sendo até uma
591 economia para o CEAS. Porque lá pagávamos condomínio outras despesas que agora
592 não vão ser mais computadas. Nós fizemos os cálculos e conversamos a respeito
593 disso e pela aprovação do valor de R\$362, que é suficiente para o custeio operacional
594 do CEAS e não prejudicando as ações. Independente do que está acontecendo agora
595 que é atípico a questão do decreto que está sendo colocado, não só a SEDESE para
596 todos os órgãos e entidades que faz parte da Administração Pública Estadual, só para
597 clarear. JUANITA – eu vou anotar tudo e depois eu respondo de uma vez. MÁRCIO –
598 mas é uma dúvida em relação à colocação que o Sérgio colocou aqui que foi um
599 incremento de 22%. Foi justamente isso porque não apresenta. ISABELA – são quase
600 10%. Eu iria falar isso agora é especificamente quase 10% e no orçamento todo é
601 mais ou menos isso. E outra questão complementando a fala da Fátima e dos outros
602 conselheiros é que de fonte 10 pode ser reduzido um pouco e teve um incremento na
603 fonte 56 e as mesmas despesas da fonte 10 pode ser feita na fonte 56 e fonte 56
604 como a JUANITA destacou é IGD SUAS e bolsa e tem que ter 3% então temos que no
605 mínimo, então é mais que obrigação esse aporte de recurso mesmo se superar a fonte
606 10 tem a fonte 56, que está à disposição e temos que colocar para vocês gastarem e
607 temos que enviar o planejamento. Para nós não tem nenhuma questão para
608 cumprimento legal, tem que planejar e gastar a fonte 56 também. JUANITA –
609 conselheiro Sérgio. SÉRGIO – eu só quero corroborar a fala da Fátima, pois acho que
610 ela tem toda razão, porque é difícil para nós do conselho é está pleiteando, junto à
611 SEDESE ou à SEPLAG, se nós não executamos, então acho que o conselho tem que
612 se debruçar, mesmo considerando a questão dos 300 mil que é conferência ok. Este

613 ano um ano atípico, pois tinha conferência. Estamos em mesmo patamar
614 orçamentário, até o reajuste não é aplicado. Até de fato tem um problema de execução
615 no orçamento. Então precisamos estudar isso para executar, pois acho que o conselho
616 tem muitas funções. Como foi colocado pelo Julio. Porque não estamos executando.
617 Acho que durante o ano a comissão de orçamento pode fazer esse trabalho e o
618 monitoramento do orçamento, aquilo que fazemos trimestralmente que fazemos com a
619 execução para chegarmos ao final do ano e faltar de fato dinheiro e temos que pedir
620 aumento. Isso fortalece a SEDESE com a discussão na SEPLAG, agora se de fato
621 não executamos como vamos chegar e pedir orçamento. O orçamento é elaborado
622 conforme você executou no ano passado. É um indicador pra elaborar o orçamento do
623 ano subsequente. JUANITA – conselheiro Ami, por favor. AMI – eu queria fazer só
624 algumas perguntas, primeiro é o seguinte esses 74 milhões orçados para o ano que
625 vem é somente este recurso que o Estado de Minas aplica na assistência social? Essa
626 e a primeira pergunta. A segunda se for só esse quanto representa esses 74 milhões
627 no orçamento do Estado? E quanto desse recurso é para manter pessoal, qual o
628 percentual, quanto o Estado de Minas paga de juros à união e às instituições fora. Eu
629 fiz uma conta que se for só estes 74 milhões, nós aplicamos para cada município do
630 Estado se for este meu cálculo 86 mil reais. Pra cada município. E para população
631 necessitada do Estado e Município não sei quanto que é nem o Estado deve saber e
632 quanto representa os 74 milhões em relação aos necessitados. E outra pergunta que
633 eu gostaria de saber quanto à união federal aplica na assistência social em Minas
634 Gerais e quanto os municípios do Estado de Minas Gerais, aplicam na assistência
635 social no Estado de Minas Gerais. Eu creio que todos nós somos conselheiros da
636 Assistência Social, acho que nós temos de aprender e condições de separar atividade
637 de Estado e atividade de conselheiro. Eu vejo que muitas posições de conselheiros
638 defendendo posição de Estado, ao invés de defender a posição de assistente social.
639 Então acho que os conselheiros que estiverem aqui representando o Estado ou
640 representando uma instituição eles precisam desvestir o Estado e representar a
641 questão da assistência social como conselheiro e lutar. Lá no Estado para mais aporte
642 de recursos. O que eu vejo são posições defendendo a estrutura do Estado. Não
643 defendendo a assistência social. São essas questões que eu gostaria de ser
644 respondida. JUANITA – a conselheira Fátima pediu a palavra novamente. FÁTIMA –
645 Juanita, então a minha colocação é assim. Porque se a gente igual nosso amigo
646 Sérgio diz, nós vamos ter que reavaliar as ações. Temos eu aumentar as ações, por
647 exemplo. Falou-se muito em fortalecimento de URCMAS, quantas nós fortalecemos?
648 Quantas reuniões temáticas nós construímos? Nós temos que pensar em que ações,

649 podemos melhorar. Porque que se ficarmos só perdendo metas, não estamos fazendo
650 o nosso papel de controle social. Estamos deixando a desejar. Nós estamos aqui para
651 defender o controle social, não podemos esquecer que somos entidade e nem
652 governo, nós estamos aqui para defender o controle social. Nós não estamos aqui
653 para entrar em atrito nem com A nem com B, estamos aqui para fazer a nossa parte,
654 porque se não que caminho pode seguir. JUANITA – Conselheiro Volney. VOLNEY –
655 conselheira Isabela, eu tenho muita admiração por você, no seu final de fala você
656 disse que vocês podem gastar eu me senti assim como você dizendo, vocês podem
657 gastar. Então eu acho como o Ami colocou vocês podem desnudar essa figura do
658 Estado e incorporar a figura de conselheiro. Eu me senti chateado. Vocês podem
659 gastar! No coletivo. Vocês podem gastar. Só essa observação porque eu te admiro
660 muito. JUANITA – finalizada as perguntas eu vou proceder às respostas. Sim.
661 ISABELA – Volney eu entendi sua colocação, não foi essa intenção, mas quero
662 ressaltar, concordo com o que Ami falou e você está reiterando aqui, em trazer
663 discussões da política de assistência social. Acho que se algumas vezes eu me
664 posiciono falar só de mim dessa forma. Os conselheiros da sociedade civil como já
665 conversamos da outra vez colocam dessa forma. Então estou respondendo a posição
666 de Estado, quando se fala de Estado. Agora estou super aberta para discutir a política,
667 concordo com o que a Roberta falou, discussão do plano de assistência social. A
668 Roberta falou de prioridades, que direção está sendo dada para a política. Estamos
669 discutindo minúcias do que discutir, o que está mostrando o orçamento em termos de
670 priorização e discutimos pouco. Estamos discutindo se tem dinheiro para diária ou não
671 para o conselho. Estou só dizendo que tem dinheiro, e apresentado o orçamento estou
672 dizendo que estamos à disposição, mas não discutimos aqui que tipo de prioridade
673 está sendo dada, não discutimos aqui pra onde está sendo dado a proteção especial,
674 a questão do Piso Mineiro. Tem muitas outras coisas para serem discutidas em termos
675 de política é só trazemos para a mesma e conversar. JUANITA – bom eu gostaria de
676 fazer alguns esclarecimentos. Mas eu acho que para a boa saúde deste conselho,
677 temos que fazer uma reflexão antes de pegar o microfone e fazer algumas colocações,
678 porque se for abrir determinadas discussões, vamos abrir determinadas feridas
679 considerando a realidade e a prática de cada um de nós conselheiros. Nós temos um
680 código de ética nesse conselho, que se for observar bem a conduta e o trabalho dos
681 conselheiros, nós deixamos a desejar considerando o código de ética que nós temos.
682 Eu já pego minha fala, porque ontem na mesa diretora, nós fizemos essa discussão. A
683 questão da representatividade que o conselho tem. Ele representa o CEAS e
684 considerando de onde esse conselheiro vem, que é a questão da representatividade

685 que ele está aqui. Quando eu pergunto também algumas questões se o CEAS está
686 cumprindo o planejamento Fátima, se você esqueceu ele é feito por nós conselheiros
687 na primeira plenária de cada ano. Como a conselheira a secretaria executiva não está
688 aqui para responder à essa pergunta eu vou lembrar aos senhores conselheiros que o
689 planejamento do CEAS não é feito pela SEDESE, pela SUBAS ou pelo governo. É
690 feito por esses conselheiros que estão aqui. As ações que foram inseridas lá foram
691 inseridas por nós. Se nós não tivemos pernas ou condições de cumprir o que foi
692 planejado porque o Decreto do governador foi a partir da ultima plenária que nós
693 colocamos e não interfere o percentual de execução desse conselho e já dei os
694 esclarecimentos anteriormente que para fazer a proposta desse planejamento
695 pegamos a média de executado por todas as ações dos anos anteriores. Então não foi
696 este ano. Só para trazer a lembrança, a vocês, conselheiros. E ai eu peço desculpas
697 pelo tom de voz porque eu fico muito preocupada que controle social é esse que nós
698 estamos discutindo aqui nesse conselho, porque nós colocamos diversas ações, uma
699 delas foi participação em pré-conferências, onde nós fizemos uma proposta de
700 discussão de conteúdo, apresentação de proposta de fala e eu pergunto aqui quais os
701 conselheiros que participaram de pré-conferências. Desses que participaram em pré-
702 conferencia que era cumprindo uma normativa desse conselho que é prerrogativa, que
703 não poderíamos deixar de participar e de realizar, nós tivemos participações
704 complexas para o CEAS com relação a postura de conselheiros, onde expondo o
705 órgão gestor, colocando o órgão gestor em situações de fragilidade. Porque quando o
706 CEAS, porque quem é responsável pela realização das pré-conferências conselheiros,
707 não é a subsecretaria é o CEAS em parceria com a subsecretaria né. Então assim se
708 eu tenho que colocar exposições da subsecretaria ou fragilidades dela aqui tem que
709 ser colocado nesse plenário e não exposições fora e chamando delegados de
710 municípios a fazer reflexões quando ali estamos representando o conselho estadual. E
711 nós saímos do conselho com uma fala e todo ano tem nesse conselho a questão da
712 representatividade. Nós tínhamos planejado de realizar neste conselho duas
713 capacitações, elas não foram realizadas até agora, por condições de serem
714 executados, não foi por conta de financiamento não. Foi por conta de agenda de
715 conselheiros, de tarefismo, de coisas urgentes que teriam que ser colocadas na frente.
716 A questão de potencialização da URCMAS, nós tivemos uma reunião com as
717 URCMAS aqui eu pergunto quais os conselheiros que estavam em discussão com
718 essas URCMAS, agenda para cumprir em URCMAS, nós não temos agenda de
719 conselheiros para participar de URCMAS. Então refletindo a fala da Fátima, eu
720 concordo plenamente com relação à colocação do Sérgio que a gente tem que

721 repensar quando fazemos uma proposta de planejamento. Nós temos perna para
722 cumprir o que foi planejado é isso que temos que observar. Porque nós tivemos
723 somente um problema de recurso financeiro na última plenária para essa e vai até
724 dezembro. Entretanto, a gente garantiu as coisas que eram prioritárias. Então a
725 questão de corte de recursos financeiro não é justificativa para não executar o
726 orçamento. A outra questão, conselheiro Ami, é porque você participa da comissão de
727 orçamento. Então você está no nome do suplente, então você participava da comissão
728 a Andréa fez a leitura, estes questionamentos lá na comissão de orçamento é que tem
729 a necessidade de fazer os levantamentos e buscar. Eu peço desculpas para me ouvir.
730 Porque eu ouvi o senhor. Você quer falar novamente o microfone para o conselheiro.
731 AMI – A senhora fez a pergunta eu não pude participar se puder responder as
732 perguntas, simplesmente responder se não dizer que não pode responder. Isso ai é
733 besteira. Uma que eu não sou pedir para retirar meu nome da reunião passada porque
734 eu sou suplente. Suplente não pode participar de reunião. JUANITA – mas é isso que
735 eu estou respondendo. Olha só bom! Como o senhor teve sua oportunidade de fazer
736 sua fala me cabe aqui a fazer os questionamentos. Os questionamentos da Fátima e
737 eu tenho a liberdade de fazer as perguntas eu além de ser presidente eu sou
738 conselheira desse plenário. É voltando às perguntas aos demais conselheiros, com
739 relação aos recursos que foi apresentado ao FEAS de 74 milhões é o recursos que o
740 governo do Estado tem no orçamento do FEAS para orçamento da assistência social.
741 O que o governo do Estado tem são outras ações transversais que perpassam outras
742 políticas publicas, inclusive a assistencia social. Se a gente quiser saber que ações são
743 essas e que valores que são. Ai nós podemos solicitar ao governo por meio à
744 SEPLAG para envio das informações. A comissão de orçamento pode solicitar, mas
745 não me cabe aqui como coordenadora de despesas do FEAS fazer essa resposta
746 porque eu não tenho. O RH não paga o orçamento está ai, está ai a meta física para
747 que são pagas as ações, então trimestralmente também esse conselho recebe a
748 prestação de contas do FEAS na prestação de contas tem lá todas as ações e tudo
749 que foi pago. Se lá esse conselho quiser solicitar nota fiscal com empenho e
750 liquidação ai também é muito tranquilo o conselho solicitar porque aquele instrumento
751 que a secretaria faz aqui da prestação de contas, foi um instrumento que foi acordado
752 com órgão gestor e FEAS que é um instrumento para facilitar a análise da prestação
753 de contas. Quanto de recurso que o Estado paga de recursos para o governo federal,
754 também não tenho porque não sei não sou do governo quanto que é de juros, não
755 posso dá para essa pergunta. Quanto que o governo federal aplica para a assistencia
756 social, aí temos que pegar o orçamento federal para fazer essa análise para fazer

757 essa resposta aqui. Na mesma lógica eu como conselheira nós todos somos e
758 podemos pegar esse orçamento que fica no site disponível essas informações. Quanto
759 o município. Só finalizar. Quanto o município aplica para assistência social, não
760 sabemos também porque não existe um sistema universal onde o município insere
761 que todo mundo insere essa informação. Entretanto, estão disponibilizadas porque nós
762 temos uma lei de transparência, nós temos uma pessoa que é a gestora, que é Anália
763 e pode dá a referencia do município dela. Agora considerando quanto que os
764 municípios aplicam nós não temos essa informação para passar. A outra questão eu
765 acho que eu respondi tudo. Os questionamentos do Ami que eu anotei e a Fátima.
766 Tem mais inscritos aí. Roberta, Sérgio, Volney e Ami. ROBERTA – é o Ami, eu pedi
767 para falar antes do Sérgio, primeiro eu queria dizer que as perguntas que você fez são
768 de suma importância para entender a lógica do financiamento da política e a
769 perspectiva de planejamento. Esse é um gargalo estrutural nosso da política de
770 assistência. Nenhum Estado tem isso. Quando você pergunta, quanto que o governo
771 federal aporta, qual é o percentual dentro da política de assistência. Aí tem uma
772 discussão que são duas correntes da crueldade que são feitas a mesma pergunta para
773 o Estado e para o município. Porque quando você pergunta a União, ela fala do
774 percentual da seguridade social. Para a seguridade. Da seguridade eu apporto tanto
775 para a assistência, tanto para a saúde, tanto para a previdência. Então ela tem um
776 percentual. Agora o percentual de arrecadação da União como um todo, ele vai dá na
777 mesma correlação que Estado e Município. Se no Estado a gente tem com relação ao
778 que o Estado arrecada vai dá 000000,1, se você fizer na mesma lógica da União da
779 mesma forma. Agora a União tem uma forma de fazer corte que é a seguridade se
780 você pegar pela seguridade. O Estado não sei se tem seguridade separado. Onde
781 coloca, saúde, seguridade e assistência. Agora é separado. Isso é um desenho
782 federativo diferente. O município da mesma forma. O Município talvez é mais fácil
783 você pegar, pega município de 20000 habitantes que trabalha com FPM e verificar a
784 única receita dele e verificar o percentual que ele gasta com assistência. Você vai ver
785 00000 e além de tudo tem outro complicador nessa conta. Quando você joga o valor
786 do gasto muita gente coloca uma porção de coisa que vai de pessoal à gasolina. Ai
787 você tem uma conta diferente. Se você perguntar quanto gasta no serviço. Ai dá pra
788 chegar a alguma conta. Estou clareando isso, porque fizemos isso no início da lei
789 orgânica para falar se 5% quando tem um projeto de lei, igual à educação tem 25 ou
790 11% é esse caminho de discussão que fazemos da complexidade para fazermos este
791 aporte. Agora é fato que pegar historicamente o que estamos avançando para cobrir a
792 demanda da população pobre a oferta de serviços. São questões complexas do que

793 uma simples matemática a ser respondida. Acho importante o questionamento seu,
794 sendo só para você entender a complexidade do que você está discutindo. SÉRGIO –
795 na verdade eu já fui bem contemplado pela fala da Roberta eu só queria dizer que o
796 questionamento do Ami é de suma importância também, acho que na verdade temos
797 muito claro que o percentual dos orçamentos e dos gastos com a área social no Brasil
798 é pouco e a área de assistente social é menor ainda. Uma das funções deste conselho
799 é fazer com que estes gastos aumentem. Independente se é federal se é Estadual.
800 Qual a discussão do co-financiamento sabemos que é pouco. De fato quando vamos
801 para os números nós temos uma área na assistência que é muito pouco, portanto a
802 vinculação que é muito baixo. Acho que é uma coisa que temos sempre de nos
803 debruçarmos para aumentar e brigando a nível federal, estadual e municipal para
804 destinar mais dinheiro para a assistência social que no caso ter mais dinheiro, um
805 pouco disso. VOLNEY – o Juanita, é não ficou muito claro pra mim, quando você coloca
806 das conferências regionais que às vezes muitas questões foram distorcidas. Eu fui um
807 dos conselheiros que fez 7 conferências regionais. É alguma tratativa das minhas
808 colocações enquanto conselheiro que chegou para você? Por gentileza, somos muito
809 maduros, eu gostaria que isso fosse esclarecido e de que forma que chegou para você
810 e quero esclarecer para este plenário qual foi a fala que eu levei para todas as
811 conferências regionais. JUANITA – eu queria esclarecer Volney e surgiram aqui,
812 porque estamos aprovando o orçamento do FEAS, quando eu fiz essa colocação é em
813 relação à fala da Fátima com relação ao cumprimento do que foi planejado. E quando
814 eu coloquei isso e da preparação que nós tivemos. Nós estávamos lá no mesmo dia
815 que você estava. Com um número suficiente de conselheiros. Entretanto nós temos
816 por disponibilidade do conselheiro, os que fizeram muitas, poucas outras nenhuma,
817 outras quase nenhuma. Foi colocando essa proporcionalidade do que foi planejado e
818 colocado. Entretanto eu coloco a questão da representatividade por causa dos
819 questionamentos que foram colocados para a Isabela quando ela fez uma colocação
820 do microfone, porque aqui ela representa o Estado, por ela ter vindo do planejamento,
821 por ela ter ido para a SUBAS no setor que é responsável por me apresentar à
822 proposta de orçamento então foi um lapso que ela corrigiu posteriormente. Com
823 relação a questionamento da pré-conferência de posicionamento de conselheiros. Eu
824 acho que temos que fazer essa avaliação, mas não nesse momento aqui, poderíamos
825 fazer em um outro momento, que eu acho importante inclusive, mas considerando que
826 está na pauta de votar o orçamento. Ok! MILA – queria só complementar conselheiro
827 Ami, nós não temos todas as respostas dos seus questionamentos como o SEPLAG,
828 mas um dos orçamentos que você fez foi levantando ontem na comissão que é quanto

829 que o orçamento do FEAS representa no orçamento do Estado, sendo um percentual
830 baixo, mas é tem outras ações que o Estado faz que contemple a política de
831 assistência social que está fora do orçamento do FEAS. Quero deixar a SEPLAG à
832 disposição para responder qualquer encaminhamento que saia deste conselho.
833 JUANITA – conselheiro Júlio. Ami, por favor. AMI – bem eu acho que pra fazer
834 orçamento e ter análise temos que ter respostas destas perguntas a meu ver, agora
835 quando fazemos um orçamento estabelecemos prioridades. Você tem 100 reais para
836 gastar o que é prioritário para mim ou para minha família. O que eu vejo que a
837 assistência social não é prioridade para o Estado. Se eu gasto 74 milhões. Eu estou
838 falando Estado, porque estamos captando Estado. Precisamos fazer essa análise para
839 tentarmos cumprir o papel de conselheiro de lutar correr atrás, não adianta, temos que
840 mostrar a realidade para as pessoas entenderem que 74 milhões no orçamento que eu
841 não sei quanto é que deve ser bilhões não significa nada para a assistência social. E
842 num Estado que deve ter no mínimo três milhões de pessoas em estado de miséria.
843 Então é pouca coisa e quando eu faço essas questões eu não faço como conselheiro
844 né. Não como entidade assistente social, porque se eu pegar o orçamento da minha
845 instituição da assistência social é quase igual ao da minha entidade. Uma instituição
846 aplica ai 68 milhões e o Estado aplica 74 milhões, quer dizer você pega outras
847 instituições no Brasil tem instituições que aplicam muito mais do que o Estado de
848 Minas Gerais, que é o segundo mais poderoso. Está na hora da gente desnudar das
849 representações e nos transformamos em conselheiros. E vai aumentar de 68 para 74
850 e ai 2015 vai para 78 e fica por isso mesmo. Então essas questões e quero só
851 justificar minhas faltas. Eu sou suplente, suplente é quando é convocado. O conselho
852 faz uma gentileza de convidá-los não seria obrigatório eu substituir. Então eu não me
853 sinto obrigado a está aqui nas comissões. Então eu coloco essas observações para
854 criarmos um processo de análise de orçamento. E fazemos várias perguntas. E a
855 primeira é. É prioridade, do Estado, investir na assistência social. Nós estamos
856 brincando de assistir o povo. JUANITA – eu gostaria só antes de passar para a Anália
857 de fazer o registro da presença do conselheiro Geraldo da sociedade civil de Arcos.
858 Que veio hoje visitar e participar da reunião. Ele é um conselheiro e a Anália está me
859 tecendo os comentários. Ele é um conselheiro assíduo e das URCMAS e do pólo
860 telepresencial de Arcos. Muito obrigado viu conselheiro Geraldo. Então com relação a
861 estes questionamentos e estão sendo colocados. Antes de passar para a Anália, o
862 orçamento que a SUBAS está propondo. Eu penso assim, vocês, conselheiros, têm
863 total prerrogativa de fazer uma contra proposta. Ser quer sair daqui uma outra
864 proposta que a SUBAS está propondo é uma possibilidade também você fazem a

865 contraproposta levamos para a SEPLAG, aprova aqui leva para a SEPLAG que é uma
866 outra possibilidade. ANÁLIA – com relação ao município, só posso citar o meu que é o
867 que eu conheço agora. O nosso orçamento nós fechamos na semana passada em
868 R\$3.330.000,00 e o orçamento do município R\$68.000.000,00 estamos acima de 3%
869 um pouquinho e nós tivemos a projeção de 8% e tivemos obstrução do orçamento que
870 inclusive nós construímos dentro dos formulários e da peça da capacitação que a
871 SEDESE trouxe para nós, dentro daquele planejamento e foi muito bacana, construir
872 daquela forma. Foi um exercício maravilhoso a gente começando lá da básica,
873 especial, controle social, gestão e ai chegamos na LOA e a primeira pergunta que
874 fizemos para a secretaria de fazenda qual é a projeção e eles falaram, vocês vão
875 aumentar? Nós vamos seguir o orçamento do município. Então fizemos a projeção de
876 mais 8,5%, ta nessa faixa entre 3 e 4%. MARCELO – meus caros conselheiros, só
877 para registrar que hoje é a ultima fala que estamos fazendo. Nós estamos nos
878 despedindo desse conselho Estadual. Essas falas que estamos fazendo são falas de
879 desabafo. São falas que aqueles que vão ficar devem refletir para o próximo mandato,
880 aquilo que a gente pensa de conselho. Aquilo que acha que é ser conselheiro. Este
881 mandato contribui muito para o fortalecimento da política de assistência social. Mas eu
882 fiz alguns apontamentos e inicio dizendo o seguinte orçamento público é disputa eu
883 até falei para a Roberta isso. Historicamente aqueles que estão na militância da
884 assistência social e os que são representantes governamentais que eu cito a Anália
885 que é logo no inicio de 2004/2005, quando éramos gestores nós lutamos muito para
886 que tivéssemos a garantia de 1,80 reais para CRAS, porque a SEDESE queria que
887 fosse 0,80 na disputa de co-financiamento foi logo quando Roberta entrou e foi
888 sensível à situação de igualar, igual ao valor da união passava e, portanto, é. Essa
889 construção foi uma luta dos gestores, uma luta do conselho naquela época. Eu faço
890 essa contextualização para fazer um contexto histórico para poder lembrar que lá em
891 2004 não tínhamos recursos nenhum e quando a gente vê os recursos que se tem é
892 pouco, é muito pouco. Mas é uma construção e uma disputa, isso e nós enquanto
893 conselheiros não podemos nunca fraquejar na hora que está discutindo o orçamento.
894 E um detalhe importante da comissão de participação popular da Assembleia
895 Legislativa, se não fosse a comissão é essa audiências públicas que eram
896 construídas, nós não tínhamos os recursos que nós temos hoje, porque esse 1,80 nós
897 conseguimos garantir também na audiência pública já havia passado e tínhamos a
898 reflexão por parte da gestão e já tinha passado o planejamento e fomos buscar isso na
899 Assembleia Legislativa. É uma disputa, temos que trabalhar para o orçamento melhor.
900 Se não conseguirmos que o orçamento seja efetivo, que vamos para a Assembleia e

901 vamos lutar para essa comissão para poder garantir. E ai eu vou para a proposta de
902 orçamento que nossa presidente está dizendo para construirmos uma proposta e eu
903 sinceramente acho extremamente inviável, nós não temos condições técnicas para
904 poder apontar valores para poder atender isso. Nós temos que entender essa
905 construção histórica, ver os avanços que foram apontados, entender que são valores
906 ínfimos para atender à população de 853 municípios. Faço essa reflexão para
907 entendermos. Quero responder o Ami, quando ele fala da questão do suplente. O
908 nosso regimento interno que o suplente ele também é convocado para vir para as
909 reuniões e, portanto logo quando o conselheiro assume, ele é convidado para
910 participar de uma comissão. Então a maioria dos conselheiros aqueles que são do
911 interior e são suplentes, eles viam com diárias. Nós temos um problema agora, que
912 esse famigerado decreto que está criando um problema severo, não só para nós, mas
913 também para outros espaços. Aí me vem uma reflexão viu presidente, não sei se na
914 discussão que teve na Assembleia Legislativa, na LDO houve por parte da comissão
915 de participação popular, uma discussão de contingenciamento na assistência social.
916 Então se na LDO foi definido a questão do não contingenciamento, isso aqui é um
917 contingenciamento, na medida, que tira do conselho Estadual uma possibilidade dele
918 atuar na forma como vem atuando. Então isso é para vocês lá na SEDESE ver se é
919 possível reverter. Isso é um ponto. Quanto ao valor do repasse Estadual esse repasse
920 de 0,000 é pra gente sempre vem discutindo sobre a questão da vinculação dos
921 recursos. Enquanto não tivermos a garantia dos repasses pelos gestores públicos
922 Estadual, municipal, ou federal, uma certeza ou uma co-responsabilidade pelo não
923 gasto de recursos. Essa discussão já temos feita e não vou me aprofundar. Mas é que
924 este valor como eu disse lá trás é muito pequeno e é vergonhoso que o Estado que
925 tem o aporte de recursos que tem o Estado nós temos o valor de 0,00 para os serviços
926 e é muito pouco. No que diz respeito ao piso mineiro, ele aumentou 6% mas reafirmo é
927 pequeno, é pouco esse valor de 2,20 reais que repassa para os municípios, eu
928 acredito que não atende 100% a possibilidade de execução dos serviços que são
929 trabalhados e entendendo que a união repassa, que o Estado repassa e o município
930 repassa. A lógica do piso mineiro. Eu estou fazendo essas falas todas porque é minha
931 ultima fala estou me despedindo. É no meu entendimento a forma como é repassado e
932 definido o piso mineiro no meu ponto de vista poderia ser melhor na medida em que
933 ele atende todas as. Dando liberdade para trabalhar com básica, especial, benefícios
934 especiais, mas poderia atender a uma situação maior e um valor maior para atender a
935 outros pisos. Considerando que para o CRAS na básica já era 1,80 para chegar em
936 2,23 daria 4 e pouco para atender básica e especial. Para atender CREAS e

937 benefícios eventuais, então poderia por parte do conselho Estadual aqueles que vão
938 ficar aqueles que entram já entram com essa reflexão da necessidade de um aporte
939 maior dessa participação. Quanto a falas em pré-conferências vem uma preocupação
940 é isso em cima da fala da nossa presidente. Eu estou indo para três pré conferencias
941 agora, e eu quero ter muita tranqüilidade de que minha compreensão que minha fala é
942 de conselheiro e nunca deixar de lado a minha fala de sociedade civil, meu olhar de
943 trabalhar em cima da fragilidade do Estado, considerando inclusive que nós, com uma
944 discussão muito respeitosa, das dificuldades e fragilidades do Estado com olhar de
945 controle social. E com muito respeito. É quando vai falar de diárias e planejamento,
946 quando Isabela disse que discutíamos muito com diária e outras situações estamos
947 deixando de lado. Estamos deixando de lado nossas reflexões em cima de
948 problematização. Inclusive estou tratando do piso mineiro, temos que tratar e
949 melhorar. Mas se formos analisar bem o nosso orçamento em que pese a dificuldade
950 dos conselheiros em ficar. O conselho tem buscado uma forma de atender a demanda.
951 Que tem dificuldade de participar e tem que repensar inclusive a sua participação no
952 conselho. Se na maioria das vezes quem tem maior liberalidade verificamos no
953 conselho que se formos fazer uma análise enquanto conselheiros estadual nas suas
954 visitas lá fora, vamos verificar talvez que a sociedade civil tenha uma participação bem
955 efetiva nesse processo. Não falo puxando uma sardinha para o lado da sociedade civil
956 e nem fazendo reflexão de que governo não participa. Mas é uma reflexão para todo o
957 conselho. O conselho tem que entender que todos nós temos que cumprir o
958 planejamento e não somente alguns tenham que cumprir. Até onde se justifica nosso
959 papel de conselho e se justifica sentarmos numa cadeira para poder defender o
960 Estado e fazer nossas participações lá fora. E acho que inclusive deliberamos
961 anteriormente de participações de que se fossem em algum local fossem mais de um
962 para poder contribuir um com outro. Mas em cima do próprio planejamento do
963 conselho estadual, em cima da própria ausência de recurso, entendeu-se que não
964 seria mais e os conselheiros deveriam ir sozinhos. Então é talvez pensar em
965 planejamento, em recursos e atender a toda a situação. E aí falo por fim das
966 prioridades e metas do Estado. Nós acabamos de aprovar um PPAS que fala das
967 prioridades que é o plano de metas que está dentro do planejamento. Então se
968 estamos preocupados para atender prioridades e no meu ponto de vista já estão
969 claras naquilo que foi defendido pela SEDESE neste conselho e nós aprovamos.
970 Entendo que essas prioridades foram cumpridas. Agora temos que atentar para essas
971 que estão chegando aqui que é para 2013/2015. Tá na página 99 do plano plurianual
972 de assistência. Se o Estado irá cumprir o que está posto aqui. Feito minhas reflexões

973 minha presidente eu agradeço pela fala. JUANITA – conselheiro JÚLIO – espero
974 que não seja minha última fala. Tendo em vista que estamos concorrendo novamente.
975 Só a título de conhecimento para o conselheiro Ami, em termos de investimentos em
976 município. Eu não participei da gestão, mas fui gestor enquanto controle social. No
977 meu município é 4,5% do orçamento que é aplicado é na assistência. Desses 4,5, de
978 recursos do município são 60%, federal em torno de 30% e 10% do Estado. E apesar
979 do colega ter considerado uma entidade pequena, não esqueci disso, né, Volney.
980 Apesar de não concordar a minha entidade aplica em torno de um milhão e meio em
981 assistência social, só para título de esclarecimento também. JUANITA – acabou as
982 inscrições Marcelo, bom posteriormente a todos os questionamentos, respostas e
983 outras não respostas, entretanto com relação ao orçamento do FEAS todas as
984 respostas forma dadas eu pergunto aos conselheiros com relação ao indicativo da
985 comissão de orçamento para aprovação. Considera-se aprovado a proposta da lei
986 orçamentária, quem não aprova? Aprovado! SÉRGIO – em primeiro lugar em fico
987 muito feliz com essa discussão tão acalorada em relação ao orçamento, pois nós que
988 trabalhamos com orçamento ficamos frustrados com os números. Em geral em
989 conselho não se fazem discussões tão profundas. Então acho que algumas coisas
990 foram colocadas que são importantes. Temos que avançar na discussão da
991 elaboração desse orçamento no conselho. Na própria comissão. Primeiro tem uma
992 coisa que o Julio colocou que temos que trazer de forma mais clara, com números
993 maiores, visualizando os números. Temos que criar novos instrumentos para fazer a
994 construção aí eu *referendum* a posição do Ami, pois acho importante na questão do
995 orçamento a SEPLAG enviar parte do orçamento. Lógico fazendo uma conta, tirando
996 RH ou colocando RH. Quando se fala em percentual. o percentual na hora que se
997 coloca no Estado, quando se soma os RHs da assistência social esse percentual
998 sobe. Então não sei se os dados do município que inclui ou não pessoal, sendo um
999 dado importante para a comissão de orçamento para saber se o percentual aumentou
1000 e não vejo nenhum problema trazer essa discussão. Então eu quero fechar dizendo
1001 que fico feliz, temos que aprofundar mesmo, inclusive na execução. Eu apresentei a
1002 questão do trimestre e acho que discutimos pouco, precisamos aprofundar nessa
1003 execução. Isso é importante. ROBERTA – eu quero acrescentar na fala do Sérgio que
1004 isso é o papel do controle social e dizer que a discussão do orçamento não termina
1005 aqui. Isso aqui nós estamos cumprindo um preceito legal, porque diz que ao mandar
1006 para a Assembléia tem que se passar nos controles sociais. Agora! é preciso que esse
1007 conselho, já fiz essa fala e vou dizer que nós precisamos está e ai Ami, ver esses
1008 espaços da assistência e ver como você mesmo colocou e diferente da cadeira que

1009 estamos ocupando, porque não vejo separação e a cadeira que estamos ocupando e
1010 no espaço que devemos fazer política de assistência inclusive no planejamento, na
1011 Assembleia Legislativa. Aqui sim se começa e o que não conseguimos pontuar e
1012 avançar que existem outros espaços e é esses outros espaços que devemos ocupar.
1013 E vou ser muito sincera eu falava isso quando era gestora da pasta eu tenho certeza
1014 que a JUANITA também comunga com isso. Temos muito desejo de sermos
1015 ordenadoras de despesas de 300 milhões de reais de 500 milhões de reais embora a
1016 responsabilidade dobre, porque se tivermos com o orçamento auto, vamos está com o
1017 conselho forte, agora precisamos compreender os espaços de lutas e de brigas. o que
1018 eu acho Sérgio é só complementando o que a presidente colocou teremos que abrir o
1019 espaço de representação e representatividade dos conselheiros, papel de conselheiro
1020 de onde as pessoas estão e como as pessoas falam. Porque isso é importante. existe
1021 alguma coisa camuflada e precisamos colocar isso na mesa com muito peito. porque
1022 se não é vamos começar a ter desgastes de discussões, essa é minha leitura e
1023 perdermos a essência do tema e acaba discutindo como se estivéssemos em disputa.
1024 Nós somos conselheiros da política de assistência social, então se existe inimigo ele
1025 tem que está fora dessa sala. Ele não pode está dentro dessa sala. Agora se estiver
1026 aqui Fátima, olhando sua expressão e seu sorriso ele precisa ser dito em algum
1027 espaço para podermos ter relações mais éticas e mais claras, porque isso aqui tá
1028 parecendo muito confuso, e aí conselheira se me permite, vou colocar uma situação
1029 que é isso que estamos vivendo nessa plenária. Estamos vivendo algumas falas que
1030 estão camufladas, porque as pessoas estão com medo de mexer em alguma coisa.
1031 Por exemplo, recentemente nós nos deparamos na mesa diretora que já é a terceira
1032 vez que acontece de conselheiros que não podem ser conselheiros Estaduais e estão
1033 sendo conselheiros. Exemplo nosso colega André, ele não pode ser conselheiro
1034 Estadual, porque ele está no conselho municipal como secretario executivo e nós só
1035 ficamos sabendo disso quando foi feito a inscrição na conferência estadual. Então
1036 gente como estamos falando de ética de controle social se nos aqui dentro não
1037 estamos tratando disso de forma clara. Como vamos falar, como vamos discutir a
1038 postura do conselho municipal, dos conselheiros. Temos que abrir, vamos discutir sim
1039 o que estamos discutindo de ética, na plenária passada você falou do código de ética,
1040 agora o que é ética que estamos discutindo. Ética minha, a sua. Então o que eu senti
1041 nessa plenária embora tenha sido colocado que foi importante. e existe algumas
1042 questões que estão camufladas nesse conselho, ou a gente abre para podermos
1043 compreender, entender qual é o papel e dizer há o conselheiro não sabia ai não
1044 gente! Entendeu, porque são questões que estamos em uma postura. Quando eu digo

1045 a terceira vez, porque já tivemos três conselheiros estaduais representando
1046 municípios. Conselheiros municipais já desligou um ano depois do conselho e continua
1047 aqui dentro. Estamos falando de ética, controle social que aqui mesmo estamos com
1048 essa situação. Ou a gente assume vamos discutir e tratar questões. Nós não tratamos
1049 denúncias que vem de outras questões, nós postamos como conselheiros e estamos
1050 no controle e damos toda a tratativa. Agora quando é com o conselheiro. como por
1051 exemplo o que o Marcelo colocou como vai ser minha fala lá, qual é a preocupação, o
1052 que estamos sentido, não é como queremos não. Nós temos uma fala que
1053 preparamos tecnicamente para falar do lugar que está. Agora é muito importante que
1054 preserve o conselho e é de forma respeitosa é importante que preserve o gestor.
1055 Nenhuma política pública ela só é forte quando tivermos todos os órgãos fortes. Não
1056 se iludam se não tivermos um conselho forte e um gestor fraco que a política está boa,
1057 não está não. E mesmo o contrario. Tem que ser forte os dois e de forma respeitosa e
1058 é isso que estou colocando. se tem inimigo ai dentro então vamos tratar. Vamos tratar
1059 nossas arestas as nossas diferenças, porque se não colocamos colocar essas
1060 diferenças técnicas, claro que às vezes extrapolamos e agora se não conseguimos
1061 sair daqui e limpar isso e entra para essa plenária, cada um, com suas reservas seus
1062 grãos, daqui a pouco estamos nos degladiamos e do ponto de vista de defender
1063 políticas estamos longe. JUANITA – bom senhores, finalizando essa discussão e
1064 dando andamento a nossa plenária, eu queria propor para fecharmos só mais um
1065 ponto que é com relação a participação na conferência nacional e a gente sai e
1066 retorna. E termina a pauta da plenária. Podemos ir assim. Bom, participação na
1067 conferencia nacional. Ontem na reunião da mesa diretora e também na comissão
1068 organizadora da conferencia, nós nos deparamos com uma situação com relação à
1069 participação de conselheiros que hoje que aqui estão nesse CEAS e que tem muitas
1070 vezes o desejo de participar da conferencia nacional, entretanto por causa do
1071 processo de eleição que vamos nós deparar na próxima Conferência Estadual, pode
1072 ser que esse conselheiro não esteja no CEAS e ele tem um conhecimento grande e
1073 tem o desejo de participar da conferencia nacional e com isso travamos uma
1074 discussão muito boa no meu entendimento que se fossemos seguir o regulamento que
1075 foi da conferência tanto nacional quanto estadual, estariam impossibilitados de
1076 participar como delegados da conferencia nacional. Em conversa identificamos a única
1077 possibilidade que poderia ser designado vaga para a sociedade civil para conselheiros
1078 que estariam aqui na próxima plenária pós-eleição da nova sociedade civil, foi alterar a
1079 nossa resolução. Onde alteramos o artigo 12 com relação à representatividade do
1080 CEAS na conferencia nacional. o artigo 24 onde dispõe de 12 vagas para o conselho

1081 Estadual. A proposta das 12 vagas do conselho sendo: 2 vagas para órgão gestor e 4
1082 para outras representações e as outras 6 vagas para entidade civil, sendo 4 para
1083 entidades outra para usuário e outra para trabalhador. A proposta é que dividiríamos
1084 as vagas da sociedade civil, sendo a manutenção de três para a eleição na
1085 conferência dos novatos e três para permanência de conselheiros que queriam ir que
1086 hoje tem assento nesse CEAS. Então seria três vagas de âmbito estadual para
1087 entidades que compõe o CEAS, uma vaga de entidade de usuário, uma de assistência
1088 e uma de trabalhador para que garanta a permanência de conselheiros que em outubro
1089 e em dezembro na época da conferência nacional não estejam mais aqui e que
1090 tenham interesse em participar. A proposta que foi discutida lá e com muita veemência
1091 principalmente por todos os conselheiros que identificou a possibilidade foi o
1092 conselheiro Marcelo e que foi apresentando e que discutimos muito e entendemos da
1093 possibilidade de considerando a interpretação do Marcelo, identificando a
1094 possibilidade de alterar essa resolução. ROBERTA – eu só quero clarear e a
1095 discussão foi toda em cima do que pautamos aqui hoje representação e
1096 representatividade, é só lembrar que as três vagas que foram abertas, é que o CEAS
1097 tem 12 vagas no conselho nacional. Três e colocamos na categoria, eles não estão
1098 indo como conselheiro, isso precisa ficar muito claro. Eles estão indo como delegados,
1099 secretário. Todos são Estaduais. São quantos delegados do Estado. Total. JUANITA –
1100 6. ROBERTA – geral. JUANITA – não faz pergunta difícil. ROBERTA – vamos lá. Se
1101 você tem 500 delegados do Estado de Minas Gerais, aí você tem as categorias.
1102 JUANITA – são 250. ROBERTA – tem uma caravana de 250 vagas para o Estado,
1103 então todos são Estaduais e eu to querendo dizer que essas vagas foram
1104 categorizadas porte 1 e porte 2, tantas tiveram as vagas que foram tiradas para ir para
1105 a nacional. Para o CEAS na hora de dividir, e temos que clarear o seguinte, essas
1106 colocações que o Marcelo colocou para a gente ontem, nós dissemos, eles não podem
1107 ir como conselheiro porque não serão mais conselheiros em Dezembro. Então não
1108 tem como o cara se apresentar como delegado conselheiro de Minas Gerais, não
1109 pode. Ele vai se apresentar como delegado de Minas Gerais representando entidade
1110 estadual de Minas Gerais. Quer dizer ele está dentro da delegação como delegado,
1111 mas não é conselheiro Estadual, tem que ficar bem claro. É o lugar que você está
1112 buscando que foi a pergunta que você me fez aqui. Quando você está concorrendo e a
1113 cadeira que você está tem que ter muito claro. Você é conselheiro representando x e
1114 você é delegado com a cadeira de entidade. Delegado Estadual de Minas Gerais, a
1115 divisão dos 250 foram definidas por categoria. Até para facilitar e abranger a
1116 participação de todo mundo. Sendo uma discussão muito rica. E vimos que se pode

1117 enquadrar só nessa discussão. Questão de entidades no âmbito Estadual. JUANITA -
1118 tranquilo senhores conselheiros? Então vou pedir para colocar a proposta da
1119 resolução na tela. Tá aí ou não. Vou fazer a leitura então. Altera o artigo 24 da
1120 resolução 454 de 2013 que dispõe sobre o regulamento da conferência estadual de
1121 assistência social dos municípios e das pré-conferências em complementação à
1122 resolução do CEAS n. 438. O CEAS no uso das atribuições conferidas pela Lei
1123 Estadual 12262/96 e considerando a deliberação de sua 184^o ocorrida em 20/08/13
1124 resolve. Artigo 1^o o artigo 24^o da resolução 482/13 passa a ter a seguinte redação.
1125 Artigo 24 - as doze vagas para participação da esfera estadual na nona conferência
1126 nacional de assistência social serão divididas de forma abaixo: inciso I: 9 vagas para o
1127 CEAS. 2 vagas para representação governamental, gestor 4, outras representações. 3
1128 vagas para conselheiro para representação da sociedade civil, entidade, usuário e
1129 trabalhador, 01 para cada. Inciso 2: 3 vagas para entidades de âmbito Estadual que
1130 compõe o CEAS. 01 vaga para entidade de usuários, 01 vaga para entidade de
1131 assistência social e 01 vaga para entidade de trabalhador. Parágrafo único: as vagas
1132 do CEAS serão definidas pelos seus conselheiros considerando os novos conselheiros
1133 eleitos na 10 Conferência Estadual de Assistência Social em reunião do dia 18 de
1134 novembro na plenária final. Até. Essas aqui já foram feitas as correções, vou passar
1135 para vocês fazerem as correções conforme essa aí. Aprovado senhores conselheiros,
1136 podemos ser assim. Antes de finalizar o Vice-presidente está me dando uma sugestão
1137 aqui. ROBERTA – está me surgindo uma dúvida aqui, se nós estamos fechando,
1138 porque eu havia entendido que era para entidade de âmbito Estadual, isso e a gente
1139 coloca lá que compõe o CEAS. Então vou fazer uma pergunta para ver se é isso
1140 mesmo que vai acontecer. Por exemplo, se o CRESS, entra nessa disputa lá em cima
1141 ele pode mandar um delegado, cá em baixo também ele pode mandar um delegado.
1142 Aí ele vai sair com dois delegados, é isso? Essa é a pergunta entendeu? Do ponto de
1143 vista, da paridade da distribuição ao abrir ali, quando eu coloco que compõe o CEAS
1144 eu já estou fechando, porque eu posso, por exemplo, uma entidade de âmbito
1145 Estadual se ela quiser se inscrever, porque se nessa lógica não for é (falas ao fundo).
1146 Então isso tem que está claro, porque se não do jeito que está ali, ele terá duas
1147 possibilidades de concorrência, a mesma coisa a entidade do Ami, da mesma forma
1148 as outras. É isso que precisamos compreender. MARCELO – a fala da Roberta é
1149 pertinente, inclusive conversando com os colegas mais cedo, dizia isso. Se a entidade
1150 ela for eleita em cima, embaixo ela não vai participar, porque aí seria duas vagas de
1151 uma., eu penso que no meu entendimento não precisaria de colocar, porque se nós já
1152 estamos vendo que nessas vagas. Precisa sim. Colocaríamos um parágrafo segundo

1153 para. O que é parágrafo único passa a ser parágrafo segundo e colocaríamos um
1154 parágrafo primeiro, não poderá haver duplicidade de representação estadual. (falas ao
1155 fundo). ROBERTA – se a resolução se ela estiver fechada dessa forma, não é caso
1156 omissis. Está claro dizendo o seguinte. Ou eu tiro que compõe o CEAS e eu tenho uma
1157 abrangência maior, porque vai acontecer isso. É o que o Volney falou se ele for eleito
1158 lá em cima, na hora que chegar aqui embaixo se faltar, vai falar colocou para compor
1159 ai. Aí terá duas representações eu não tenho dúvida. MÁRCIO – eu concordo
1160 plenamente com o que foi colocado, acho que uma das premissas que estabelecemos
1161 foi à possibilidade de ampliação de atores. Se fecharmos na questão do CEAS,
1162 podemos ocorrer na duplicidade de representação. Acho correto e pertinente. Agora
1163 vejo uma questão também da distribuição dessas vagas. Isso já veio do CEAS quando
1164 abrir para entidade de âmbito estadual como vamos fazer essa leitura nesse momento.
1165 Como vamos fazer isso. É importante fazer essa reflexão para diminuir os gargalos
1166 que teremos na hora lá, acho que pertinente. JUANITA – como eles irão identificar que
1167 a entidade é de âmbito estadual. MÁRCIO – quais são os instrumentos. FÁTIMA – eu
1168 estou sugerindo, porque a vaga não é do CEAS. Então tem que ser que compõe as
1169 entidades do CEAS você está fazendo, não importa se são dois trabalhadores do
1170 CREAS ou se é dos psicólogos. A vaga está dentro do critério. Não podemos falar que
1171 é entidade de trabalhador ou de usuário. Vamos falar de entidade que compõe o
1172 CEAS. Não importa qual entidade que é. Não importa a categoria é nossa. JUANITA –
1173 conselheira Roberta. ROBERTA – nós tiramos essa vaga do CEAS, foi a minha
1174 primeira fala. Elas na estão na vaga. O CEAS tem 9 vagas. Por isso estou sugerindo
1175 que tire que “componha o CEAS” essas três não compõe. O CEAS tinha 12 tiramos 3
1176 e demos para essa categoria. Então ela não compõe a vaga dos CEAS. Exatamente
1177 por isso eu levantei o questionamento. JUANITA – mas ai esse questionamento do
1178 Márcio está correto, como vamos... ROBERTA – acho que temos um cadastro de
1179 entidade que podemos localizar entidade de âmbito estadual e podemos localizar que
1180 poderíamos mandar isso é sugestão. Enviar na conferência você tem a possibilidade
1181 de.. Para isso você tem que se inscrever. Isso é uma possibilidade. Uma inscrição
1182 previa para saber o que vai dá essa disputa lá. Não o critério comprovar que é de
1183 âmbito estadual. (falas ao fundo). Nós faríamos uma inscrição previa. Mandaria um
1184 ofício vai ter uma conferência estadual. se a sua entidade é socioassistencial dentro da
1185 categoria é de âmbito estadual, você tem até o dia tal de participar da conferência e do
1186 processo de escolha para nacional. Você tem até o dia tal para se inscrever, se
1187 aparecer nenhum ou se aparecer dois ou três, levaríamos para a conferência. Isso é
1188 uma proposta. De todo o fato, se nós não abirmos, vai dá trabalho. Se nós não

1189 abrimos teremos duas representações. MARCELO - democraticamente seria
1190 interessante para uma amplitude maior. Só que não sei se teríamos perna para poder
1191 chegar a essa dinâmica. Essa apuração. Caso não tenha presidente e ai eu sugeriria
1192 que permencesse que compõe o CEAS e com aquele artigo que não poderá haver
1193 duplicidade de participação. Caso não preencha, por exemplo, o CRESS foi eleito lá
1194 em cima, essa vaga está em aberto, não preencheu como a vaga é do CEAS ele
1195 define qual a entidade que vai participar depois. JUANITA – a proposta dele é que
1196 fique do CEAS. MARCELO – ele coloca mais um conselheiro do CEAS lá.
1197 Conselheiros compreendam, por favor. São três vagas para entidades de âmbito
1198 estadual que compõe o CEAS. Citando como exemplo. O Cress vai concorrer. Se o
1199 CRESS for eleito lá em cima, não participar da discussão, vai ficar de fora, pois haverá
1200 um parágrafo dizendo que não poderá haver duplicidade. Somou tudo sobraram as
1201 três vagas, o CEAS está na conferência e define quem será o outro conselheiro que
1202 vai preencher essa vaga dos eleitos. JÚLIO – eu não entendi bem o que o Marcelo
1203 falou. Eu entendi que é usar o mesmo critério da resolução das entidades. Agora outra
1204 coisa. JUANITA – o critério é esse mesmo. O que vamos analisar lá se a entidade é
1205 inscrita em mais de conselho estadual ou não entendeu? Não tem jeito, tem que pedir
1206 documentação. JÚLIO – a outra coisa poderia ser no que o Ami sugeriu, nós estarmos
1207 inscritos no CEAS na data de publicação dessa resolução. JUANITA – conselheira
1208 Fátima, Conselheiro Volney. VOLNEY – Marcelo! Você quem, me esclarece uma
1209 coisa. Se a sua entidade for eleita representando trabalhar, ok! Então a minha
1210 entidade vai para disputa no âmbito estadual representando o seguimento de
1211 trabalhadores. Agora uma duvida, eu tenho certeza que nosso conselho de classe ele
1212 vai está disputando essa vaga. Pergunto a você, no entendimento desse conselho,
1213 quem representa trabalhadores, é um conselho de classe ou um sindicato de
1214 trabalhadores. Porque eles estarão concorrendo a essa vaga? MARCELO – sou
1215 obrigado a te responder que o CRESS que é um conselho de categoria compõe esse
1216 CEAS legitimamente igual ao sindicato. A NOB SUAS ou uma normativa do CNAS que
1217 disciplina quem são as entidades de trabalhadores que compõe e que podem compor
1218 o SUAS. Inclusive está lá: conselhos de classe, sindicatos. Bom! Baseado nessa
1219 resolução e proposta que estão fazendo. Se o conselho de psicologia vai disputar lá
1220 em cima e vai perder ele não vai está nessa aqui debaixo também não! ROBERTA –
1221 eu queria só dá uma sugestão, acho que estamos chegando no que o Marcelo
1222 colocou. Chegar num arredondamento para garantir que não haja duplicidade. Agora
1223 queria lembrar Volney, eu volto a falar qual é a pauta da nossa discussão. Nós
1224 estamos tentando regular e toda essa discussão está vinda para tentarmos possibilitar

1225 inclusive os conselheiros que estão saindo e para nós da política de assistência é
1226 importante para tentar atender o desejo desses conselheiros para estarem na
1227 nacional. Isso para nós é o fim da questão. Agora entrar numa disputa dessa
1228 discussão na hora com um conselho de classe que nunca sentou conosco para
1229 discutir política de assistência ai vai me desculpar. Agora vamos restringir a discussão
1230 nossa para disputa de vaga para nacional. Vai pautar a isso. E aí nós temos que ter
1231 muito claro isso, pois não vamos na conferência de psicologia para ir a Brasília. O que
1232 é que eles vão disputar conosco, ir para Brasília. já de cara tiramos isso. Para nós não
1233 podemos aceitar dentro da política de assistência social, você restringir que chegou um
1234 conselho caiu de paraquedas e quer ir a Brasília. Pelo amor de Deus, vai à rodoviária
1235 compra a passagem, nós encontramos lá e vamos beber cerveja. Agora aqui não, pois
1236 estamos discutindo bandeiras sérias, não dá para entrar nessa linha. a minha
1237 sugestão é acatar o que o Marcelo falou, fechar essa parte lá embaixo e não der
1238 duplicidade de representação e tentarmos da melhor forma garantir conselheiros e
1239 delegados que tenham bagagem, interesse e que estão nessa luta nossa defendendo.
1240 Porque se não vamos ficar. Quem vai para Brasília, quem não vai. Vamos deixar para
1241 fazer essa discussão lá. Pois já vimos outras conferencias estadual, que até tapa saiu.
1242 Então vamos deixar para fazer lá. Vamos nos preparar para lutar lá. JUANITA – então
1243 a proposta é que inclua a questão do parágrafo segundo, da questão da
1244 impossibilidade é isso? Entidades de âmbito estadual que compõe o CEAS. Aí o
1245 parágrafo único vira primeiro e esse aqui o segundo. OK! Haver duplicidade de
1246 representação de categoria ou de entidade, senhores. Não poderá ter duplicidade de
1247 representação de... (falas ao fundo). OK! Não poderá haver duplicidade de
1248 representação de entidade. (falas ao fundo). Senhores então aprovado da forma como
1249 foi discutido. Aprovado? Bom! É somente antes para sair do almoço, eu quero dá dois
1250 informes. Chegou um convite nesse CEAS do COPAM, convidando para participar da
1251 audiência pública sobre o relatório de impacto ambiental RIMA – do empreendimento
1252 processo COPAM UHE de Gamela, localizado no município de Coromandel, que vai
1253 realizar no dia 09 de outubro às 18:30 no Lions Clubes de Coromandel no bairro São
1254 Domingo. Considerando que estamos com problemas de recursos de diárias, estamos
1255 fazendo o convite no município somente para conselheiros, para terem conhecimento
1256 desse convite que chegou ao CEAS. Com certeza. ROBERTA - podia como sugestão
1257 que o conselho municipal represente o CEAS o Conselho Estadual. Como
1258 representante. JUANITA – a outra questão. Vamos encaminhar o convite para o
1259 conselho municipal, para que ele tendo interesse ele vá. Representar ele não pode
1260 não. Pode! Claro que pode! Representar o CEAS sim. Então senhores conselheiros. A

1261 conselheira Roberta deu uma sugestão, comunica o conselho municipal do convite e
1262 solicita ele para. Não! Concordam ok! A outra questão é que está acontecendo no
1263 hotel São Francisco, no bairro Lurdes, uma capacitação dos 853 municípios de gestão
1264 e operacionalização do programa bolsa família. Onde está sendo feito a capacitação
1265 do projeto SISVAM e do Projeto Presença e também da assistência social, são 4
1266 participantes do município do dia 17 de setembro ao dia 24 de setembro
1267 aproximadamente 100 120 municípios por dia. É também somente para informar aos
1268 conselheiros. É até o dia 27 de setembro. Vamos ver como ficou a leitura lá. O inciso
1269 segundo, três vagas para entidades de âmbito estadual que compõe o CEAS na data
1270 de publicação dessa resolução, incluímos o parágrafo único, não poderá haver
1271 duplicidade de representação de entidade descrita nos incisos I e II do caput deste
1272 artigo. podemos aprovar senhores conselheiro, atende? ROBERTA – espera aí, não
1273 pode colocar o inciso II ai não, porque, por exemplo, então não é E não é? (falas ao
1274 fundo) JUANITA – está certo. E I e II. Não poderá haver duplicidade de representação
1275 de entidade descrita nos incisos I e II do caput deste artigo. Aprovado senhores
1276 conselheiros. Ok! Bom almoço 12:15, vamos retornar 13:15 pode ser? Não tem não.
1277 Então 13:15. MARCELO - é a comissão de política esteve reunida ontem com a
1278 presença do Júlio César, Marcelo, Maria de Fátima Bergamini e ausência justificada
1279 da Roberta que estava na comissão organizadora da Conferência. E o demais não se
1280 manifestou. É o ponto 1 que foi apresentado para a comissão de política, foi um ofício
1281 do CMAS de Lavras, respondendo o ofício do CEAS de redução de recurso de valor
1282 da APAE de lavras, esse tema passou pela plenária anterior. Um recurso que o
1283 município de Lavras transferiu para outra entidade. E aí houve um questionamento se
1284 poderia ser feito isso ou não. Então a tratativa técnica sobre o assunto e foi emitido o
1285 seguinte parecer. O CEAS encaminhou ofício do conselho municipal de Lavras em
1286 função da APAE desse município questionar o corte de R\$2.000,00 nos recursos que
1287 a mesma recebia, sem deliberação do conselho transferido a um asilo local. O CMAS
1288 local foi que parte desse recurso repassado a APAE aconteceu devido a ajustes
1289 necessários para que uma determinada entidade não ficasse prejudicada e as demais
1290 não perdessem os repasses dos meses de janeiro e fevereiro, devido ao prazo
1291 estabelecido para as assinaturas dos convênios. O CEAS encaminhou outro ofício
1292 salientando que as informações prestadas pelo conselho municipal, anteriormente não
1293 contemplaram a demanda do conselho, pois a ata apresentada não apresentava e
1294 nem mencionada à deliberação pela redução dos recursos, mas somente informava e
1295 justificativa essa razão. Na segunda resposta do conselho, encaminhou a ata de
1296 09/07/13 com a deliberação de diminuição do recurso, diminuindo R\$ 2.000,00 reais

1297 da APAE e acrescentando para a entidade Casa do Vovô. A tratativa e o parecer da
1298 equipe técnica é encaminhar parecer à APAE de Lavras informando a ocorrência
1299 dessa distribuição que foi deliberada pelo CEAS nessa identificação. Na síntese da
1300 discussão foi verificado que o conselho de Lavras deliberou sobre aprovação e
1301 redistribuição dos recursos cabendo informar à questão à APAE de Lavras.
1302 Encaminhamento é enviar uma resposta à APAE de lavras que houve sim uma
1303 deliberação com redistribuição dos recursos que culminou na diminuição de R\$
1304 2.000,00 reais para a APAE. SÉRGIO – em discussão, votação então aprovado.
1305 ANÁLIA – a observação é só a seguinte. Sempre que formos responder a um
1306 conselho, temos que lembrar de olhar o censo SUAS 2012, porque Lavras é um dos
1307 municípios que não preencheu o censo SUAS censo conselhos. (falas ao fundo).
1308 SÉRGIO – está atendo para preencher este ano. Então vamos continuar com as
1309 comissões. MARCELO – ponto 2 é o assunto e-mail da coordenadora geral da
1310 entidade apoio à mulher, criança e adolescente. Solicito intervenção com o CEAS para
1311 solucionar um problema com a casa de passagem recebe atendimento da AMCA que
1312 possui convenio com o governo de Minas Gerais e a prefeitura de Teófilo Otoni. E está
1313 recebendo recursos com atrasos que vem prejudicando arcar com pagamentos de
1314 funcionários. As referências à lei federal 8742, resolução 33 do CNAS, tratativa técnica
1315 parecer. A sugestão é encaminhar ofício para a SUBAS/SEDESE, solicitando
1316 informações sobre repasse deste recurso junto á prefeitura de Teófilo Otoni e como
1317 está sendo processada a periodicidade. Síntese discutir sobre os motivos dos atrasos
1318 e as dificuldades geradas às entidades pelo atraso às entidades de recursos. De fato
1319 enviar ofício para a SUBAS para verificar o repasse dos recursos e se estiver
1320 ocorrendo atrasos quais são os motivos. E verificar inclusive a possibilidade da
1321 SEDESE oferecer informações nessa plenária se for o caso. SÉRGIO – em discussão.
1322 VOLNEY – pelo que eu entendi o atraso acontece com do Estado para com a entidade
1323 ou para com a prefeitura? MARCELO – para com a prefeitura. VOLNEY – para com a
1324 prefeitura. ISABELA – e a prefeitura repassa para a entidade. É isso? VOLNEY – mas
1325 o Estado não repassa direto para a entidade não? ISABELA – poderia ser este caso,
1326 mas o que parece ali não. Porque no caso nossos convênios de execução direta são
1327 as Casas Lares. Aí teríamos que verificar se essa entidade ela é mantido de série
1328 histórica ou do Piso Mineiro. Mas pode encaminhar o ofício que verificamos certinho.
1329 MARCELO – nós colocamos é se pudesse, mas se não vai ser mesmo o ofício.
1330 ISABELA- só se ela souber eu não sei de cabeça. Teófilo Otoni recebe serie histórica,
1331 pode ser que seja. Tem que verificar. MARCELO – então vamos enviar o ofício e
1332 obter a resposta para encaminhar á entidade. Ponto 3, pois não. (falas ao fundo).

1333 JUANITA – porque em Teófilo Otoni, eu não tenho certeza se tem casa lar, porque aí
1334 poderia ser uma outra questão. Que são os convênios para acolhimento institucional,
1335 mas aí tem que analisar mesmo Marcelo. MARCELO – ponto 3 ofício conselho
1336 municipal de Caratinga respondendo ofício 174 do CEAS, referente denúncia de
1337 irregularidades no IGDM SUAS 2012/2013, a tratativa técnica primeiro denunciante. Ele
1338 informa sobre possíveis irregularidades das contas mensais do IGDM SUAS
1339 2012/2013 que teria registrado numero excessivo de RPA – registro de pagamento de
1340 autônomo, com superfaturamento em detrimento ao que prevê a legislação. Aponta
1341 ainda que os recursos não tenha sido gasto devidamente priorizando o pagamento do
1342 RPA e desfavorecendo o apoio a capacitação destinada a funcionários, destinando
1343 também que o plano plurianual não teria sido realizado nas últimas duas gestões.
1344 Então, nós enviamos o ofício ao conselho municipal e foi respondido. O conselho
1345 municipal solicitou a presença em plenária da secretaria de desenvolvimento social
1346 para apresentar respostas às questões acima. Apresentado pela superintendia do
1347 SUAS, as prestações de contas referente aos IGDM SUAS 2012/2013, comprovando a
1348 fidelidade dos gastos, esteve presente na plenária um técnico em contabilidade da
1349 prefeitura para suporte aos conselheiros na análise dos documentos. Não foi
1350 identificado excesso de pagamentos em RPA, sendo apresentados as justificativas
1351 para qual finalidade foram aplicadas. Em relação ao desfavorecimento de capacitação
1352 de funcionários foi identificado o numero expressivo de diárias destinado aos técnicos
1353 da secretaria. Com relação à ausência de PPA a secretaria de desenvolvimento social,
1354 que não foi identificado mesmo relativo às duas gestões, somente de 1999/2000. a
1355 secretaria responsabilizou-se a elaborar o PPA relativo aos anos de 2014/2017 e a
1356 apresentar ao CMAS até novembro de 2013. Observação à ata n. 82 do CMAS que
1357 registra a apresentação da documentação pela superintendente bem como o ofício
1358 166/13 da secretaria de desenvolvimento social, que informa não ter copias do PPA
1359 nas duas ultimas gestões, são mencionadas como anexo no ofício 124 do Conselho
1360 Municipal de Caratinga, porém não chegaram porque o envio foi por e-mail e no e-mail
1361 informam que enviaram toda a documentação pelo correio. Sugestão retornar resposta
1362 à denunciante, informando que todas as questões verificadas juntas ao CMAS e que a
1363 única questão está no PPA que será enviado ao CMAS pela atual gestora. Na síntese
1364 da questão, entendeu-se que a gestora respondeu às questões encaminhadas na
1365 denuncia gerada e a deliberação em plenária é encaminhar resposta á denunciante,
1366 com informações prestadas pela gestão de Caratinga na plenária realizada em
1367 27/08/2013, sob as contas do IGDM SUAS 2012/2013 e sobre o uso de RPA de forma
1368 satisfatórias, ficando apenas pendência do PPA dos anos 2014/2017 no qual a

1369 secretaria se responsabiliza a apresentar ao conselho em novembro de 2013.
1370 JUANITA – algumas dúvidas, conselheiros, com relação à questão da denuncia de
1371 Caratinga, aprovar a indicação da comissão. Aprovado. MARCELO – ponto 4 já foi
1372 objeto de apreciação que foi o plano plurianual de assistência social e passamos
1373 somente um informe que a SEDESE/SUBAS através do ofício 07, encaminha a
1374 resolução 007/13 da comissão inter-gestora que pactua o monitoramento e qualidade
1375 da oferta de serviços e aplicação dos recursos estaduais no âmbito do sistema único
1376 do SUAS para o nosso conhecimento e eu sugiro que se não foi encaminhado aos
1377 conselheiros estaduais que seja enviado por e-mail essa resolução para
1378 conhecimento. JUANITA – sugestão é que o CEAS encaminhe para os conselheiros
1379 municipais. Isso! Para os estaduais vem para o CEAS. Entendi. Anota aí? Bom é
1380 desculpa as outras comissões já foram. Só a de política? Vamos fazer a apresentação
1381 pelo empreendedor HYBRASIL, da CGH de Faria considerando que estão aí. Rosa
1382 você pode me situar, por favor. Só para trazer a memória dos conselheiros, vou pedir
1383 à técnica Rosa que a mesma explicação que ela dê os demais, só para voltar à
1384 lembrança que isso foi pauta da nossa ultima plenária. ROSA – Bom! Na ultima
1385 plenária a comissão de normas trouxe para deliberação, o relatório de fechamento do
1386 posto de atendimento social da CGH Farias e como é de regra do conselho estadual,
1387 nós consultamos o conselho municipal de Guanhães, em relação ao posto de
1388 atendimentos social que foi instalado em um ponto do município. O conselho de
1389 Guanhães, manifestou contrário ao fechamento, não aprovando as ações que estavam
1390 no relatório final do posto de atendimento social. Eles não aprovaram aquele relatório
1391 e a plenária passada deliberou em convidar o empreendedor a HY BRAZIL,
1392 juntamente com representante do conselho de Guanhães para apresentar documentos
1393 comprobatórios que as ações apresentadas no relatório ocorreram e trouxemos
1394 também o conselho municipal de Guanhães representado pelo Gomes. JUANITA –
1395 para organizar a apresentação eu penso que vamos conceder 20 minutos para o
1396 empreendedor fazer a apresentação para subsidio à plenária e também 20 minutos ao
1397 conselho se caso precisar. Pois não? (falas ao fundo). PAULO CESÁR – Biólogo da
1398 empresa HY BRAZIL Energia e trabalho com as assistentes sociais nos nossos
1399 empreendimentos, que não é o primeiro. Nós já tivemos outras CGH, Braunas, Pitanga
1400 e demais. (falas ao fundo). A CGH Farias é localizada no município de Guanhães,
1401 próximo à Braunas, Ribeirão que faz a divisa dos municípios. A potencia instalada dela
1402 é de 1 Mega. Propriedade adquirida da CEMIG em leilão realizado em 2009. Essa
1403 área foi uma pequena CGH construída com a finalidade de gerar energia para a
1404 geração da PCH Salto Grande e depois a CEMIG abandonou e a empresa comprou

1405 em um leilão. Essa CGH é de 1940 o barramento foi utilizado o mesmo. A negociação
1406 da terra com outros proprietários para fins de acesso. As áreas das empresas não
1407 interferiram nos dois proprietários, apenas para conseguir melhor o acesso a CGH. A
1408 área do reservatório é 50m², a aprovação do PAS se deu na resolução do CEAS
1409 280/09, o início das obras se deu em 2011 a construção das obras foi em fevereiro de
1410 2012 e aprovação da implantação do PAS na resolução 411 de julho de 2012 e o
1411 encerramento do posto se deu em julho de 2013. Essa é a CGH Faria, está em alto
1412 índice de construção. Embaixo ainda não tem a casa de força. E o corte foi feito para
1413 acesso na tubulação. Vocês estão vendo a cachoeira de fundo lá. Esse é o
1414 barramento existente. Já existia esse barramento era todo de pedra e colocamos a
1415 capa de concreto como se fosse um rejunto. Não interferimos em nada, não
1416 colocamos mais nada. Aquele é o reservatório da CGH Farias. Esse da para ver que
1417 tem um funcionário no canto esquerdo superior o tamanho do barramento com a área
1418 alagada. Teve um alto índice pluviométrico é grande a quantidade de água ali. A CGH
1419 Faria concluída a parte de educação ambiental já concluída, a casa de força no alto
1420 está na cachoeira. A casa de força. Tubo gerador parte interna. Os projetos da CGH
1421 Farias do PAS ela foi desenvolvido visita domiciliar pela antiga assistente social que foi
1422 a Áurea e o projeto Arte que foi atendimento no posto escola e atendimento aos
1423 moradores no entorno. Esse foi um projeto desenvolvido pela Áurea, feito sobre
1424 decopagem, pintura em tecido, reciclagem e ai está o resultado dos trabalhos dos
1425 alunos. Projeto de arte desenvolvido na escola. Foi apresentado ao CEAS e os
1426 conselhos municipais. Aprovação e implantação do CEAS resolução 411, previa a
1427 permanência do posto por mais seis meses e ele foi aprovado em julho de 2012, então
1428 o posto ficaria aberto até janeiro de 2013. Só que tivemos o afastamento da assistente
1429 Áurea, por motivo de gestação, no final do ano na questão de férias e a dificuldade em
1430 contratar uma assistente social para o projeto. Rodei Virginópolis, como parte de
1431 coordenador, Guanhães, entrei em contato com vários assistentes sociais, tive grande
1432 dificuldade em contratar o profissional, havendo um pequeno erro de comunicação. E
1433 poderíamos ter informado ao CEAS, diante da dificuldade. Encontramos em fevereiro
1434 a Sra. Dirlene. Ela está presente e vai falar mais sobre os trabalhos, então pensamos
1435 em estender o prazo diante do pouco levantamento de visita domiciliar e levantamento
1436 socioeconômico. Então nós focamos nessa área e ela irá falar melhor desse trabalho
1437 que foi executado. JUANITA – então, vocês fizeram uma apresentação do
1438 empreendimento, com relação às metas que estamos questionando. DIRLENE – boa
1439 tarde a todos! Fui a assistente social contratada por 4 meses pela CGH Farias, eu
1440 contribuí fazendo visita domiciliares, preenchimento de fichas socioeconômicas. Na

1441 escola eu contribui com minhas palestras que nas minhas visitas eu percebi que as
1442 pessoas ali daquele setor, são pessoas afastadas, não tinha conhecimento da
1443 realidade e até dos atendimentos sociais que Farias fica distante de Guanhães. As
1444 pessoas têm dificuldade de acessar os serviços sociais. Eu percebi precisa ter mais
1445 assistência o pessoal da cidade. Eu posso afirmar que esses 4 meses que eu fiquei no
1446 posto ninguém da comunidade chegaram perguntando, que está faltando assistência
1447 da empresa. Nunca foi perguntado. Eu fiquei 4 meses e ficava ociosa de ficar dentro
1448 do posto e as pessoas não chegavam para perguntar. E não chegaram. As vezes eu
1449 sai, ia na escola, visita algumas pessoas que chegavam. As pessoas falavam tem o
1450 fulano de tal assim. Eu visitei sabendo que aquilo não tinha nada haver com a
1451 empresa. Eu orientei onde procurar a quem procurar. Então nesses 4 meses não tive
1452 nenhuma demanda relacionada com a empresa. O que eu pude fazer foi orientar as
1453 pessoas que queriam algum serviço e que não tinham nada haver com o serviço da
1454 assistência social da empresa. Tinha do município como tem, percebemos que precisa
1455 trabalhar mais o município na região de Farias. Nas palestras eu falei sobre abuso
1456 sexual, enfim. Tava em foco a dengue, dia dos namorados e assim quando me
1457 perguntavam o que eu podia fazer eu fiz. Eu tive dificuldade tive sim. Porque eu sou
1458 de Braúnas e atendia Farias. Estrada ruim, mas eu nunca deixei de prestar meu
1459 serviço, mesmo sabendo que eu iria chegar e o dia inteiro eu sempre estava lá. Um
1460 dia tinha uma funcionaria do posto e disse que o pessoal do conselho esteve aqui, até
1461 informei para eles que você vem pra cá de ônibus e às vezes o ônibus passa mais
1462 cedo ou tarde. E no dia que eles estiveram lá foi o dia que eu sai mais cedo. Minha
1463 condução é o ônibus, eu sei fui informada que eles estiveram lá e nunca mais eu os vi.
1464 Fiquei por lá 4 meses e ninguém me procurou. Eu tenho os relatórios de visita os
1465 socioeconômicos se quiserem ver, eu realizei as visitas às pessoas foram ouvidas, é
1466 um documento que não deixo não solto porque é sigiloso. Mas está aqui. JUANITA - a
1467 empresa quer fazer mais colocação? Não! É obrigada Dirléia, só para lembrar para os
1468 conselheiros, não sei se está na memória, mas o plano de assistência social o PAS,
1469 ele já foi aprovado por esse CEAS. Entretanto na aprovação do PAS solicitou que o
1470 posto de atendimento ficasse em funcionamento durante 6 meses. Então o que
1471 estamos analisando é somente esses 6 meses a mais que o posto deveria ficar em
1472 funcionamento e que o empreendedor encaminhou o relatório de execução das
1473 atividades do posto. Geralmente quando isso acontece o CEAS se reporta ao
1474 conselho municipal, porque o relatório também é apresentado no conselho municipal e
1475 nós tivemos um parecer do conselho que foi negativo, no sentido que as informações
1476 que o empreendedor colocou no relatório em visita a comunidade o conselho não

1477 identificou nenhum que afirmasse o registro do relatório do empreendedor. É por isso
1478 que na última plenária o conselho solicitou a visita do empreendedor para dá os
1479 esclarecimentos. Podemos chamar o conselho municipal para assistência e depois
1480 abrimos para perguntas. Presidente do conselho, por favor. O conselho também terá
1481 20 minutos lembrando que o empreendedor não utilizou os 20. PRESIDENTE DO
1482 CMAS – na qualidade de vice-presidente do conselho, porque o presidente não pode
1483 comparecer. É (falas ao fundo). JUANITA – Fátima, depois abrimos para pergunta do
1484 conselheiro. Por favor! Presidente do conselho, por favor! Presidente. PRESIDENTE
1485 DO CMAS – é senhores conselheiros, o conselho de Guanhães ele não considera que
1486 o PAS foi cumprido no eu completo teor. Várias visita foram feitas, inclusive até
1487 acompanhada por conselheiros deste conselho e diversas vezes encontramos o posto
1488 fechado. O local existia, mas a maioria das vezes. Eu só me recordo uma vez que ele
1489 foi encontrado aberto. Que eu estava presente na visita. Nós interpretamos que foi
1490 falha o documento deles. É quanto a esse projeto, eles fizeram os projetos de
1491 artesanato, foi informado que teria seguimento pela própria assistente social, não teve
1492 a segunda fase. E estive lá no mês de 22 de outubro de 2012, foi até enviado um
1493 relatório para o CEAS, dessa visita e fomos informados pelos moradores, que desde o
1494 mês de junho o posto não estava funcionando, pois a assistente social se candidatou a
1495 vereadora na cidade dela e no período e posteriormente a essa data também, o posto
1496 ficou fechado. Então é não sei se vem ao caso, a empresa tem outro empreendimento
1497 finalizado, também tivemos questão relacionadas ao PAS também que eles na
1498 cumpriram o PAS na CGH Corrente Grande. Então em Farias nós também
1499 constatamos isso, que eles foram falhos no cumprimento do PAS. JUANITA –
1500 conselheiro municipal, antes de abrir para perguntas. O parecer do conselho, veio aqui
1501 com a seguinte relatoria. Informamos que foi protocolado neste conselho, relatório final
1502 de encerramento das atividades do posto. Porém em visitas técnicas realizadas em
1503 diversos momentos, a comunidade desconhece qualquer atividade desenvolvida pelo
1504 posto, bem como a segunda etapa de atividades manuais desenvolvidas no ano de
1505 2012 conforme solicitado em reunião com representantes do empreendimento,
1506 conselho municipal e comunidade. Esse parecer foi da data de 16 de agosto. Com
1507 relação às ações que foram propostas no posto de atendimento social da assistência,
1508 a Assistente social, trouxe alguns documentos para comprovar sua atuação, porque o
1509 conselho fala que em visita técnica não identificou ninguém que falasse da veracidade
1510 do empreendedor. Aí só para nos reportarmos e clarearmos para o conselheiro, as
1511 ações eram com relação ao atendimento social, atendimento no posto de atendimento.
1512 Ela colocou que foram feitos 10 atendimentos. Visita domiciliares, á famílias em torno

1513 da CGH foram relatadas 26 visitas, palestras sobre a dengue para 12 moradores,
1514 sobre exploração sexual de crianças e adolescentes para 12 moradores, visita
1515 domiciliar outra visita para um funcionário, palestras e orientações a 30 pessoas. Com
1516 relação a essas atividades, penso eu que a assistente social, trouxe o comprovante
1517 que comprova esses atendimentos. Então temos duas situações, uma situação da
1518 profissional que executou a ação e está trazendo para conhecimento a ação. E temos
1519 uma outra atividade que em visita do conselho local, a comunidade não identificou a
1520 referencia com a profissional, nem com o posto de atendimento. Não é isso
1521 conselheiro municipal? Você quer colocar mais alguma coisa, antes que eu abra para
1522 os demais conselheiros, fica a vontade, pois ainda está no seu tempo. PRESIDENTE
1523 DO CMAS – Aconteceu até uma questão é Dirlene já é a terceira assistente social
1524 contratada pela empresa. A primeira enviou um relatório que os técnicos da assitencia
1525 social do município condenaram porque foi maqueado. E essa pessoa foi demitida, e
1526 contratou-se a segunda que foi até referida ali Áurea, depois da Áurea que aconteceu
1527 o pequeno curso de artesanato. Então... JUANITA – Que foi o que foi comprovado
1528 pelo conselho é isso? GERALDO – vice-presidente do cmas – O que eu tenho a dizer
1529 é o seguinte. Desde que a primeira profissional mandou um relatório entre aspas.
1530 JUANITA – que é a opinião da profissional do município. É isso? Nós não estamos
1531 questionamentos também. GERALDO – vice-presidente do cmas – foram dados
1532 exagerados para a comunidade. A partir daí criou-se uma relação de desconfiança
1533 entre o CMAS e a empresa. JUANITA – Considerando os esclarecimentos. Eu penso
1534 que na hora do esclarecimento vocês podem tirar as duvidas. Eu tentei subsidiar os
1535 conselheiros, até para um entendimento, para ver o que está sendo solicitado agora.
1536 Não sei se está claro para todos. Podemos abrir para discussão? Podemos? ANDRÉA
1537 – Sra. Presidenta eu peço vistas a este processo. Bom considerando o pedido de vista
1538 ele está sendo retirado dessa plenária. MÁRCIO – por uma questão de ordem acho
1539 que ele não cabe vista a este processo. JUANITA – porque não cabe. MÁRCIO -
1540 Porque foi feita a deliberação do cumprimento do PAS. JUANITA – na verdade é
1541 possível Márcio, porque já foi feito a deliberação em cima do PAS, entretanto tinha
1542 uma deliberação deste CEAS para manutenção do posto de atendimento, então eles
1543 estão cumprindo uma deliberação que foi do conselho Estadual, então frente a isso
1544 ainda cabe uma vista porque veio para deliberação. Nós ainda temos que fazer
1545 deliberação. Tá correto? MARCELO – Entendendo a possibilidade do pedido de vista
1546 para uma análise da conselheira Andréia, eu gostaria de ver senhora presidente que
1547 tem vários inscritos e essas inscrições poderão clarear e esclarecer e ajudar para a
1548 contribuição da conselheira Andréia dá a sua opinião e aproveitando a presença do

1549 conselho municipal e dos empreendedores. JUANITA – Eu penso que não temos
1550 nenhum problema, eles podem tirar até dúvidas para análise da conselheira Andréa.
1551 Então vamos iniciar. Conselheiro Márcio. MÁRCIO – queria só a título de contribuição
1552 estive com a técnica Rosa em dezembro de 2012, em visita do município para verificar
1553 a denuncia do conselho de Guanhães para abertura do posto na comunidade de
1554 Farias. Foi constatado que o posto estava fechado que havia algum tempo que a
1555 profissional não atuava no posto. Nós tivemos uma conversa com a comunidade
1556 nesse aspecto. Foi identificado que não havia a permanência deste profissional no
1557 equipamento. Nós trouxemos essa questão para o conselho. Informou ao
1558 empreendimento que ele teria prazo específico para regularizar a situação e na
1559 apresentação que foi em julho em 2013 do relatório final deste posto de atendimento
1560 que deveria permanecer por mais seis meses, houve a manifestação do conselho de
1561 Guanhães, onde desconhecia as ações do posto e que o posto permanecia fechado.
1562 Este foi o contraditório encontrado e na medida que as questões apresentadas pelo
1563 atendimento e pelos demais empreendimentos de responsabilidade deste
1564 empreendedor no conselho, houve a necessidade que chamasse o empreendedor na
1565 plenária e esclarecesse os pontos de vistas da importância da instalação do posto de
1566 atendimento social e do ponto de vista do trafego dessas informações para o conselho
1567 quanto de informações a qual não tivemos o devido acesso e a devida informação. É
1568 importante clarificar a informação para darmos o direcionamento, pois fomos muito
1569 prudentes na plenária anterior em não definir algum tipo de indicativo frente ao não
1570 atendimento da abertura do posto em relação a essas questões que foram pendentes.
1571 É importante ficar atento a questões do ponto de vista da necessidade que este
1572 conselho tem da permanência dos conselheiros que irão ficar no processo. E grande
1573 parte na próximo plenária não estará presente e do ponto de vista da continuidade dos
1574 processos de observação do PAS. Dessas CGHs e de outros empreendimentos é
1575 importante ser claro e em função da trajetória e dos três empreendimentos
1576 identificados pelo conselho de responsabilidade da HY BRAZIL, 8 CGHS receberam
1577 denúncias sobre a não instalação e não funcionamento do posto de atendimento
1578 social. É importante que o conselho se posicione em relação ao cumprimento da
1579 legislação no que trata da assistência social. No que se refere a política para a
1580 população atingida de barragens, sendo importante ficarmos atentos ao cumprimento
1581 da nossa lei de barragens. ROBERTA – Eu queria começar minha fala, endossando a
1582 fala do Márcio, nesse alerta que ele trás da gente lembrar que este debate que este
1583 processo vem ele estará com novos conselheiros. A importância de manter o debate,
1584 do ponto de vista regimental você pediu vista e encerra. E acho que é importante

1585 compreender a discussão e por garantir a presença do conselho municipal para
1586 aprofundar na questão. Eu quero trazer algumas questões para discutir aqui, primeiro
1587 quando vocês alegam a dificuldade de contratar assistente social. Isso para este não é
1588 uma justificativa, pois vocês teriam inúmeros caminhos a buscar para contratação dos
1589 profissionais, falo com muita tranquilidade. Porque se vocês estivessem com problema
1590 de engenheiro, vocês não ficariam 4 meses sem. Vocês vão buscar eles onde fosse,
1591 porque é importante porque a obra não para de funcionar. Isso não é justificativa para
1592 dizer que ficou 4 meses buscando. A outra questão é o seguinte, do ponto de vista da
1593 atividade da assistente social, não nos satisfaz, quando diz: “eu estava sentada e
1594 ninguém nos procurou”. Não é essa proposta que fazemos do PAS. Segundo ir a
1595 escolas para fazer palestra também não é essa proposta do PAS. Se eu tiver falando
1596 bobagem, pois quando estava fora foi apresentando essas atividades e de quando eu
1597 ouvi, e dentro que o próprio conselheiro que exerce a atividade na ponta disse. Nós
1598 não vimos atividade concreta. Então o que é importante quando abriu a possibilidade
1599 de vista. É que realmente nós vamos ter que fazer uma proposta que tenha mais
1600 sustância, caso contrário, está muito frágil, e o risco que os senhores estão correndo é
1601 de uma cassação da resolução que aprovou a implantação do PAS, porque quando
1602 aprovou e disse da extensão do posto para determinadas atividades e agora vocês
1603 estão comprovando as atividades, pelo que eu vi pouco está muito frágil. E eu acredito
1604 que na relatoria da conselheira Andréia que vai ser o mês que vem novembro. Você
1605 ainda tem dois meses, vocês teriam que ter inclusive sugestão de apresentação de
1606 proposta mais arrojada para recuperar essa atividade deste posto. JUANITA – Eu vou
1607 pedir para vocês irem anotando os questionamentos para depois irem respondendo.
1608 MARCELO – Eu quero ratificar a fala da conselheira Roberta e entender que em que
1609 pese a contratação em fevereiro de 2013 da colega assistente social Direlene, eu
1610 entendo que não foi cumprido o objetivo. Na verdade o papel do PAS para além de
1611 está aberto é também fazer as buscas ativas, verificar a situação sócio-familiar. Então
1612 eu quero ratificar a fala da Roberta dessa forma que o empreendimento deverá
1613 demanda, para que não tenha que sofrer essa dificuldade de um impedimento da
1614 resolução. Mas eu gostaria de saber da técnica se além do que foi apontado pelo
1615 conselho municipal, se chegou alguma denuncia alguma outra situação mais complexa
1616 que pode nós da uma orientação. ROSA – desse empreendimento, foi o que o Márcio
1617 Caldeira falou que foi o fechamento do PAS e que de foi constatado na comunidade
1618 ela já havia sido a 4 meses. Nós fomos em Dezembro a comunidade o posto de
1619 saúde, informou que ela saiu a 4 meses para se candidatar e voltou para Dorés de
1620 Guanhães, onde era a cidade dela, só depois de apuração da denuncia, a dificuldade

1621 de acesso. Ela não estava indo porque estava com dificuldade de acesso. Mas
1622 conseguimos chegar até lá, mesmo no período de chuvas. Foi só em Fevereiro que
1623 reabriram o PAS, sendo contratada outra assistente social. VOLNEY – Só quero dizer
1624 para Hy Brazil que quando ocorrer de contratar psicólogos e assistentes sociais
1625 primeiro os conselhos de classe divulgam vagas e pagando-se bem e não
1626 precarizando a mão de obra dos nossos trabalhadores vocês encontram
1627 trabalhadores a qualquer momento. Falo isso como representante de trabalhadores.
1628 Temos visto as empresas precarizando os trabalhos dos trabalhadores. Segundo que
1629 eu percebo a dificuldade de locomoção. Acredito que uma empresa deste porte pode
1630 disponibilizar o veículo para transportar este profissional, se o ônibus passa duas
1631 horas da tarde e tenho que fechar o posto porque não tem mais transportes. Com
1632 relação aos documentos apresentados eu acho que não dá para fazer uma análise
1633 minuciosa porque eu dei uma foleada rápida. não dá para fazer análise disso. Quando
1634 se coloca que a assistente social estava grávida, teriam 9 meses para planejar a
1635 contratação de uma outra funcionaria. Eu só trago isso para reflexão. Com relação a
1636 documentação que é trazida para análise eu sugiro que sejam três pessoas para fazer
1637 uma análise minuciosa deste documento. Eram essas observações. MARCOS – Parte
1638 já foi contemplada pelos conselheiros. E só queria acrescentar que essa situação é
1639 parecida com a PCH Unai e existem outras situações que a empresas não cumpriu
1640 com o seu papel. E fico me perguntando sem ser radical qual é a posição que o
1641 conselho terá perante essa situação, talvez vamos continuar discutindo e essas coisas
1642 vão continuar se repetindo. Foi pedido vista fazer esse levantamento minucioso e pra
1643 mim particularmente sem os que são trazidos pela empresa, boa parte não foi
1644 cumprido como deveria e talvez seria até a cassação da resolução. Mas contemplar e
1645 acrescentar perante as falas que vieram posteriormente. JUANITA – Só lembrar que
1646 na verdade nós não podemos nenhuma decisão considerando que foi pedido vista.
1647 MAURO – Boa tarde! Eu queria até dizer que lamentavelmente ficamos mais do que
1648 decepcionado por uma questão como essa. Não é nem desviar do foco. Trazer essa
1649 situação e o conselho dizer que outros empreendimentos não foram cumpridos. Um
1650 fala que fez, outro fala que não fez. É uma situação que apesar de não darmos
1651 continuidade que o conselho possa vislumbrar decisões e que diante de situações eu
1652 não vi uma coisa deste tamanho para dizer que foi cumprido. Essa situação de
1653 gravidez que não encontrou ninguém. E que o conselho possa se posicionar quando o
1654 conselho trazer novamente essa questão para entendimento. ROBERTA – Eu só
1655 estou passando amparã, este é o relatório de atividades. Se for ficha socioeconômica
1656 isso não pode ser publicizado em respeito ao usuário. Sim, aqui tem dados do usuário

1657 que do ponto de vista ético. Na hora que o rapaz falou ela vai falar das atividades e
1658 você apresenta essa pasta, eu estou entendendo que tem coisas de campanha e tem
1659 series de fichas familiar que compõem o dossiê da família. Então essas coisas não
1660 podem ser trabalhadas da forma como foi trazida aqui e está aqui o nosso
1661 representante do conselho de assistência social que acho que é um pouco complicado
1662 essa discussão. JUANITA – terminamos a discussão podemos abrir para resposta.
1663 Bom! Empreendedor quer fazer as respostas, por favor. EMPREENDEDOR – vamos
1664 lá. Com relação á documentação, eu liguei para a Rosa sobre a documentação, o
1665 único documento que eu tenho e que comprove a execução das visitas, são as fichas
1666 domiciliares. Isso é documento sigiloso, se algum documento precisar olhar estará
1667 disponível. Então vocês me desculpem à forma como foi apresentada até mesmo por
1668 essa questão. O Conselheiro, Márcio, já conheço ele de outras visitas e voltando a
1669 falar a CGH da corrente grande é a mesma questão a divisa de Virginópolis e
1670 Guanhães. Nosso posto foi instalado em Virginópolis e fizemos as ações e não teve
1671 nada de descumprido não. Tudo cumprido comprovado em resolução. Foi solicitado o
1672 posto aberto por mais seis meses e não teve nenhuma questão. O questionamento no
1673 dia da reunião é a mão de obra local. Guanhães até Virginópolis são 52km, Varias
1674 pessoas que chegaram até o empreendimento não quiseram trabalhar em corrente
1675 grande por conta do deslocamento. Com relação à CGH Farias ao que foi levantado
1676 pela Dirlene, foi um pedido meu que ela ficasse alguns dias no PAS, não que ela só
1677 ficasse lá sentada, claro que se algum morador quisesse tirar alguma duvida já estaria
1678 à disposição dela. Mas ela fez sim visita domiciliar tem as datas tem tudo assinado.
1679 Foi até a cidade e locamos um carro para ela se deslocar aos moradores em torno,
1680 está tudo na pasta. Todos os trabalhos na ação são focados na escola Estadual, as
1681 ações foram desenvolvidas na escola estadual. O projeto Arte foi continuado para
1682 continuidade do CRAS itinerante, o relatório do projeto Arte protocolado neste CEAS,
1683 informa que o CRAS itinerante continua com o projeto conclusão. Ficamos até de doar
1684 o material para o projeto arte para continuar com o CRAS itinerante, mas ficamos
1685 sabendo que houve uma caída devido ao partido, Administração Municipal, não
1686 podendo perder o material e doamos para a escola. Mas o projeto Arte foi executado,
1687 nós contratamos uma oficinaira, foi feito o projeto tem o relatório, pagamos
1688 alimentação para ela que comprova o projeto e a continuidade pelo projeto Arte. Acho
1689 que é só isso. Nós da CGH da usina igual eu falei da contratação o conselheiro Márcio
1690 teve a oportunidade, a comunidade Farias é uma comunidade que se eu falar com
1691 você eu procurei as assistentes sociais, mas quando eu falei CGH Farias eles não
1692 vão. Não vão porque não tem um restaurante, é uma comunidade que não tem o

1693 mínimo de estrutura, não é qualquer assistente social que vai até o local. Eu não
1694 posso contratar uma assistente social do Sul de Minas para fazer a obra no leste de
1695 Minas. Entendeu! Para contratação da assistente social, eu falo que tive a dificuldade
1696 sim, mas por este motivo. GLAUBER – Boa tarde conselheiros, Presidente, cuidado da
1697 parte de construção da CGH Farias da Hy Brazil. Realmente eu sempre para os
1698 funcionários que fazer errado dá muito mais trabalho do que fazer certo. Não tem
1699 porque fazer errado, porque para consertar é muito mais difícil. Nós já erramos
1700 algumas vezes, já tive a conselheira Roberta na SEDESE que nós tivemos algumas
1701 resoluções aprovados e a obra não tinha licença e estava dando problema e nem
1702 sabia se tínhamos a licença. Estive com a Roberta, disse que a resolução é clara
1703 temos 30 dias, estamos errados para implantar o posto, só que a licença do projeto
1704 pode demorar 5 anos e tem licença que até hoje não saiu. Não sei se vocês revisaram
1705 os cronogramas. Não sei se continua igual. Mas estive lá implantamos o posto.
1706 Estivemos com o posto no Triângulo Mineiro que ficou aberto uns 4, 5 meses, o
1707 projeto não saiu, mandamos uma carta pedindo a renúncia, que revogasse nossa
1708 aprovação do plano, pois não iríamos manter posto aberto, porque não iria acontecer o
1709 projeto. Já estivemos errados outras vezes. Esse episódio da Áurea está errado
1710 também, está errado. Estávamos certo de conseguir a assistente social, para assumir
1711 o posto da Áurea, a pessoa não foi, chegou final do ano, natal, chuva, nós não
1712 conseguimos. Mandei uma carta para este conselho dia 21 de janeiro até o momento o
1713 posto está fechado desde o dia 09 de dezembro, coloquei o comprovante de atestado
1714 médico afastando a Áurea, mostrei o termo de rescisão dela tudo do mês de
1715 dezembro. E falei olha realmente o posto está fechado, estamos errados, vamos
1716 recompor este prazo futuramente. Ou seja, o plano foi aprovado em julho de 2012, era
1717 para ser mantido por mais seis meses e o posto era para ser encerrado em 28 de
1718 julho. O posto ficou mais 5 meses abertos. Justamente para compensar o prazo. Se
1719 ocorresse tudo correto era para fechar em janeiro e fechou-se no final de julho,
1720 justamente que sabíamos que erramos em perder a Áurea e designou para substituir.
1721 Como estava na fase de obra era mais fácil, tínhamos transporte regular o tempo todo,
1722 alojamento, refeitório. Depois que a obra termina dificulta. Quando vinha regular a
1723 assistente social Áurea e Dirlene ia de ônibus, na hora que o ônibus não chegava
1724 mais, nós contratamos o motorista para levar ela, mas não sabíamos que seríamos
1725 objeto de aprovação deste plenário. O plano foi aprovado em julho que tinha vários
1726 programas que foram cumpridos, além desse projeto Antonio Dias, Pitanga, Alto
1727 Grajaúba, Corrente Grande, foram obrigados a manter o posto por mais seis meses,
1728 as ações que tinham propostas a fazer foram executadas ao longo do

1729 empreendimento, o plano foi aprovado, pedimos mais seis meses de posto aberto para
1730 fazer monitoramento socioeconômico, se não fizemos mais e não se esperava mais. A
1731 Dirlene falou que não foi ninguém se queixar do empreendimento ou tirar dúvidas
1732 sobre o empreendimento. Eram pessoas que foram tirar dúvidas sobre assuntos
1733 diversos e na obrigação dela fugia da gestão da empresa. Ninguém foi falar de
1734 assuntos que estavam prejudicando com relação ao empreendimento. Cumprimos
1735 com as nossas obrigações. Pecamos mantivemos o posto aberto 5 meses além, dos
1736 seis meses após justamente porque erramos e tivemos que compensar com prazo o
1737 que não conseguimos. A questão que a pessoa se afastou por eleição. A primeira
1738 assistente social que começou foi a Darleia, era conselheira no município de Braúnas
1739 foi então o relatório que tinham coisas que não procediam, eu não pude constatar se
1740 procedeu ou não, mas nos pedimos para a Dalila que já que estava insatisfeita com a
1741 Darleia, vamos ter o ano inteiro pela frente de convivência, você quer sugerir alguém.
1742 Olha não gostei do que ela fez o que a Darleia fez no trabalho dela e vamos indicar
1743 outra pessoa, no dia indicaram a Áurea, trouxemos a Áurea e tiramos a Darleia. A
1744 Darleia sim foi quem concorreu para ser vereadora, ela ficou um mês no posto, já a
1745 Áurea ficou uns 15 meses e saiu para a gravidez, entrou a Dirlene, então a pessoa
1746 que saiu para se candidatar a cargo de vereadora foi a Darleia e não a Áurea e isso
1747 está sendo gravado e fique registrado. Há nós temos também as declarações do
1748 município, não! do Vilarajo, do povoado de Farias e dizendo que o posto funcionou,
1749 teve uma moradora, eu não consigo nem ler. Ela é, depois teve a diretora estadual
1750 municipal, até porque a Dirlene e a Áurea estiveram lá varias vezes, a escola é o
1751 ponto de encontro, onde se pode fazer uma apresentação. Diretora da escola falando
1752 que o posto funcionou regularmente e por ultimo tem uma pessoa que trabalha no
1753 posto de saúde. Então isso que eu quero dizer, eu tenho consciência que a Hy Brazil,
1754 posso está enganado, mas não deixamos de cumprir nossas obrigações. O plano em
1755 si que era muito mais complexo, foi aprovado por essa plenária. Esse conselho
1756 aprovou o plano que agora estamos apenas dando continuidade para fazer o
1757 monitoramento socioeconômico e outros transtornos que pudessem surgir após a
1758 implantação. Coisa de usina de porte maior, pode acontecer normalmente, você
1759 encher reservatório pode criar instabilidade geotécnica, isso já aconteceu eu sou da
1760 área de empreendimento. Felizmente a barragem é pequena, mas a prolongação do
1761 posto serve para tratar os impactos pós-operacionais, não existe nenhuma ficha de
1762 problemas relacionados à usina. Então presidente, se cumprimos a Antônio Dias,
1763 cumprimos algo já fazendo o mesmo trabalho, gostaria que vocês revisassem o plano
1764 já foi aprovado, nós estamos tratando aqui de um monitoramento socioeconômico.

1765 JUANITA – está claro para todos nós, não estamos aqui questionando o plano. Já foi
1766 aprovado. O que estamos questionando a dilatação do prazo que foi dado a este posto
1767 e as atividades desse período. É isso que estamos questionamos, o plano foi
1768 aprovado e não é momento de questionamento aqui não. Conselheira Roberta.
1769 Márcio. MÁRCIO – importante essa fala do empreendedor, fazer errado dá mais
1770 trabalho, acho que o conselho está pautando, não só exemplo para este
1771 empreendimento, mas para os demais é do ponto de vista da valorização da
1772 assistência social nos empreendimentos, volto a reafirmar muitas vezes que o mesmo
1773 empreendedor já esteve presente, e houve a necessidade de fazer correções, o
1774 empreendimento compreender a política de assistência e fazer as devidas correções
1775 que o conselho apresentou em outras situações de empreendimentos, quando
1776 nominamos que a Hy Brazil, pelo levantamento da secretaria executiva do conselho,
1777 são 13 empreendimentos que passaram aqui e que estão no conselho. Desses 13, 8
1778 apresentaram processos de denuncia. Não nominamos aqui A, B, ou C, mas sim pelo
1779 histórico da situação e pela necessidade que o conselho tem de pautar com o
1780 empreendimento da política de assistência tem dentro desse ordenamento. A
1781 importância desse conselho e o que se estabelece que às vezes, não é cumprida.
1782 Esse fato que chama atenção da necessidade de trazer a discussão para a
1783 importância. Porque os relatórios apresentados ou não, o fluxo de informação, nos
1784 deixou no vácuo de informações e trouxe o questionamento e discussão. Agora é fato
1785 que é muito importante refletir e reafirmar em cima da própria fala do empreendedor
1786 quando ele aponta, fazer errado dá mais trabalho. Tanto para o empreendedor quanto
1787 para o conselho. Tem maior envolvimento dos conselheiros do ponto de vista de
1788 apuração das denúncias, se cada um executar aquilo que lhe compete dentro da
1789 política os efeitos serão menores, decorrente da não implantação da assistência. É
1790 importante clarear que é muito importante que a política de assistência seja respeitada
1791 pelo empreendimento, para não tomar o tempo de todos, e estabelecer ações
1792 corretivas. Vamos permanecer dentro dessa dúvida. Essa é a minha contribuição.
1793 ROBERTA – eu vou na linha do Márcio e quero acrescentar e quero colocar e você me
1794 citou. Na época que você me procurou sou era secretária de assistência eu estava
1795 dentro de um contexto e coberto de razão. ele estava entrando com uma licença de
1796 implantação e não sabia quanto tempo iria conseguir as outras documentações e
1797 aprovado o PAS e a dificuldade de instalar o posto que é a dificuldade de todo
1798 empreendedor. Agora este é outro contexto. Agora eu quero falar um pouco pautado
1799 na fala do seu colega, quando você fala. Não tem restaurante ninguém quer ir para lá.
1800 Isso vai do pouco que o Marcio está falando, do ponto de vista do profissional de

1801 assitencia social, isso não é problema do conselho, ele que se vire para contratar os
1802 profissionais que ele precisa. Você vai fazer qualquer coisa, pois vocês precisam do
1803 profissional e vão de encontro com o que o Marcio fala, talvez para o empreendimento
1804 ainda falta a devida importância nesse profissional e qual o papel que ele executa
1805 frente a este conselho. Então quando ela disse que iria apresentar relatório dos
1806 resultados e foi a critica que eu fiz. se ela também entrou nessa proposta de
1807 contratação, qual o plano que estava posto mas dentro da proposta que ela
1808 apresentou, qual foi a atividade que ela fez? É isso eu precisa melhorar e vocês na
1809 exposição oral e precisam saber que dados são trazidos. Quem teve acesso foi o
1810 relator, os demais conselheiros não tiveram. Informam-se na plenária. Por isso é
1811 importante quando se faz a sustentação oral que vocês realmente clareem as
1812 informações aos conselheiros. Vamos ver isso detalhado, diante da vistas. É preciso
1813 que os empreendedores vejam qual é o papel deste profissional e qual é a atual e é
1814 isso que o Volney falou é preciso contratar bons profissionais e que dêem resposta do
1815 mesmo nível como um engenheiro, pois ele está no mesmo patamar. Se assim for,
1816 vocês não terão problema aqui, porque vocês fazem da mesma forma no meio
1817 ambiente, quando vamos ao COPAM, nós observamos o nível de discussão que se
1818 faz no meio ambiente. Vocês contratam todos os especialistas que precisam, porque
1819 vocês não conseguem a licença ambiental. Precisa ter essa compreensão e ser
1820 tratado na mesma linha. Isso é bom que parece que não tem o mesmo tratamento e o
1821 que é apresentado para a gente e muitas vezes deixa a desejar. JUANITA –
1822 conselheira Roberta e demais conselheiros, eu vou fazer mais um esclarecimento, na
1823 verdade o empreendimento apresentou o relatório formal das atividades postergando
1824 depois que foi postergado o prazo do posto. Ele apresentou as atividades que foram
1825 aquelas que eu li aqui. Atendimento, quantos foram feitos, visitas domiciliar, na verdade
1826 o relatório veio. Entretanto quando a profissional veio dá os esclarecimentos ela não
1827 somou o relatório dado. Ele demonstrou pelo que foi colocado aqui determinadas
1828 fragilidades na intervenção profissional no papel do PAS. O relatório, já tinham
1829 encaminhado já tinha sido analisado. O mesmo relatório encaminhado ao conselho
1830 municipal e nós solicitamos ao conselho para ir *in loco* visitar e confirmar se forma
1831 realizadas e eu li o parecer e o presidente o vice-presidente afirmou o parecer que foi
1832 dado. Somente para clarear principalmente a conselheira Andréia que vai reanalisar o
1833 processo conselheira Adriana, nós encerramos as inscrições há desculpa, Marcelo
1834 Adriana, Fátima e encerramos as inscrições. ADRIANA – Eu endosso o que foi falado
1835 aqui quanto a questão de justificativa. Tem um companheiro do COPAM que fala isso,
1836 justificativa até queimada tem. Nós estamos aqui para concretizar resultados e não

1837 para contabilizar esforços. Agora peço cuidado ao empreendedor em se tratar das
1838 comunidades atendidas, porque não é a primeira vez que eu vejo por parte do
1839 empreendedor que eu acho muito infeliz, que é um argumento pautando no local de
1840 pobreza do local onde se está. Esse é inclusive um dos motivos para se ter um PAS
1841 para desenvolvimento do trabalho da comunidade. é a segunda vez que estou aqui e
1842 vejo por parte desse empreendedor usar este argumento com uma certa naturalidade
1843 e me incomoda muito. Que é assim é uma região pobre que não chega nada, e
1844 justamente por isso a importância do empreendedor ter mais seriedade na colocação.
1845 É uma fala que incomoda, tenha cuidado no dizer para evitar maiores
1846 constrangimentos futuros. MARCELO – Depois de tantas falas eu quero dizer da
1847 importância que é tanto para o empreendimento para os técnicos que vêm sustentar
1848 suas defesas o conhecimento profundo daquilo que está tratando. E só isso que eu
1849 quero falar. Mas eu quero cumprimentar os conselheiros presentes, Márcio, Volney e
1850 Roberta pela defesa intransigente dos trabalhadores em especial a defesa da
1851 categoria da assistência social da qual eu represento neste conselho. Nós que
1852 representamos o CRESS, neste conselho, ficamos felizes em saber que nós temos
1853 dentro deste conselho um entendimento único da importância do trabalhador. Neste
1854 momento nós estamos tratando do trabalhador Assistente social. Tenho certeza que
1855 se tivermos que discutir sobre a atuação do psicólogo de outros trabalhadores
1856 também, tenho certeza que o conselho com o seu comprometimento também fará
1857 essa defesa intransigente. Quero cumprimentá-los. JUANITA – Fátima, é questão de
1858 ordem. ADRIANA – Este tipo de documento que foi apresentado no final, que tipo de
1859 validade tem um documento que foi apresentado, as declarações que foram
1860 apresentadas. FÁTIMA – fazer uma pergunta para vocês, eu passei ali e fiquei
1861 observando, aquela idosa que estava na extrema pobreza o que foi feito para melhorar
1862 a vida daquela pessoa. PAULO CÉSAR – é essa senhora foi levantada deste o início
1863 do empreendimento, foi repassado para o CEAS, que é uma senhora de idade vive em
1864 extrema pobreza, nós passamos a enviar alimentação. Destinamos uma cama e um
1865 acompanhamento mais de perto da nossa assistente social. Fez vários
1866 encaminhamentos para o CRAS solicitando um posicionamento sobre aquela senhora,
1867 destinar ela ao lar dos idosos é um acompanhamento daquela senhora, nós vimos ali
1868 que não é muito próxima ao empreendimento, mas vimos à necessidade dela. Nós
1869 levantamos no dia da reunião né Rosa cobrou deles, perguntou o porquê e até hoje a
1870 Dirlene fez o levantamento e continua na mesma situação. Nós pensamos que em
1871 solicitar encaminhamento, posicionamento do município de Guanhões, o de Braunas
1872 já se posicionou em fazer alguma coisa, mas precisa de autorização do município de

1873 Guanhães com relação a essa senhora. Já fizemos esse monitoramento. ROSA –
1874 Como ele falou, aqueles casos dessa senhora, o conselho municipal de Guanhães
1875 pela ultima reunião que tivemos estes caso estava com o MP, porque havia um
1876 sobrinho que cuidava dessa senhora, porque tinha um responsável por ela, então
1877 estava no MP. Acho que talvez por isso não sei o resultado disso e talvez o CMAS não
1878 pode realizar nada, no dia tinha pessoas do conselho do Idosos que falaram que
1879 estavam sendo discutido no MP a situação dessa senhora. ROBERTA – Acho que
1880 precisamos compreender o que é competência de política pública de assitencia social.
1881 Por exemplo, por isso eu chamei e apresenta uma pasta dessas, uma coisa foi o PAS
1882 que foi aprovado em relação aos atingidos. Se a essa senhora foi proposto fazer
1883 alguma questão sendo atingida, OK! Nós temos mais que fazer mesmo, agora se você
1884 visitou e o máximo que poderia fazer é encaminhar para a política do idoso e política
1885 de assitencia social. O empreendedor não tem obrigação de tratar de casos, agora
1886 nada impede de que um posto que funciona com qualidade, por isso é falado da
1887 importância do assistente social ele vai trabalhar integrado com todos os
1888 equipamentos que tem com as políticas que é isso que esperamos. Agora tem que
1889 saber qual é a responsabilidade de um e do outro no sentido da gente cobrar e aqui
1890 nesse conselho, vamos cobrar aquilo que é pertinente à questão do empreendimento.
1891 O bom profissional no posto ele faz todo o processo de integração e um
1892 empreendimento dentro de uma comunidade e ele tem toda a possibilidade de
1893 fortalecer políticas, até porque vocês fortalecem a saúde, da educação, dentro dos
1894 arranjos que vocês fazem com os prefeitos. Aí chamamos a atenção para vocês
1895 fazerem do ponto de vista da assistência. Mas não se sintam cobrados porque isso é
1896 uma responsabilidade pública. JUANITA – agradeço a participação do empreendedor
1897 e do conselho municipal e finalizando, por favor. GERALDO – vice-presidente do cmas
1898 – só sobre a fala do Paulo César do outro empreendimento, ele diz que cumpriram o
1899 PAS, contratação de Mao de obra do município atingindo faz parte do PAS e eles não
1900 cumpriram tanto é que não. A questão, a comunidade Farias, não ter restaurante, mas
1901 existe local que se consegue comer e quando se desloca de Guanhães para lá a gente
1902 consegue almoçar em determinados locais. JUANITA – novamente agradeço o
1903 conselho de Guanhães e passamos para a pauta da comissão de normas, conselheiro
1904 Márcio. MÁRCIO – Nossa pauta tem dois pontos seremos bem breves, presentes na
1905 comissão Adriana, Guilhermina, Márcio, Mauro e Rosilene. Ponto numero 1 tema
1906 assunto analise de recursos da entidade grupo de apoio a pacientes oncologicos de
1907 Passos e região da POPR, contra o indeferimento da sua inscrição no conselho
1908 municipal de assistência social de Passos. Recebemos o documento dia 3/06,

1909 referências legais - resolução 362, ofício da entidade solicitando inscrição, ofício 073
1910 do conselho de Passos, relatório de visita técnica da entidade, ata nº 221 do CMAS de
1911 Passos, estatuto da entidade resolução do CNAS nº 27 e a relação dos 10 direitos
1912 socioassistenciais do CNAS. Tratativa técnica e parecer: o CMAS de Passos
1913 apresentou os documentos no ofício 188 ao CEAS, conforme estatuto da POP R é
1914 uma sociedade sem fins lucrativos, constituída em 21/12/2002 em Passos e tem por
1915 objetivo prestar assistência... na prestação dos serviços e atividades. Observa-se que
1916 de acordo com o estatuto o principal objetivo da entidade é oferecer alimentação e
1917 repouso aos usuários e cita que oferece ainda apoio psicológico e oficinas de
1918 trabalhos manuais, verifica-se que embora os usuários da associação sejam pacientes
1919 oncológicos e seus familiares, não foi registrado o relatório da visita técnica, que a
1920 entidade realizasse algum serviço de saúde, o parágrafo único do artigo 4 do estatuto,
1921 cita que o serviço de saúde a qual o paciente oncológicos de Passos e região
1922 eventualmente se dedique serão prestados de forma inteiramente gratuitas. Essas
1923 informações indicam que embora atendam usuários do serviço de saúde, não prioriza
1924 os serviços da saúde. A justificativa do conselho de Passos, quanto ao indeferimento
1925 de inscrição é que a referida entidade não se caracteriza como entidade de
1926 atendimento conforme dispõe o parágrafo 1 do artigo 3 da LOAS. No entanto,
1927 considerando que a entidade oferece apoio alimentar, repouso diários, oficinas de arte,
1928 apoio psicológico às pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade em momento
1929 que precisam de cuidados quanto á saúde, desta forma verificar-se essa entidade está
1930 atuando na garantia dos direitos socioassistencias de forma intersectorial, promovendo
1931 assim a proteção social dos usuários do serviço de saúde e de seus familiares, direito
1932 garantido nos documentos de 10 direitos socioassistencias, direito à proteção, por
1933 meio da intersectorialidade das políticas públicas, direito do cidadão e cidadão à
1934 melhor qualidade de vida garantida pela articulação intersectorialidade política de
1935 assistência social com outras políticas públicas, para alcançar moradia, trabalho
1936 cuidados de saúde acesso à educação, á cultura ao esporte e lazer, à segurança
1937 alimentar, à preservação do meio ambiente, á infraestrutura urbana e rural, ao credito
1938 bancário, à documentação civil, ao desenvolvimento sustentável. Em relação aos
1939 usuários do serviço mesmo que seja um publico que necessita de cuidados com a
1940 saúde são pessoas de baixa renda. No relatório de visita técnica foi identificado que a
1941 renda familiar dos beneficiários é de menos de 1 a 2 salários mínimos. O parecer
1942 técnico é de orientar a entidade pelas suas atuações, pois se caracteriza de ações de
1943 defesa e garantia de direitos no âmbito da assistência social, já que executam para a
1944 garantia desses direitos. Inclusive quanto aos profissionais, orientar ainda o conselho

1945 de Passos que nesses casos o indeferimento não é o mais adequado e primeiro
1946 orientar a entidade em relação à sua atuação e melhor definição dos seus objetivos e
1947 projetos e as normativas e considerando que já era inscrita no conselho de assistência
1948 social. A síntese da discussão do conselho de Passos há indicativos de que há
1949 entidade poderia se enquadrar como assistente social, porém no conselho municipal,
1950 consta o indeferimento, encaminhamento para deliberação. O indicativo da comissão é
1951 encaminhar ofício para o CMAS identificando os aspectos analisados que tenderiam a
1952 caracterizar a entidade como de assistência social e convidar o conselho para uma
1953 orientação presencial para maiores esclarecimentos sobre seu parecer para a
1954 segunda semana de outubro para os dias 8, 10 de outubro de 2013 às 14hs e também
1955 ofício á entidade informando que o CEAS já encaminhou ofício ao conselho municipal
1956 de Passos. JUANITA - Em discussão senhores conselheiros. Não. Aprovado. MÁRCIO
1957 – item 2 correspondência eletrônica no conselho municipal de São Joao da Ponte,
1958 informando se o conselho pode emitir atestado de funcionamento para as entidades de
1959 assistência social, visto que a Emater está exigindo tal documento para inseri-las em
1960 projetos. Documento recebido dia 18 de setembro, referencias e-mail do conselho
1961 municipal e encaminhamento da mesa diretora, tratativa técnica seria consultar a
1962 Emater sobre as exigências às associações rurais e se é Declaração ou Atestado.
1963 Síntese da discussão. Antes de responder ao conselho verificar junto a Emater sobre a
1964 documentação exigida às associações. Encaminhamento: consultar a Emater sobre as
1965 exigências às associações rurais e se é Declaração ou Atestado e enviar e-mail ao
1966 conselho de São João da Ponte, informando que o CEAS instaurou processo de
1967 denuncia e logo o CEAS fará a apuração. JUANITA – Então conselheiro Márcio, com
1968 relação à consulta á Emater isso foi debatido na mesa diretora, agora abrir processo
1969 de denuncia. (falas ao fundo). Não é um processo de denúncia está pedindo
1970 esclarecimentos, orientação. Não é isso? (falas ao fundo). MÁRCIO – porque houve
1971 uma denuncia porque veio da ouvidoria do Estado. JUANITA – A comissão muda a
1972 indicativo exclui a parte de baixo, então é consultar a Emater sobre as exigências às
1973 associações rurais e se é Declaração ou Atestado, é isso? Nós tínhamos feito outra
1974 discussão. Conselheiro Marcelo você quer falar. MARCELO – nós fizemos uma
1975 discussão sobre este tema e nós ficamos em duvida se, por isso é interessante
1976 consultar a Emater sobre a exigência e do porque ela pede isso. Fizemos a discussão
1977 que se for atestado e funcionamento é os conselhos emitem somente o certificado de
1978 inscrição e não atestado de funcionamento. Isso nós definimos de uma forma bem
1979 clara, porque se for atestado de funcionamento o atestado de funcionamento conselho
1980 municipal não emite e só emite certificado de inscrição e se for o caso que façam as

1981 devidas alterações nas suas documentações, foi isso que discutimos. JUANITA – É a
1982 comissão propõe outro encaminhamento Márcio? MÁRCIO – enviar e-mail ao CMAS
1983 de São João da Ponte que os procedimentos já foram adotados. JUANITA – entendi
1984 enviar a eles esclarecimentos com relação a isso. Aprovado senhores. Bom! Comissão
1985 de orçamento e financiamento, coordenadora Andréa. Já encerrou entendi. Comissão
1986 de Apoio aos Conselhos Municipais de Assistência Social. ROBERTA – só uma
1987 questão de encaminhamento, eu queria só saber se a equipe técnica do CEAS está
1988 conseguindo acompanhar os procedimentos, porque é a primeira plenária que
1989 estamos trabalhando sem a Consolação, então essa é uma pergunta que eu faço
1990 depois se precisar ver como recompomos isso, porque é a primeira plenária que está
1991 sem a secretaria executiva, para saber se estão conseguindo acompanhar e o que tem
1992 de desdobramento. JUANITA – é porque os registros ficam aqui. Conselheira Anália.
1993 ANÁLIA – Comissão de Apoio, presentes só Enedina e Eu. Nós só temos o informe
1994 que é sobre o censo Suas 2013, que o início para a gestão e CREAS foi dia 18 de
1995 setembro vai até 08 de novembro, centro pop, unidades de acolhimento e CRAS inicia
1996 até 30 de setembro e vai até 13 de Dezembro, gestão estadual e conselhos inicia em
1997 07 de outubro e vai até 13 de Dezembro e período de retificação inicia em 14 de
1998 Dezembro até 20 de Dezembro. Também a Paula nós apresentou uma relação de 68
1999 municípios que lá no censo Suas 2012, consta que os conselhos não apresentaram
2000 seus dados, não digitaram nenhuma informação, hoje no intervalo de almoço eu descii
2001 e fiz um ofício a todos os municípios, colocando para eles ficarem atentos na abertura
2002 do censo 2013 mas que consultem o link onde tem pendências no preenchimento do
2003 censo 2012 e não vamos entrar em detalhe porque hoje a Juanita vai apresentar para
2004 nós sobre o censo Suas. JUANITA – eu gostaria de fazer uma sugestão, que esse
2005 conselho encaminhasse e-mail para todos os conselhos falando da abertura do censo
2006 Suas e dos procedimentos (fala aos fundo). Já está no procedimento. Bom vou pedir
2007 a Isabela para fazer. Nós encerramos a pauta de hoje e está pendente a última pauta
2008 que é apresentação dos dados do censo que foi uma cobrança que esse conselho fez
2009 para o órgão gestor. Vou fazer uma contextualização. Os dados do censo apesar de
2010 ser 2012, estão disponibilizados pelos órgãos gestores municipais e estaduais, cinco
2011 meses após o fechamento do censo. Se vai até dezembro, provavelmente em abril os
2012 dados do censo são disponibilizados, mas eles não são tratados, são brutos e a SAGE
2013 vai tratando as informações. O que a SEDESE faz quando recebe os dados, já
2014 começa a orientar os gestores com relação a situações irregulares que são
2015 identificados no censo. Com relação ao CRAS os 4 indicadores, começa a ligar fazer
2016 contato preparar oficinas por situações para verificar sendo que foi declarado. Essa

2017 forma está diferente das normativas, enquanto isso, nós vamos fazendo tratamento
2018 dessas informações. Como não conseguimos avançar no censo em conversas com
2019 gestores, a SEDESE utiliza o plano de providencias, entretanto as informações que
2020 vão ser apresentadas agora, já estão sendo trabalhadas com os gestores. Muitos já
2021 tem planos de providencias, já foram pactuados na CIB e apresentados para este
2022 CEAS. Pode ser que os dados apresentados hoje já sejam resolvidos, mas
2023 acreditamos que a grande maioria já tenham. Entretanto teremos outro problema que
2024 são as gestões novas que estão iniciando no município. Prefeitos que assumiram
2025 agora e não sabemos se os dados vão melhorar ou piorar, porque essas informações
2026 foram trabalhadas com gestores. Porém temos o problema da gestão que mudou. E
2027 que a SEDESE fez uma oficina de trabalho e pegar esses dados para subsidiar nosso
2028 planejamento no assessoramento dos municípios e identificar ações estratégicas. Vai
2029 ser apresentado para vocês de uma forma bastante sintética, só os dados de maior
2030 relevância se caso o conselho entender ser de relevância podemos encaminhar as
2031 informações completas para análise desses dados. Isabela. ISABELA – É como a
2032 Juanita falou isso é um recorte, o censo é mais amplo e mais informação. Se tiver
2033 alguma questão interessante pode passar e havendo possibilidade repassamos para
2034 vocês. O Censo Suas ele tem 7 questionários, separamos algumas perguntas de
2035 cinco, vou dá mais ênfase relativo às gestão e aos conselhos. Tem um questionário
2036 relativo a rede socioassistencial, CRAS, CREAS, CREAS POP e das unidade de
2037 acolhimento, questionário separados. Fizemos analise de alguns dados e
2038 apresentamos a vocês e fique a vontade para contribuições. Como a Juanita falou
2039 fizemos a apresentação e verificamos respostas concretas em cima dos dados
2040 apresentados para que consiga dar utilidade. Um desafio, com um banco de dados
2041 gigantesco, desde o CAD-Único, Censo e vários outros planos de ações varias outras
2042 fontes de informação e o nosso desafio é tratar a informação e ter algo manuseável e
2043 fazer alguma coisa com isso. O primeiro esforço desde quando estou lá. A SUBAS
2044 fazia outros tipos de análise em cima dos dados. Primeiro questionário é em relação
2045 ao censo da gestão municipal, os dados foram informados pelos gestores de
2046 assistência social e temos o comparativo em algumas questões que é relativo a 2011
2047 e 2018, no ano de 2011 foram 817 municípios que responderam e em 2012 foi 813 é
2048 importante ter o universo em mente para podermos ter alterações dos dados dos
2049 históricos. A primeira questão é se a secretaria municipal é exclusiva ou se é em
2050 conjunto, porque escolhemos essa pergunta, porque a institucional idade da política
2051 ter um órgão específico dá força na gestão das prefeitura. Este é o primeiro ponto par
2052 avaliar se a gestão está ali, institucionalizada e com os instrumentos para tocar a

2053 política, temos um percentual bom. Vermelho 2011, azul 2012, tínhamos em 2011, 614
2054 secretaria da assistência e em 2012 630, isso pensando no âmbito municipal é
2055 interessante. Temos um quantitativo em 2012 de 104 secretarias em conjunto com
2056 outras políticas e 30 que são subordinadas as outras secretarias. Damos mais
2057 destaques das secretarias que são subordinadas como é o caso da SEDESE que não
2058 quer dizer que é ruim. Dependendo da política, você ter em conjunto, pode ver que é
2059 positiva, em conjunto com segurança alimentar, de trabalho, isso pode trazer
2060 fortalecimento. Trazemos um destaque. Os verdes são secretaria em conjunto com
2061 outras políticas. A maioria delas, 39 são em conjunto com a saúde e com habitação.
2062 Trabalho, são políticas mais afins. A saúde, podemos olhar com um pouco mais de
2063 atenção. Nós temos a grande maioria que é subordinada a saúde, três ali dentro do
2064 universo do Estado. É um numero pequeno sendo submetido à saúde pode indicar
2065 uma fragilidade da gestão dentro do município. (falas ao fundo). Você quer fazer
2066 consideração agora, fica menos cansativo. SÉRGIO – quero só tirar uma dúvida, no
2067 caso de BH, você tem uma secretaria adjunta de assistência social, mas você tem
2068 uma secretaria de políticas sociais, você consideram como tendo uma ... ISABELA –
2069 subordinadas, não necessariamente isso é ruim. O que chama mais atenção são
2070 essas que não são políticas afins, articuladas da assistência social. JUANITA – É o
2071 mesmo caso do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome e o mesmo
2072 o caso da SEDESE. ISABELA – Uma análise percentual de municípios que possuem
2073 plano, conselho e fundo municipal de assistência social trazendo um comparativo de
2074 2011 / 2012, com CPF com indicativos mínimos que as gestões tem que ter instituídos
2075 para mostrar que a gestão está consolidada no município, para que os municípios
2076 recebam o repasse de recursos. Temos um percentual muito bom de conselhos
2077 municipais, 99,9% tem conselho, o mais preocupante é em relação ao plano de
2078 assistência social, temos 711 que informaram que tem e vale destacar que tem um
2079 numero considerável de municípios que não receberam. São desconhecimento do
2080 plano para além dos dados, pois é o instrumento principal para a política. Do numero
2081 absoluto eu coloquei para ficar claro, é porque o universo de 2011 foi maior do que
2082 2012, então em 2012 temos um numero menor que possui então o universo é menor
2083 também. Fica estranho e coloquei o numero para termos uma noção era 711, achei
2084 importante porque dentro de 853 é um numero significativo que não informou ou que
2085 não tem o plano. Aqui são os fundos: municipal de assistência social. Tínhamos 805
2086 que informaram em 2011 e em 2012 passou para 807, mas tem municípios que não
2087 responderam e tem os que não possuem. Outra preocupação. Uma observação que
2088 3,07% dos municípios estavam em fase de implantação do fundo. No censo de 2013,

2089 poderemos comparar este dado. (falas ao fundo). Era o critério para responder a
2090 pergunta. se ele responder que não o fundo na pratica não está acontecendo. E
2091 chama a atenção. Aqui são, este quadro mostra as áreas constituídas na estrutura da
2092 assistência (falas ao fundo). Então aqui mostra pelos eixos da política de assistência
2093 social, se o eixo existe dentro das secretarias municipais de assistência social como
2094 uma diretoria, um departamento, os principais eixos, monitoramento e avaliação,
2095 vigilância social, implantação do SUAS, gestão do trabalho, gestão do SUAS, gestão
2096 dos benefícios sociais, gestão do bolsa família, gestão orçamentária, proteção social
2097 básica, proteção social especial são as perguntas que tem no censo. Primeiro damos
2098 destaque que os eixos que podemos pensar em termos de administração municipal e
2099 seriam mais interessantes, estão constituídos que é a gestão do SUAS que alguns tem
2100 esse eixo formalizado no âmbito da secretaria 21% informal, a gestão do bolsa família
2101 que temos 80% dos municípios com o setor formalizado e a proteção social básica que
2102 temos 75% pensando que o principal executor é o município e a principal atividade
2103 que materializa o SUAS no município, e temos um percentual bacana constituído e
2104 formalizado. Temos em vermelho os setores menos formalizados e constituídos
2105 informalmente dentro das secretarias,. Temos a vigilância social e a gestão do
2106 trabalho e vale destacar que são eixos novos, setores que estão sendo constituídos
2107 agora, é um indicativo que está caminhando, é preocupante, mas nem tanto. O que
2108 chamou mais a atenção é a gestão orçamentária e financeira que é um setor que
2109 deveria ser constituído desde o inicio e daria ao gestor se cuidar de fato das finanças
2110 da política de assistência social. Nós temos 30% dos municípios que não tem formal e
2111 nem informal e 27% que tem informal e foi uma questão que nos chamou a atenção.
2112 Cruzando com a informação do fundo, ele está constituído só na lei não está presente,
2113 como está a operacionalização desse fundo de assistência social, por aqui podemos
2114 ver que está um pouco precária. Só um destaque para reflexão, não é um problema
2115 51% dos municípios informaram que não tem um setor de proteção especial dentro da
2116 secretaria nem formal e nem informal e vem à discussão sobre a proteção social
2117 especial, pois sabemos que a maioria dos municípios são de pequeno porte 1 então
2118 pelas diretrizes do SUAS ele não são obrigados a ter, sendo de acordo com a
2119 demanda do município, mas trás uma discussão se não há nem uma equipe de
2120 referência sobre as pessoas que estão em violação de direitos. Como está sendo este
2121 atendimento quando surge essa situação nos municípios. Aqui é sobre os fundos
2122 municipais e a pergunta é se eles possuem CNPJ próprio e é uma exigência legal,
2123 mas é importante para dá transparência aos gastos. Sendo possível rastrear os gastos
2124 da política de assistência social. E é um ponto que dentro do SUAS como um todo,

2125 estamos batendo bem forte. Temos uma evolução bacana em 2011 64% não tinha em
2126 2012, esse numero caiu para 26%, pelo levantamento que fizemos esse ano, pois é
2127 um ponto que vamos olhar para o repasse de recursos do FEAS para o ano que vem a
2128 existência do fundo com CNPJ, podemos ver que esse quadro está melhorando, todos
2129 os municípios informaram o CNPJ dos seus fundos. Aí é a questão se é matriz ou filial.
2130 ROBERTA – o Marcelo está questionando essa palavra assim como filial, é filial ou
2131 vinculada? Que fundo é como vinculada. ISABELA – É como filial, pois aí é
2132 classificação de CNPJ tem se os dois filial ou matriz, o certo é ser matriz, mesmo
2133 sendo matriz está submetido a matriz da prefeitura. (falas ao fundo). Mesmo como
2134 matriz ele dá a discussão. O CNPJ ele não dá personalidade jurídica ao fundo
2135 municipal, mas ele tem que existir e fazer todo o ciclo de despesa publica então ele
2136 tem que ser matriz, então como filial ele não pode empenhar. (falas ao fundo) A
2137 maioria está crescendo como matriz, que é o correto. Temos no Brasil alguns dados,
2138 pelos dados que foram apresentados no encontro nacional de vigilância. Aconteceu no
2139 final de Agosto, comparando Minas com Brasil em que pé está. As nossas fragilidades,
2140 os nossos pontos positivos, vou dá destaque só para alguns que podem ser mais
2141 interessantes, pelo censo 2012, 20% dos municípios no Brasil não possuem fundo
2142 com CNPJ próprio. Então estamos com 26% está um pouco a mais. É como gestor,
2143 responsável por ordenar as despesas ele é o secretario municipal de assistência social
2144 para fortalecimento da política para o gestor não ficar subjulgado ao prefeito ou algum
2145 outro gestor para poder autorizar e fazer as despesas. Em Minas Gerais 57% dos
2146 ordenadores que são o prefeito, isso é uma coisa de cultura histórica do Estado e isso
2147 as cidades chamam mais atenção se comparando com o Brasil. No Brasil 40% dos
2148 ordenadores são prefeitos e em Minas Gerais são 57% que tem haver com nossa
2149 cultura, nós vimos aqui que os secretários municipais estão crescendo os números
2150 que estão se tornando ordenadores e temos alguns que são secretários de outras
2151 áreas que é preocupante ou outro funcionário da secretaria de assistência que é
2152 preocupante, pois é o gestor que tem que fazer a gestão da política orçamentária e
2153 financeira, mas é um percentual pequeno. Aqui é um mapa do Brasil, faltou só a fonte
2154 que é do MDS que trouxemos para fazer a comparação. A pergunta foi atualmente os
2155 municípios recebem recursos estaduais para o co-financiamento da assistência social
2156 e pediu para informar que tipo de co-financiamento é este, se é Fundo a Fundo ou se
2157 é que não recebe. Trouxemos só para comparar no Brasil, laranja recebe sim fundo a
2158 fundo, o amarelo é que informou que não recebe. E o marrom é por meio de convenio
2159 e comparado com o Brasil, o Estado de Minas Gerais está em uma situação boa, os
2160 17 Estados no Brasil que não realizam financiamento fundo a fundo. Minas foi um dos

2161 pioneiros apesar de que sabemos do valor e da necessidade de fortalecer o piso, mas
2162 sabemos também que precisa fortalecer. Podemos comparar no norte tem muitos
2163 municípios que não recebem ainda, muitos são convênios que é o marrom que fala do
2164 SUAS no Brasil como um todo. (falas ao fundo). MARCELO – Volta no mapa, por
2165 favor, se Minas faz repasse fundo a fundo para os municípios, porque Minas tem os
2166 pontos amarelos. ISABELA – É só co-financiamento Estadual, amarelo claro e amarelo
2167 forte, clarinho é só informação que não dá para diferenciar, quer dizer que não
2168 respondeu o censo, o amarelo é o desconhecimento da pessoa que recebeu, ou
2169 porque estamos universalizando agora em 2013. Esse é o censo de 2013, pois de fato
2170 tem municípios que não recebiam. Eram 34. MARCELO - Estamos fazendo essa
2171 discussão, são declaratórios e muitas das vezes as perguntas não são respondidas de
2172 forma que devem ser. ISABELA – muitas vezes se as informações estão destoando,
2173 temos que trabalhar os municípios com o correto preenchimento. Essas informações
2174 são importantes. ROBERTA – temos que compreender como você trabalha com dados
2175 estatísticos e dados de censo. Eles são indicativos para você buscar mais informação.
2176 Entendeu Marcelo. Quando formos ver o mapa do conselho, pois é uma parte que vale
2177 a pena. É importante termos a maturidade e a compreensão de aprofundar na
2178 informação, porque se não isso vira verdade absoluta, partindo desse princípio você
2179 toma todas as decisões equivocadas. O censo da forma como você coleta informação
2180 que é uma questão declaratória, você tem uma margem de erro. O Censo devo dizer
2181 com muita tranquilidade que essa margem de erro é grande. E nós precisamos
2182 compreender que do ponto de vista da estrutura na ponta temos ainda que ter uma
2183 estrutura sólida para imputar a informação com precisão. Temos que ficar atenta para
2184 não usar como verdade absoluta. São indicativos para aprofundar na busca de
2185 informações e saber se procede esse dado que foi colocado. ISABELA – é recorte,
2186 cabe análise mais aprofundada e cruzarmos com outras informações, a idéia que
2187 tiverem aqui tem que cruzar com tal informação para saber se procede. Aqui pergunta
2188 o que é um pouco mais problemático no Estado um desafio. Quantas vezes os
2189 gestores municipais participaram de atividades de orientação e apoio técnico
2190 realizados pelo Estado e se no ultimo dois meses o município recebeu um visita
2191 técnica do Estado e temos um cenário muito ruim, que nos preocupa. Temos
2192 pequenos avanços e temos quase 80% dos municípios e não receberam nenhuma
2193 visita técnica do Estado nos últimos 12 meses é um gargalo mesmo, sabemos que tem
2194 a questão de equipe e a gente como Estado tem que pensar em questões estratégicas
2195 mesmo e uma questão muito internamente é se as visitas regionais da SEDESE tem
2196 sido reconhecidas como visitas da assistência social, acreditamos que não porque

2197 esse percentual melhoraria mas tem haver com a discussão técnica que as regiões
2198 estão dando conta de levar, ai a gente já acha que a estratégia de regionalização é um
2199 ponto que vai nos ajudar estão vindo as pessoas para o concursos que serão
2200 específicas para o SUAS, vão ser capacitadas e esperamos melhorar um pouco e
2201 continua como um gargalo e outra questão que preocupa articulando a informação
2202 recebendo apoio e orientação técnica. Temos aqui municípios que receberam mais de
2203 duas vezes e 20% diz que recebeu nenhuma e 16% que recebeu um apoio técnico no
2204 ano. E aí já podemos dizer do apoio técnico do reconhecimento das equipes técnicas
2205 que tem sido feito, porque nosso meio hoje é e-mail e telefone. Assim muitos
2206 municípios nos visitam para receber orientação técnica e pela forma que nos
2207 receberam temos que pensar melhor. JUANITA – os nossos maiores instrumentos são
2208 as capacitações. ISABELA – o principal é a capacitação e aí pelo modo como os
2209 municípios responderam não está sendo considerado apoio técnico. MARCELO – e é
2210 por isso que quando você volta no gráfico anterior você verificar que a gestão do
2211 trabalho está enfraquecida. E a importância de fortalecer o trabalho do SUAS. Na
2212 medida que há o fortalecimento da gestão do trabalho conseqüentemente os
2213 trabalhadores serão mais pautados na exigência de fazer as visitas de reconhecer, ter
2214 servidores concursados é importante. E o Estado faz um concurso somente para 80
2215 vagas que com certeza é insuficiente para atender a demanda de um Estado tão
2216 grande. Se perceber que somos 853 municípios são 80 vagas um profissional para
2217 cada município ficaria tudo muito complicado. ISABELA – temos um mapa
2218 comparando o Brasil, o amarelo forte é que não recebeu nenhuma visita, o laranja
2219 recebeu e quanto mais escuro mais visitas recebeu. Minas é de fato um dos Estados
2220 que realiza menor número de visita técnica. Temos outros Estados grandes com
2221 visitas maiores e isso nos preocupa. (Falas ao fundo) SÉRGIO – isso é uma coisa
2222 interessante Minas realiza menos visita técnica, mas quando você vai no outro mapa,
2223 você tem avanços em Minas. ISABELA – exatamente não só a visita técnica, mas a
2224 qualidade do acompanhamento que mostramos a melhoria que a gente discutiu na
2225 reunião anterior. As melhorias do ID-CRAS é um esforço do acompanhamento técnico
2226 dos municípios, mas também tem os esforços da Subsecretaria nos planos de
2227 previdências e no acompanhamento dos indicadores do SUAS. Não quer medir a
2228 qualidade, é um dos instrumentos de acompanhamento e assessoramento e pegar o
2229 quadro como um todo. Aí é um quadro que mostra os trabalhadores das secretarias
2230 segundo qualificação e vínculo, aí vou dar destaques para os totais, temos no Estado
2231 hoje 45% dos profissionais que são estatutários, esse dado é interessante quando se
2232 compara com o resto do Brasil que é de 35,8% dos trabalhadores informaram que são

2233 estatutários e em Minas tem 10% a mais e temos que avançar mais, 15% são
2234 celetistas e 19% são comissionados e 21% outros vínculos e outra informação é que
2235 temos 47% dos trabalhadores de Minas que são de ensino superior, 44% de ensino
2236 médio, 13% de ensino fundamental. Total 8290 trabalhadores no Estado é o desafio
2237 da capacitação. É um número médio de trabalhadores das secretarias por porte dos
2238 municípios e que tem um comparativo de Minas com Brasil, pega o número de
2239 trabalhadores dos municípios de porte um e divide com o número porte dois, médio e
2240 grande. Nossa média mais fraca, comparada com o Brasil é o pequeno 1, enquanto
2241 temos a média no Brasil de 20 trabalhadores por município de porte 1, so corrobora
2242 uma realidade que já sabemos que os municípios de porte 1 são os mais frágeis. Mas
2243 também são o maior número de municípios e temos que pensar em estratégias
2244 focadas nele. 20000, que é no porte 1. São quase 700 municípios no Estado. Têm
2245 algumas perguntas relacionadas a capacitação relativo a 2011, se eles tiveram acesso
2246 a cursos presenciais de capacitação 72% informaram que tiveram e 50% desses
2247 informaram que foram realizadas pelo gestor estadual. Temos 26% pelo gestor federal
2248 e 17% por capacitações presenciais realizadas pelos municípios. Isso é também pelos
2249 acompanhamentos que fazemos pela SUBAS, todo ano capacita os 853 municípios
2250 em pelo menos uma capacitação que fazemos e outro dado que temos que pensar,
2251 mas o modo como eles estão respondendo nos dizem algumas coisas, as
2252 capacitações à distância que 66% disseram que participaram que entra a discussão do
2253 telepresencial que ofertamos aos 853 municípios e desses 56% disseram que foram
2254 realizadas pelo gestor estadual. Outro ponto que está relacionados com relação a
2255 vigilância, que é a elaboração de diagnóstico e uso de indicadores. Temos 596, a
2256 grande maioria informou que não elaboraram o diagnóstico socioterritorial no
2257 município, isso também chama a atenção para ações de capacitação e fortalecer a
2258 discussão com os municípios. A grande maioria não usa indicadores do CAD-Único,
2259 não usou dados relativos aos serviços que já foram ofertados. Falo da dificuldade de
2260 planejamento na hora de pensar quais os serviços irão ofertar e onde estarão
2261 localizados dentro do território do município (falas ao fundo). Então não
2262 necessariamente nos mostra que a vigilância está precária, você pode fazer sem ter a
2263 institucionalização. Se você não tem setor e nem elabora a chance de ter dados é
2264 menor. O primeiro passo é o diagnóstico. ROBERTA – a proposta da NOB nova
2265 vamos avançar do ponto de vista do planejamento, o que propôs na construção da
2266 NOB nova foi um sistema que desse conta de dados mais simplificados para o
2267 município, pois tem dificuldades de fazer sistematização dessas informações, pois o
2268 CAD-Único é um diagnóstico preciso da questão da pobreza no município, só que ele

2269 não consegue ter recursos humanos suficiente e qualificado para trabalhar com dados
2270 qualificados, agora nós da SEDESE temos um observatório, onde temos de dois a três
2271 analistas que trabalham dados, com competência e fazer cruzamento de variáveis e
2272 trazer os dados e muitas vezes o município não tem e por si só a base de dados dão
2273 CAD único trás a precisão de diagnósticos crucial maravilhoso e que 90% dos
2274 municípios não conseguem acessar e não conseguem sistematizar, o que é da cultura
2275 que os municípios trabalham, eles acham que tem que contratar uma consultoria para
2276 fazer o diagnóstico. E hoje na assistência já tem varias ferramentas e base de dados
2277 suficientes e ajudar eles a usar o Cad-Único. ISABELA – até para dar conta de
2278 atualizar, porque o diagnóstico ele é o retrato do momento. Foi feito o diagnóstico em
2279 2006, contratou uma universidade para isso e hoje ele não te orienta mais e você vai
2280 ficar contratando sempre, tem que criar expertise para a própria equipe. ROBERTA –
2281 neste sistema da NOB nova vai dá na medida que fizermos pactuação as duas esferas
2282 Estado e Município a primeira plataforma vem para a base de dados de diagnóstico. Ai
2283 faz a proposta de ação para pactuo e ai você vai avaliando esse pacto e vai também
2284 mudando os diagnósticos e prioridades de ação. Assim, está proposta toda as normas
2285 da NOB nova. JUANITA – as síntese desses dados após essa fala da Roberta
2286 considerou uma grande dificuldade dos municípios em elaborar diagnósticos. Então a
2287 subsecretaria fez uma sugestão para municípios de diagnósticos bastante
2288 simplificados extraindo os dados do Cad-Único e mostrando onde irá identificar o
2289 numero de famílias pobres o numero de famílias extremamente pobres, dessa quantas
2290 são idosos, quantos já tem BPC, que é o problema que ele tem que procurar atacar
2291 para concessão do beneficio, quantas pessoas com deficiência e tivemos a primeira
2292 pratica da produção deste diagnóstico que foi na microrregião de Guaxupé onde fomos
2293 fazer a apresentação de onde criar o diagnóstico. Onde está o problema, tem
2294 cobertura de qual serviço e assim todos os seguimentos e vulnerabilidades que a NOB
2295 trabalha. ROBERTA – do ponto de vista do saneamento básico, que é um dos
2296 indicadores que assola a pobreza no Brasil, porque estamos avançados em algumas
2297 questões, mas no saneamento básico e entra na habitação, você tem todos os dados
2298 para serem trabalhados no município. A condição do banheiro, piso molhado, dados
2299 do CAD-Único. Para formulação de políticas públicas o município tem que aprender a
2300 usar essa ferramenta, se ele for contratar seria um analista de base de dados.
2301 ISABELA – até para ampliar a visão de pobreza além da renda. Tem que ter outros
2302 dados para. MARCOS – só reforçando o que a Roberta trás, de manhã quando o Ami
2303 questionava a questão das informações e ai as entidades e diversos espaços. As
2304 vezes temos as informações, mas elas não estão organizadas. e precisa para pode

2305 sistematizar, porque a partir da hora que você tem dados de forma organizada, você
2306 consegue direcionar política e ações e uma serie de questões e ficamos parados
2307 discutindo e se tivéssemos essas informações já teríamos tomado as decisões em
2308 menor tempo e produzido muito mais. ROBERTA – do ponto de vista para enfrentar
2309 política pública ninguém, por exemplo, quando colocamos a assitencia no patamar e
2310 nos obriga a trabalhar com a visão técnica, porque ninguém com a política pública e
2311 com avanços se você não formular e quando se formular não se formula com eu acho
2312 e imagina. Superar. Quando implantou o censo Suas e vem aprimorando cada vez
2313 mais, é muito na perspectiva e fui gestora nacional e tínhamos muita dificuldade de
2314 discutir com planejamento. Quanto é que vocês precisam do ponto de vista nacional,
2315 não tinha dados formulados sistematizados e nem informação de indicador, porque
2316 não temos que trabalhar em achismo ou intuição ou ficamos em cima da carroça da
2317 caridade e do assistencialismo. E trabalhando com muitas pessoas, muitas famílias e
2318 precisamos compreender na construção das políticas. ISABELA – falar um pouquinho
2319 dos conselhos. Em 2011 temos 597 conselhos que responderam e em 2012 796 e
2320 destacando que é o próprio conselho que fornece as informações, a primeira questão
2321 que deixa uma fragilidade é se possui uma secretaria executiva. Podemos ver que o
2322 quadro muda pouco e temos 49% dos municípios que não possuem secretaria
2323 executiva, indica uma fragilidade grande é justamente o quadro técnico para os
2324 conselheiros trabalharem com mais qualidade e fortalecer o controle. Dentro dessa
2325 questão se possui secretaria ou não a divisão por porte e entender um pouco mais e
2326 lembrando a grande maioria 55% de porte 1 não tem secretaria executiva, e os
2327 municípios de porte pequeno 2 não possui secretaria executiva, e podemos ver a
2328 fragilidade dos municípios pequenos. Se vocês quiserem depois debruçar do censo
2329 conselho tem varias informações bacanas. Essas médias são muito parecidas com a
2330 média do Brasil, temos quase 50% dos conselhos que não tem secretaria executiva.
2331 Então a composição dos conselhos municipais segundo representação. A paridade
2332 resguardada o 48% grande são os governos. Colorido, é sociedade civil, também da
2333 sociedade civil 27% é de entidades seguido pelas representações de usuários que são
2334 11% e a menor ali que é a representação de entidades do setor de trabalhadores que
2335 é de 5% dos conselheiros e nós temos no Estado pelo censo de 2012, 9.672
2336 conselheiros também. São as atividades que o conselho realiza, percentual que
2337 realizada fiscalização, serviços, programas e projetos, que 49% informaram que
2338 fiscalizam tanto a rede publica quanto a privada. 11% disseram que não faz nenhum
2339 tipo de fiscalização, e o restante fiscalizam só a rede pública e outro percentual a rede
2340 privada, mas o que mais chama atenção é a rede privada. E o numero médio de

2341 plenárias de conselhos por ano, a grande maioria realiza pelo menos 10, juntando
2342 esses percentuais aqui. Temos 37% de conselhos municipais que realizam menos de
2343 10 plenárias por ano. Quer dizer nenhuma por mês consegue realizar. Também é mais
2344 ou menos a média do Brasil, nossa média é de 11,06. O percentual de conselho
2345 municipais que fizeram deliberações, a direita sobre a proposta do orçamento do
2346 executivo e a esquerda sobre o plano de assistência. Temos um percentual grande
2347 que informaram que não deliberaram sobre o orçamento da secretaria de assistência e
2348 5% que disseram que não deliberaram sobre o plano de assistência e 11% que não
2349 responderam, voltamos à questão anterior que gestores não deram informações sobre
2350 o plano e novamente não conseguiram dizer sobre o plano. Chamo novamente de
2351 novo corroboro o dado que vimos antes. Aqui em relação ao percentual de conselhos
2352 que funcionam como instância de bolsa família, que a gente sabe quando o bolsa foi
2353 formado os municípios entenderam que tinham que ter o controle social do bolsa e o
2354 número estão melhorando, 81% já fazem o controle do bolsa e 19% que não fazem
2355 controle. outro que preocupa que é o percentual do conselho que fazem uso do IGD
2356 que tem que ser obrigatoriamente destinados ao conselho, 40% disseram que fazem
2357 uso e 11% disseram que não sabem se fazem uso. Em relação ao conselho eram
2358 esses dados. Já tiramos bastante coisa para o conselho pensar. ROBERTA – Eu
2359 queria perguntar esses dados que trouxe principalmente em relação aos conselhos
2360 tem mais outras perguntas, essa é só uma. ISABELA – tem mais perguntas posso
2361 mandar as perguntas dos censos, olhar o que é interessante. Essa apresentação vai.
2362 ROBERTA – Eu queria só que eu acho importante também se eu pudesse mandar par
2363 ales o questionário do censo suas, para vocês terem a dimensão do universo de
2364 perguntas e eu chamo atenção para não termos isso com verdade absoluta, na
2365 medida que você conhece o universo das perguntas inclusive para quem tem
2366 habilidade sendo forma de buscar várias indagações em cima disso e é essa a
2367 proposta do censo. A proposta é para coletar informação e estratificar e buscar
2368 informações. É importante que os conselheiros percebam que o que está posto aí não
2369 pode ser desconhecida por este colegiado. Toda época de conferencia, nós temos
2370 essas surpresas, dos conselhos que não estão funcionando. Quando mandam as atas,
2371 manda três no mesmo mês, quando você for checar conselheiro que 80% são do
2372 governo, sociedade civil fica para trás, então todas as fragilidades de informação na
2373 época da conferencia chegamos as informações. No decorrer do ano também tanto
2374 que tem um esforço do conselho para trabalhar com as URCMAS, entendendo que
2375 poderia ser uma estratégia para fortalecer. Entendendo que é colocado no decorrer do
2376 ano, todas as vezes que trabalhamos com denúncia das barragens, vimos muitas

2377 fragilidades dos conselhos em estarem funcionando, está na prefeitura par dá
2378 resposta. Agora por outro lado seria muito importante fazer uma comparação do
2379 primeiro censo para este censo, aí compreendemos também a evolução do que
2380 estamos implantando para não desanimar e achar a fotografia muito preto e branco. E
2381 que a partir daí está faltando esforço de A ou de B. é um processo com sistema
2382 extremamente complexo, a política de assistência social foi a última a chegar nos
2383 municípios, a rede de trabalhadores é uma rede nova, tudo isso interfere na hora de
2384 espelhar a fotografia do SUAS e na hora a gente tem ser mais para cima e não como
2385 se diz, vamos cantar para subir e não chorar para descer. ISABELA – passar para o
2386 censo da rede, são os equipamentos, CRAS, CREAS, CREAS POP e unidade de
2387 acolhimento que os CRAS e os CREAS os outros vou passar mais rápido por conta do
2388 tempo. Um histórico da evolução da quantidade de CRAS e de municípios que
2389 possuem CRAS no Estado de Minas Gerais, desde a época que começou o censo
2390 CRAS, partiu de 495 em 2007 para 1068 no Estado hoje esse numero é informado no
2391 censo e pode ser que exista outros que não forma informados, e pode ser que tenham
2392 sido desativados hoje por exemplo e o censo é a informação que temos para trabalhar
2393 e subimos de 396 para 814 que informaram que possuem CRAS em 2012. Mapa da
2394 distribuição do CRAS no Estado. O rosa clarinho é que tem menos e quanto mais forte
2395 tem mais CRAS e no branco é onde não tem CRAS e no Brasil tem 7725 CRAS e a
2396 mesma lógica, onde está amarelo forte tem uma unidade laranja duas e rosa tem mais
2397 de três e vimos que a cobertura básica no Brasil está em quase todos os municípios.
2398 Cabe discutir o serviço se está chegando mesmo. No censo fazem as diferencias que
2399 estão aqui a primeira se está na região urbana ou central, se está na urbana ou
2400 periférico , e está em área rural ou se é itinerante. vou explicar. o primeiro quase 57%
2401 dos CRAS estão em centros urbanos no Estado de Minas a grande maioria está em
2402 zona rural e vimos que estão muito concentrado na zona urbana e no centro e que
2403 dificulta a chegada e tornando mais frágeis. Temos 41% que são CRAS na região
2404 urbana periférico e um percentual muito pequeno que estão em área rural 1,69%, mas
2405 voltamos a discussão o CRAS instalado não é a única estratégia, hoje existem
2406 também as equipes volantes e é uma pergunta que não está aqui no censo mas pode
2407 ser uma estratégia para chegar a essa população. E a questão dos CRAS itinerantes
2408 essa pergunta é especifica para embarcações. Temos dois municípios que
2409 responderam e provavelmente foi um erro de preenchimento Minas não temos essas
2410 áreas de comunidades ribeirinhas que justificassem esses CRAS desse tipo.
2411 Percentual médio das formas de acesso dos usuários do CRAS. Esse é bem
2412 interessante para pensar no serviço, temos 47% das pessoas que chegam no CRAS e

2413 chegam por forma espontânea e 23% que foram por meio buscativa. Encaminhamento
2414 da rede que são poucos 15 e 13% Minas, mas que é próximo do percentual do Brasil.
2415 Não muda muito não. (falas ao fundo). A pessoa foi na entidade antes e é
2416 encaminhada ao CRAS. JUANITA – A rede socioassistencial é anterior ao CRAS
2417 então é a questão da referencia e da contra referencia é uma coisa que estamos
2418 batendo na tecla e estamos fortalecendo e quando você vai discutindo tem essa
2419 fragilidade da referencia e da contra referêcia. Os usuários que são encaminhados
2420 pela entidade não são encaminhados pelo CRAS, a própria entidade não é o
2421 CRAS.ISABELA – falando um pouco da estrutura dos CRAS para ter noção da
2422 qualidade de funcionamento se tem de 0 a 1 salas de 4 a 5 vai aumentando. Temos
2423 que na maioria dos CRAS tem mais de 4 salas que é bem bacana, e mais de 4 salas
2424 especificas para atendimento, um percentual pequeno que informou que tem zero e
2425 nenhuma. Aqui o percentual de CRAS com acessibilidade. Temos 10% que
2426 informaram que não tem nenhuma condição de acessibilidade e vai variando se tem
2427 rampa de acesso à recepção, banheiro a maioria informou que sim. Uma pergunta
2428 nova que tem banheiro adaptado para pessoa com eficiência sendo 45%, mas é um
2429 exigência ova dentro do SUAS. Percentual de CRAS com acesso a internet, sendo o
2430 mínimo que a equipe básica tem que ter hoje. Podemos ver que grande maioria tem,
2431 mas 6% não está sendo precário e é importante identificar. A quantidade de CRAS
2432 que faz atualização do CAD único no CRAS. 69% que realizam atualização no CAD
2433 Único no CRAS e desses têm equipe exclusiva o que é bom e outros que tem equipe
2434 exclusiva para o PAIF, porque a equipe responsável pelo PAIF que está responsável
2435 pela atualização. Outra discussão que a Roberta pontuou. É que a forma que as
2436 equipes acham para não ficar sem atualização. A equipe do PAIF está fazendo. Não é
2437 o ideal, deveria ter uma equipe especifica para isso, porque os profissionais do PAIF
2438 estão sobrecarregados. Estrutura física, trouxemos alguns indicadores, do verdinho
2439 para cima, e clareou a maioria dos municípios já tem a dimensão de estrutura física
2440 superior. Temos um percentual de 20% que são suficientes no Estado e são 26% mas
2441 que é próximo aqui da comparação do Brasil também sendo o IDECRAS médio do
2442 Brasil. Quantidade média de trabalhadores por CRAS. Já temos uma quantidade
2443 media dividida por porte e não é uma media muito. Situação do coordenador do CRAS
2444 em Minas Gerais, 5% não tinha coordenador, 52,6% fazem a função exclusiva de
2445 coordenador. 27%, 14% acumulado com outras funções e lembrando que a exigência
2446 do coordenador ser exclusivo isso é recente. Dimensão de RH o que temos mais
2447 precário são médios e grandes, que tem um percentual maior. Nossa media é
2448 suficiente ou superior. Comparado com o Brasil estamos muito semelhantes,

2449 IDECRAS RH. Quantidade de CRAS que atende comunidades tradicionais. Tem essa
2450 pergunta no censo, 207 CRAS 19% que informaram que atende povos de
2451 comunidades tradicionais. A maioria são comunidades quilombolas. Passando para o
2452 CREAS, tem uma evolução dos CREAS no Estado tinha 140, hoje são 222 em 209
2453 municípios. Só para ter noção da cobertura da divisão por porte. São CREAS
2454 municipais, os 4 regionais não estão incluídos, grande metrópole e médios que é
2455 obrigatório ter, pequeno dois 82% municípios que tem, são mais ou menos 100
2456 municípios e o nosso gargalo que é o porte 1 que são 7,5% dos municípios que tem
2457 CREAS, voltam a discussão não é obrigatório, mas tem que pensar na cobertura do
2458 serviço social. Mapa do CREAS no Estado e mapa do Brasil onde está mais claro não
2459 tem. Temos 2014 CREAS municipais e 53 regionais no Brasil. Numero de salas
2460 disponíveis com pelo menos 4 salas para atendimento. Condições de acessibilidade,
2461 não vou entrar em detalhes a maioria têm condições e o problema é o banheiro
2462 adaptado que é uma exigência nova. Temos um percentual de CREAS com
2463 computador, sendo um percentual de 6,7% que não tem computador com fragilidade,
2464 situação do coordenador do CREAS, que exerce exclusivamente a função. Este
2465 grandão 8% que é a grande maioria e temos 6% que não tem coordenador. Um
2466 recorte do RH, podemos ver que temos 12 CREAS que estão sem assistente social 9
2467 sem psicólogo e 9 sem assistente social e sem psicólogo. Muito precário e o nosso
2468 maior gargalo que é a questão do advogado 73 CREAS não tem advogado, pois para
2469 222 é um percentual bem considerável. ROBERTA – eu queria lançar uma reflexão
2470 para pensar que nós estamos esses dados do CREAS e eu sempre fiz
2471 questionamentos com relação ao CREAS. Do ponto de vista nacional, ninguém ousou
2472 questionar se era uma afirmativa de violação de direitos, se é uma proposta que
2473 dentro do SUAS, alcançarmos resultados que comprovariam isso. E eu já participei de
2474 discussões em Brasília, primeiro da dificuldade de implantar esse equipamento do
2475 ponto de vista das prefeituras, elas não conseguem manter dois equipamentos físicos
2476 e segundo não consegue profissionais e ai não é novidade que não tenha advogado
2477 se não conseguimos levar médico que paga 10, 11 mil reais na saúde para esses
2478 municípios pequenos e se levar é aqueles que pagam 500, 600 reais ai vamos discutir
2479 a qualidade. Eu acho que precisava refletir sobre isso nesse equipamento no SUAS,
2480 precisamos ousar e ter coragem de discutir isso. Os prefeitos falam que não vão
2481 contratar advogados e se quiser usa o da prefeitura. Ninguém quer formar e ir para o
2482 CREAS, nós não vamos achar, se passar 10 anos e tiver CREAS vamos ter essa
2483 informação. Agora precisamos ter a coragem de dizer assim esses equipamentos com
2484 o que temos ele tem que resultado do ponto de vista de violação de direito, porque

2485 temos outros resultados de garantia de direitos. Aí se pergunta, Roberta, qual é a
2486 proposta, eu sempre defendi para o SUAS que nós tivéssemos uma equipe
2487 especializada no espaço físico dentro do próprio CRAS, ou ainda sim se for o caso
2488 que a equipe de gestão do SUAS tivesse este tipo de atendimento. Não se iludam
2489 essa é uma realidade que vamos encaminhar mais 30 anos as prefeituras não irão
2490 fazer nada. na regional ainda é mais desafiador. É um desafio para montar um
2491 equipamento com resultados mínimos. Resultados dentro do atendimento de violação
2492 de direito. Precisamos e acho que é responsabilidade da comissão de política puxar
2493 essa discussão. Para podermos aprimorar e se um dia tivermos oportunidade levantar
2494 essa bandeira com total veemência. ISABELA – Equipamento é caro mesmo, no
2495 SUAS etmos pouca pesquisa de avaliação. JUANITA – o Estado tem com relação as
2496 regionais. VOLNEY – só pegando o gancho na sua fala, já teve o mesmo e na mesma
2497 fala, quando é que o SUAS vai ter coragem de perguntar para o judiciário, esse uso
2498 abusivo de trabalhadores do SUAS para o judiciário. Isso porque eles têm o orçamento
2499 próprio. JUANITA – já está sendo feito. Foi demonstrado e ficamos assustados porque
2500 tem uma das questões que pergunta se atende o judiciário e um grande número
2501 respondeu que sim e é uma das questões que foi levantada e estamos travando,
2502 porque essa competência não é do SUAS. VOLNEY – é porque vivemos isso no
2503 congresso de psicologia e pautamos isso no congresso nacional e aí vai. FÁTIMA -
2504 Juanita, nessa colocação toda fiquei chocada CRAS não tem internet, como esse povo
2505 vai trabalhar. Mas olha como as informações vão chegar até eles. Temos que ver se
2506 na conferência, como podemos (falas ao fundo), eu sou dessa época e se falava P S
2507 com a nova tecnologia o que podemos melhorar. Na hora que tivermos na oficina de
2508 gestão de SUAS, pode se levantar essa questão, com vamos avançar se lá não tem
2509 internet. Pelo amor de Deus. Como as coisas vão chegar através de quem. ISABELA –
2510 em relação se o CREAS realizada o serviço de abordagem social, temos 32% dos
2511 CREAS que não realiza nem possuem serviço de abordagem social referenciado, é
2512 um fragilidade não tem serviço de abordagem de nenhuma maneira, 39% realizam
2513 sem equipe exclusiva, com equipe PAIF. Temos 21% provavelmente que disseram
2514 que sim e realizam com equipe exclusiva e com abordagem e 6,5% que não realizam
2515 com equipe do CREAS, mas existe o serviço no município. Em relação às medidas
2516 socioeducativas do serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de
2517 medidas, temos 162 CREAS que informaram que realizam este serviço no Estado,
2518 temos dois comparativos total de adolescente com medidas socioeducativas no âmbito
2519 de 2011, 8870 sendo que desses, metade eram de liberdade assistida e metade de
2520 serviço à comunidade. No mês de agosto de 2012, tinham um total de 4000 jovens

2521 sendo acompanhados pelo CREAS e esse número se divide igual pelo dois tipos de
2522 medidas. Em relação a existência de diagnóstico situação de risco e violação que o
2523 CREAS possui para orientar suas ações 53% informaram que possuem e 43%
2524 informaram que não possuem diagnósticos de violação de direitos e é outra questão
2525 de planejamento das ações do CREAS para ele entender se dá conta de contribuir ou
2526 não a necessidade da população do município. Isso aqui gente do centro pop vou
2527 mostrar só a primeira tela as outras vou passar só se vocês tiverem muito interesse eu
2528 aprofundo, mas é porque já está passando muito o tempo, nós temos 7 centros pop
2529 para população de rua, 2 em BH, contagem, Valadares, Juiz de Fora e Uberaba. Nós
2530 temos 105 no Brasil, o numero de pessoas varia muito de acordo com o município.
2531 Temos uma série de informações dos centros pops, não vou aprofundar e estamos a
2532 muito tempo falando. Falando do acolhimento institucional só destacar no ano de
2533 2012, 701 unidades que responderam ao censo entidades e na própria unidade de
2534 acolhimento de atendimento e o próprio gestor municipal valida a informação que a
2535 entidade preencheu. Então no universo do Estado pensamos que seria pouco, mas
2536 tem bem mais e não temos conhecimento aqui, é um censo frágil e realmente não
2537 podemos tomar como verdade e são só direções, pelo publico a maioria 47% é voltado
2538 para criança e adolescente, 38% são para idosos e o restante divide para publico
2539 diversos. Pela natureza da unidade. Temos as unidades que preencheram sendo a
2540 maioria, não governamentais, e a que chama mais atenção é da pessoa idosa, verde
2541 escuro governamental e verde claro não são governamental. E de criança e
2542 adolescentes temos 226 não governamentais e 113 governamentais. (falas ao fundo).
2543 Pelo tempo de permanência que é o indicativo dos trabalhos que são feitos. As
2544 crianças e os idosos vão para lá e ficam um tempo ou se o trabalho de retorno à
2545 família é efetivo. O primeiro é relativo a pessoa idosa e podemos ver que a grande
2546 maioria das pessoas idosas tem uma permanência de mais de 25 meses ou seja dois
2547 anos nas unidades de acolhimento, sendo que dá um salto par o numero de idosos
2548 que estão nessas unidades. Pelo numero tem mais de 4000 idosos no Estado que
2549 estão a mais de seis anos acolhidos. Em relação a crianças é o azul. hoje tem uma
2550 curva maior de 7 a 12 meses que é o tempo legal, mas temos que observar que são
2551 500 crianças a mais de 6 anos institucionalizadas, e crianças e famílias de ruas
2552 desabrigadas a maioria fica menos tempo porque o perfil do público etc. A quantidade
2553 unidades que possuem assistente sociais e psicólogos. Esse é um dado para termos
2554 noção da estrutura e do serviço prestado. Destacar que o verde é o idoso temos 67%
2555 das unidades que não possuem nem assistente social e nem psicólogo. Não tem uma
2556 pessoa com formação especifica para trabalhar com o publico. Das crianças uma

2557 situação melhor, porque tem tanto assistente social quando psicólogo para trabalhar
2558 com o publico. 9% são psicólogos 19% são assistentes sociais. Obrigada! JUANITA –
2559 Isabela Obrigada por trazer os dados para os conselheiros. É eu só queria fechar
2560 antes de passar para o Sérgio fazer as considerações, o SUAS vai fazer a maior idade
2561 e nós tivemos grandes avanços, não podemos negar a importância que o SUAS teve
2562 para a assistência social. Os dados demonstram isso é inegável. Os avanços não
2563 tinham esse nível de organização, mas enfim temos diversos desafios com a mesma
2564 proporcionalidade. Dados de acolhimento institucional, o SUAS ainda não chegou lá.
2565 Um número enorme de entidades a maioria governamental, o SUAS não fala com
2566 essas entidades e não tem cobertura dessa assistência e não tem profissionais
2567 especializados para acompanhar essas pessoas essas famílias, com desafios
2568 gigantescos para acompanhar. Entretanto a gente também quando eu pedi para
2569 colocar o parâmetro Brasil Minas Gerais é para demonstrar assim o qual ponto nós
2570 trabalhamos. Esses dados apresentados é um esforço de todos os envolvidos e não
2571 podemos cruzar os braços, considerando nossa responsabilidade conforme falada por
2572 todos. É com relação a conferência estadual, vamos nos encontrar só na conferência,
2573 vocês irão receber todas as informações penso eu por e-mail, estamos com o
2574 problema da Consolação, para os finalmente da conferencia aconteça dentre todo o
2575 necessário, tentar incomodar a Consolação o mínimo possível, ela merece esse
2576 descanso, o físico está falando que merece ficar em casa, eu vou me organizar mais
2577 nesse processo também é nós vamos ter uma reunião no primeiro dia da conferencia
2578 as 10hs quem vai participar da conferência para mostra a organização. Vai ser
2579 encaminhado por e-mail, mas lá vamos ter a reunião para direcionar melhor o
2580 processo organizativo. SÉRGIO – Eu quero Isabela de fato o tanto de dados que já
2581 temos do SUAS, eu senti falta de trazer da rede socioassistencial privada também, eu
2582 gostaria muito de ter visto estes dados no censo SUAS, quantas entidades tem. (Falas
2583 ao fundo). Mas, aquele dado... e o Ministério não tem. ROBERTA – foi no outro censo,
2584 nós abrimos o censo para a coleta dessa informação do ponto de vista do MDS foi
2585 totalmente equivocada, sendo um censo publico e a diretriz que as entidades
2586 colocasse a informação, achei um pouco e não demos conta do ponto de vista dos
2587 Estados para o enfrentamento com o MDS, e no momento da apresentação dá uma
2588 polemica e ao invés de melhorar o processo que é importante o que está trazendo o
2589 quem fizeram acabaram com essa janela. Aquela historia quer acabar com o carrapato
2590 da vaca, mata a vaca. Fácil né enfim é uma discussão que pode ser colocada e esse
2591 conselho tem legitimidade de mostrar ao conselho federal ao conselho estadual.
2592 ROBERTA – Bom que quero deixar um pedido, viu Sérgio. O Seguinte! O Fórum de

2593 Entidades embora seja de Belo Horizonte, vocês não podem se furtar da participação
2594 do Estado. Então convide-nos, nós somos desafiados a participar deste debate porque
2595 nós somos peça primordial. SÉRGIO – serão convidados com certeza. JUANITA –
2596 Conselheiro Mauro. MAURO – bom! É como a JUANITA já falou dos desafios, eu
2597 também queria apresentar, quando a gente olha a apresentação são apenas 18 CRAS
2598 em atendimento de comunidades rurais, para a gente ver quanto o nossos desafio é
2599 imenso. E, além disso, tanto na questão física, até mesmo nos municípios para
2600 expandir. Pois é obvio que a gente não vai mudar pelo inverso. As comunidades
2601 rurais, para mudar é no centro. Mas que possamos ter condições de ter essa
2602 discussão de que tem muito mais. E ai foi a Roberta, traz pra gente, a veracidade
2603 destes dados como que uma informação que está pronta e é verdade. São dados e
2604 colhidos dentro da estrutura. Nós sabemos como os dados são passados para que
2605 não possa ter um corte nos recursos, no mês que vem no ano que vem. Sabemos
2606 como os dados são colhidos e de certa forma preocupam muito. E quando falou da
2607 estrutura e do advogado e que hoje realmente nos municípios pequenos é o advogado
2608 que está na prefeitura e vai uma vez por semana atender a prefeitura que fica o dia
2609 todo atendendo na correria várias pessoas. Alegando que é pra ser bonzinho com o
2610 prefeito. Um processo que inicia hoje, eles não sabem quando irão terminar e vão
2611 passar por outros e outros prefeitos. Ai eu pergunto, será que isso não é violação de
2612 direitos, porque a pessoa fica na mão, para que o prefeito seja bonzinho pra ele e
2613 fique quieto para o processo dele não ser penalizado. Nós temos essa questão eu fico
2614 no dia a dia observando isso. Na maioria dos municípios a pessoa quando vai pedir
2615 voto, fala. Eu tenho um processo lá seu. Então a pessoa é obrigada a votar porque a
2616 pessoa está com o processo na mão do prefeito e bom! Ai já falar do sentimento de
2617 despedida de vocês também. Nós não demos conta de acompanhar o processo,
2618 muitas vezes eu estava vindo para cá no CEAS e tive que voltar na estrada que eu
2619 tinha algum outro trabalho de projeto e convênio e de uma hora para outra falava,
2620 Mauro tem aqui um documento que você tem que ver até amanhã. E aí tínhamos que
2621 priorizar e colocando em risco, grandes propostas para o município e não podemos
2622 perder. Tanto prestação de contas como demais. Mas vamos nós preparar porque
2623 estamos com falta de lideranças para poder ocupar espaços é em certos lugares
2624 estratégicos e ai estamos fazendo projetos de articulação de comunidades rurais e
2625 quilombolas para que possamos agrupar nas regionais e aí as representações não
2626 fique só na liderança. Porque quando você forma liderança ela não fica na
2627 comunidade. Ela vai se expandindo, um exemplo é a Marina ela está no Estado e a
2628 vimos somente uma vez, quando há vimos não sabemos se está chegando ou saindo

2629 e no mais agradecer a acolhida de vocês durante todo o processo. O aprendizado que
2630 tivemos, saber que podemos contar mesmo não estando no assento aqui, pela
2631 pessoa, pelos contatos. Isso nós enriqueceu muito e a comunidade andou muito. Hoje
2632 trabalhamos com habitação rural que é uma questão de direito e não é uma questão
2633 só quilombola, mas o município. E é essa entidade que eu represento. A única do vale
2634 do mucuri que está credenciada para habitação na cidade. Há mais de 500 unidades e
2635 as pessoas estão esperando para fazer isso. E girando um recurso de mais de vinte
2636 milhões para o município. Muito obrigado. JUANITA – conselheira Fátima. FÁTIMA –
2637 voltando as questões do Censo, nós não vamos montar uma oficina com algumas
2638 coisas que podíamos melhorar. JUANITA – em um outro momento sim, agora não por
2639 conta do que foi pedido pela SEDESE que é a apresentação dos dados do Censo.
2640 Agora no conselho vamos em cada comissão verificar de que forma será usada as
2641 informações do censo para propor as ações de planejamento. É principalmente o ano
2642 que vem os novos conselheiros que estão. Nesse momento agora não temos
2643 condições de fazer nada. O que temos é planejamento que está vigente. O que a
2644 comissão de apóio a conselho vai usar desses dados de fragilidade para fazer a
2645 proposta do planejamento da comissão. Na mesma lógica de política, de
2646 planejamento, pois achamos que é essa a intenção. Ok Fátima? Conselheiro Ami. AMI
2647 – vou passar um convite para um evento que vamos fazer no dia 14, 15/10 no colégio
2648 Batista, palestra sobre tecendo cidadania, auto sustentabilidade. Inscrição gratuita, vai
2649 ter almoço, coffee-break e vamos distribuir Kits para instituições que trabalha com
2650 criança. Cada instituição levará uma quantidade não sei quanto que for preciso, vamos
2651 distribuir isso. Em segundo lugar quero informar se alguém não sabe ainda. Nessa
2652 semana o Congresso aprovou uma mudança significativa na lei 2101, que é a das
2653 certificações e é muita coisa, inclusive atividades que eram de Estado, foram passado
2654 para instituições. Eu sugerira que não sei qual seria o momento alguém fazer um
2655 resumo e apresentar no conselho. Eu de fazer isso para o sindicato, porque vamos
2656 fazer alguns pólos e vamos apresentar. E sobre o cadastro nacional das entidades é
2657 foi criado o SISCEBAS que toda as entidades para fazer o certificado vai ter que fazer
2658 o cadastro no SISEBAS. São essas as informações eu gostaria também de agradecer
2659 a oportunidade que nós foi dada de estarmos aqui com vocês e peço desculpas por
2660 alguma fala que ofendeu alguém, mas o objetivo é contribuir para a assistência social
2661 no Estado de Minas Gerais. Obrigado. JUANITA – conselheiro Márcio. Há conselheiro
2662 Ami, essa pauta foi discutida na mesa diretora e nós pedimos à secretaria executiva
2663 que providenciasse para encaminharmos para todos os conselheiros. O que foi
2664 alterado e posterior, pois vai para a presidência para sancionar e com certeza será

2665 motivo de discussão desse conselho, pois está alterando muitas coisas. MÁRCIO –
2666 primeiro com relação a questão que foi colocada aqui pelo Sérgio do cadastro de
2667 entidades. O censo do ano passado foi preenchido pelos conselhos municipais então
2668 só preencheu o cadastro que foi instrumentos pelos MDS aquelas entidades que
2669 tinham inscrição do conselho. Então foram preenchidas de acordo com informações
2670 que o técnico do conselho conseguia identificar os relatórios de atividades, na
2671 prestação de contas das entidades. Então existe uma grande base que está no MDS,
2672 mas que não está atualizada, isso é importante está identificando. A outra questão é
2673 agradecer este conselho pela acolhida, pelo aprendizado, pela secretaria executiva
2674 que nós apoiou e agradecer a oportunidade desse conselheiro durante todo o tempo
2675 que estive aqui. Foi um período de aprendizado, de crescimento e gostaria de deixar
2676 registrado aqui. Obrigado. JUANITA – Conselheira Roberta. ROBERTA – eu queria
2677 fazer com certeza eu prometo a vocês que é a ultima fala minha nesta plenária. Eu
2678 queria fazer essa fala minha em nome do Mauro, queria te dizer Mauro e pra todos
2679 que estão com a prerrogativa de ser a ultima plenária deste mandato que com certeza
2680 o mundo é redonda e vamos nos encontrar mais. Eu queria dizer que é, você pode
2681 achar que sua passagem, até pelos seus compromisso, por tudo que você colocou,
2682 tenha tido pouco reflexo, mas eu queria dizer que não é verdade. Especificamente
2683 para mim Roberta enquanto conselheira. Eu me senti muito provocada pelas suas
2684 posições e me senti provocada no ponto de vista de gestora. A sua presença no
2685 conselho dizia pra gente que existe um grupo uma comunidade que é muito vulnerável
2686 e que está claro. E sua bagagem de conhecimento do grupo que você representa eu
2687 quero dizer para você, que foi um aprendizado muito grande. Se você aprendeu
2688 conosco, quero dizer que aprendemos muito mais com você. Porque no seu exercício
2689 enquanto conselheiro, você explanou suas falas muito em cima do grupo que você
2690 representa. Você trouxe esse exercício, sua experiência foi muito rica. Sua fala
2691 quando você pega um detalhe dessa questão da atuação do advogado. Será que nós
2692 não estamos criando ferramenta que de violação de direitos. Ao invés de acharmos
2693 que estamos criando instrumentos, ferramenta que está atacando os direitos, será que
2694 não temos que olhar isso, porque quando eu tenho um advogado que fica lá e monta
2695 um processo e ele pode ser engavetado. O que isso está significando. Isso é uma
2696 reflexão que temos que fazer aqui. Não seria melhor que nós atuássemos na
2697 perspectiva de defensores públicos. Agora quando criamos um sistema único de
2698 CREAS com essa estrutura e ela não responde o contrário e possibilita a violação de
2699 direito. E quero dizer que essa reflexão nós fizemos com CREAS regional. O dia que
2700 fizemos a avaliação do CREAS regional e estava como Subsecretária eu fique muito

2701 apavorada. Porque vi testemunhos de servidores do CREAS que diziam, pelo amor de
2702 Deus o que está acontecendo. O município vinculado coloca adolescente dentro de
2703 um ônibus e manda para o CREAS regional, ela para no meio do caminho, fica lá
2704 tomando cerveja e refrigerante, espera o ônibus voltar e volta para o município de
2705 origem e ela correndo risco no meio da estrada, coisa simples. Porque ao montar um
2706 CREAS regional, não demos conta de montar que desse condições de montar um
2707 sistema que desse condições de ir e voltar como uma ambulância. Não fizemos isso
2708 no SUAS e ai estamos criando CREAS regionais e não sabemos se está violando
2709 direito ou se está resolvendo. Então sua fala para mim é de uma grandeza e de uma
2710 riqueza que você não tem dimensão. Para nós foi um aprendizado e queria que você
2711 soubesse o seguinte. E que esse colegiado tem por obrigação de que todas as
2712 demandas que você trazer como cidadão ou como entidade ela tem que ser
2713 respondida. Então sua passagem aqui além de trazer essa contribuição ela também
2714 leva para você isso. Aqui você tem um canal legítimo de defesa da sua entidade. E a
2715 mesma coisa para os outros conselheiros que estão saindo que eu diria que foi um
2716 aprendizado. E da mesma forma que o Ami falou queria pedir desculpas porque eu
2717 sou muito apaixonada pela área, porque é minha área de formação e primeiro eu
2718 defendo isso com paixão e se por algum momento eu fui agressiva ou grossa eu quero
2719 deixar minhas desculpas e dizer que toda a minha luta é em função da política de
2720 assistência social. JUANITA – bom senhores não vou me despedir, porque vamos nos
2721 encontrar em outubro. No próximo mês na Conferência Estadual, muito obrigada pela
2722 participação de todos. Nada mais havendo, encerrou-se a presente ata degravada que
2723 após lida e aprovada será assinada pelos presentes.